

LETICIA DE PAIVA ROTHEN

A VIDA NA BARRA

Etnografia de uma comunidade
de pescadores do
litoral norte do Paraná

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof. Dr. EDILENE COFFACI DE LIMA

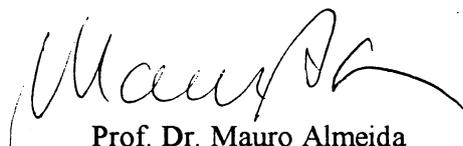
CURITIBA
2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

20ª Ata da Sessão Pública de Arguição, de Defesa da Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Ao décimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e três, às quatorze horas, na sala seiscentos e dezessete do Edifício D. Pedro I, no Departamento de Antropologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da candidata Leticia de Paiva Rothen intitulada "A vida na Barra. Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte do Paraná". Esta Comissão foi presidida pela Orientadora Professora Doutora Edilene Coffaci de Lima e integrada pelos Professores Doutores Mauro Almeida – UNICAMP e Christine de Alencar Chaves - UFPR. Aberta a sessão pela Professora Presidente, foi a candidata convidada a apresentar prova de conclusão das disciplinas constantes do plano curricular do Mestrado em Antropologia Social, o que realizou apresentando o histórico escolar assinado pela Coordenadora do PPGAS-UFPR. A seguir, a Senhora Presidente concedeu a palavra à candidata para apresentar breve resumo oral de sua dissertação, o que foi feito. Em seguida, concedeu a palavra ao primeiro examinador, Professor Doutor Mauro Almeida, que realizou sua arguição sendo concedido à candidata igual tempo para as respostas. Da mesma maneira, foi concedida a palavra à segunda examinadora Professora Doutora Christine Chaves, sendo procedido do mesmo modo. Encerradas as arguições, os Membros da Comissão Examinadora emitiram o seguinte parecer final: Os Membros da Comissão Examinadora, designada para realizar a arguição da Dissertação apresentada pela candidata Leticia de Paiva Rothen, com o título "A vida na Barra. Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte do Paraná", após haver realizado atribuição de notas são de parecer pela *aprovação* com conceito *A*, sendo-lhe conferidos os 30 créditos previstos na regulamentação do Curso de Pós – Graduação em Antropologia Social, completando assim, todos os requisitos necessários para receber o grau de Mestre. Face os termos do parecer, a Senhora Presidente declarou *aprovada* a candidata, estando pois a mesma em condições de receber o grau e o diploma de Mestre. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Vera Maria Fróes da Motta, lavrei a presente Ata que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Professora Doutora Edilene Coffaci de Lima
Presidente


Prof. Dr. Mauro Almeida
1º Examinador


Profª Drª Christine de Alencar Chaves
2ª Examinadora



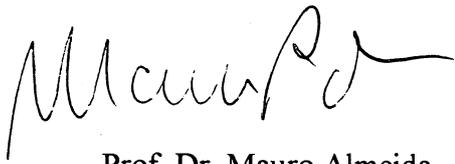
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social para realizar a arguição da Dissertação apresentada pela candidata Leticia de Paiva Rothen, intitulada “A vida na Barra. Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte do Paraná”, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, são de parecer pela aprovação com conceito “ A ”, sendo-lhe conferidos os 30 créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós- Graduação em Antropologia Social, completando assim, todos os requisitos necessários para receber o grau de Mestre.

Curitiba, 17 de março de 2003.


Professora Doutora Edilene Coffaci de Lima
Presidente


Prof. Dr. Mauro Almeida
1º Examinador


Profª Drª Christine de Alencar Chaves
2ª Examinadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela oportunidade de formação.

A todos os meus colegas do Mestrado, especialmente ao meus colegas de turma, Simone, Joachim, Valdirene, agradeço pela ótima convivência e pelas constantes trocas de vivências e conhecimentos.

À minha orientadora, que mesmo diante de tantos desafios, esteve sempre firme e disponível.

Aos professores do Mestrado que, com suas dicas valiosas, me ajudaram a enxergar coisas que não poderia sozinha.

À minha família pela compreensão e atenção.

Aos meus queridos amigos, pelos momentos de descanso e alegria.

Aos amigos do IPÊ, Keka, Roberto, Hamilton, Henrique, muito obrigada mesmo pela ajuda, pela amizade, pela companhia, por tudo enfim.

Aos moradores da Barra, com quem aprendi muito. À Denise e Carioca pelas conversas, passeios, histórias e principalmente pela confiança. À Jamille, Joelma e Zenilda, obrigada pela amizade e pela ajuda de sempre... E todos aqueles que se dispuseram a conversar comigo, obrigada pela paciência, pela atenção e vontade...

Enfim, agradeço verdadeiramente a todos que de um modo ou de outro passaram por mim no decorrer destes dois anos...

E acima de tudo, à Deus.

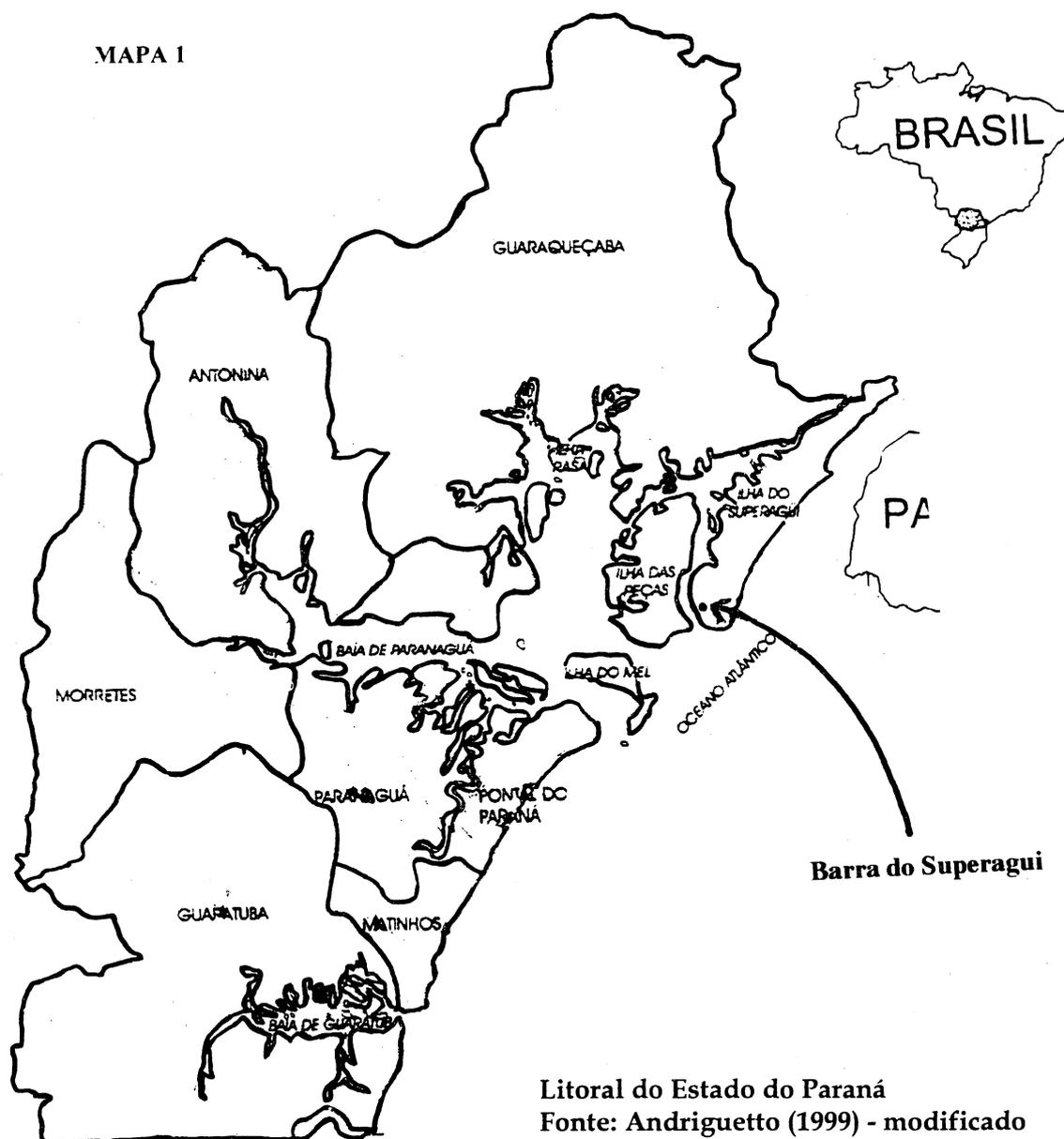
ÍNDICE DE SIGLAS

ADMBS	- Associação de Moradores da Barra do Superagui
APA	- Área de Proteção Ambiental
CAPELA	- Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná
CNPT	- Centro Nacional de Populações Tradicionais
CODAPAR	- Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CPHA	- Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico
IBAMA	- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPE	- Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISA	- Instituto Sócio-Ambiental
PARNA	- Parque Nacional
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
SPU	- Serviço de Patrimônio da União
SUDEPE	- Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UC	- Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO	i
TRABALHO DE CAMPO... PRIMEIRAS IMPRESSÕES...	v
1 - CONTEXTO HISTÓRICO – UMA VISÃO “DE FORA	1
I. Uma pequena história	1
a. <i>Sobre Superagui</i>	6
2 - UMA VISÃO DE DENTRO	8
I. Da agricultura para a pesca	8
II. A pesca como atividade principal em Barra do Superagui	9
III. Breves considerações a respeito da categoria “pescadores artesanais”	21
3 - ALTERNATIVAS DE VIDA E RENDA	24
I. O turismo como atividade crescente	25
a. <i>Uma história pessoal</i>	27
II. Alternativas “externas”: uma ONG em ação na comunidade	33
III. Sobre mudanças	39
4 - DA VIDA COTIDIANA	46
I. Estrutura comunitária	46
II. Das relações...	55
a. <i>O ficar falado</i>	57
III. Uma festa fora da rotina	62
IV. A Associação de Moradores	65
a. <i>Eleições 2000 e 2002</i>	66
5 - DO ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL	69
I. Ser ou não ser	69
II. O Parque Nacional...	72
III. Divisão do espaço	74
IV. Do direito sobre a terra	79
a. <i>Negociando bens</i>	82
V. Parque, IBAMA, terras e direitos...	85
6 - A QUESTÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	90
I. Populações tradicionais: um conceito	91
a. <i>Caiçaras, populações tradicionais?</i>	92
b. <i>A história de um conceito</i>	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS... QUE SÃO APENAS O INÍCIO...	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

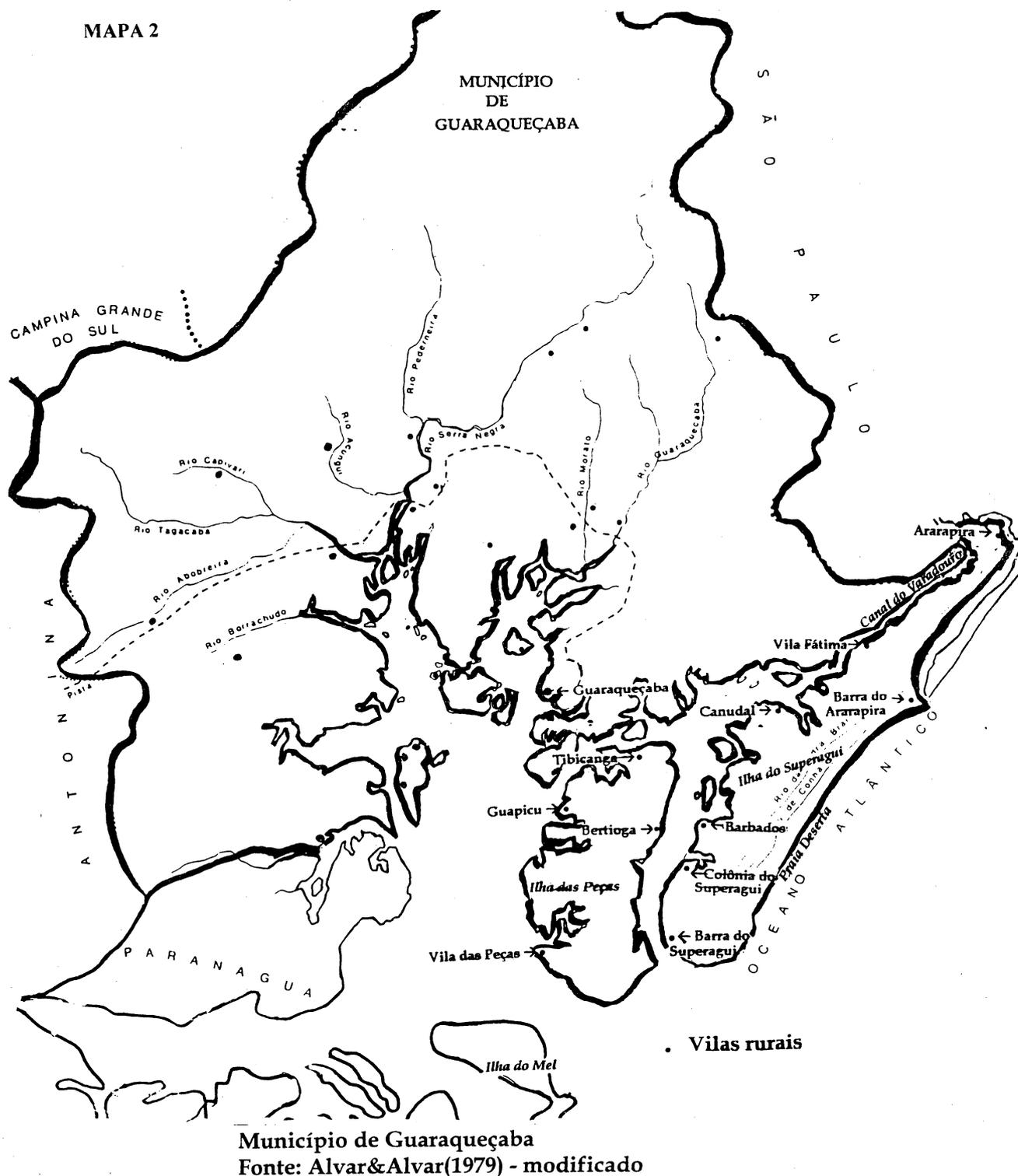
Meu objetivo principal com este trabalho é apresentar uma pequena etnografia de uma comunidade¹ localizada no litoral norte do Estado do Paraná², Barra do Superagui.



¹ O termo "comunidade" representa aqui as pessoas que moram na Barra do Superagui, sem nenhuma implicação sociológica maior. Para representar a mesma idéia, utilizo ainda o termo "vila", comum na fala dos moradores.

² O litoral paranaense como um todo é composto pelas cidades de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Ponta do Paraná, Paranaguá e Antonina, com uma população superior a 210.000 habitantes (Andriguetto, 1999:27).

Tal como vemos no mapa acima, Barra do Superagui está localizada na Ilha do Superagui, uma das ilhas pertencentes ao município de Guaraqueçaba. Este último, por sua vez, possui mais ou menos 8000 habitantes³ e abarca as pequenas vilas de agricultores e pescadores apontados no mapa seguinte :



³ Dados de 2000, retirados da homepage: www.paranacidade.org.br.

Barra do Superagui é uma das maiores comunidades da região, contando com aproximadamente 1000 habitantes⁴, na sua maioria pescadores. Contudo, a atividade pesqueira não basta para definir a vida nesta comunidade. Legislação e fiscais ambientais, turistas, pesquisadores – estes são apenas alguns dos agentes que também compõem o panorama do seu cotidiano e que apontam para questões bastante atuais e relevantes, tais como: o impacto da criação de Unidades de Conservação em áreas habitadas (Barra do Superagui está no entorno do Parque Nacional de Superagui desde 1989); a questão da posse de terras em áreas de proteção ambiental; a presença crescente de turistas em pequenas comunidades ; o modo de atuação de entidades não-governamentais, etc.

Diante deste contexto e das complexas questões colocadas por ele, parti principalmente da visão dos próprios moradores a seu respeito, tomando como eixo condutor de minhas análises e interpretações o que eles consideravam significativo, o que mais comumente problematizavam e questionavam, atentando assim para seus discursos e suas atitudes.

Geertz (1974) há muito disse que as sociedades e as pessoas possuem suas próprias interpretações dos acontecimentos, guiados ou não por padrões e gabaritos próprios que organizam sua percepção. Neste sentido, tal como ele define o objetivo do trabalho científico, busquei interpretar estas interpretações, estas formas simbólicas com que o “outro” organiza sua existência.

Certamente não considero ter dado conta de sua vida na profundidade e riqueza de detalhes que seria desejável, uma vez que o trabalho de campo se restringiu a apenas 40 dias⁵. O que não impediu que algumas questões claramente relevantes para os atores envolvidos pudessem ter sido delineadas, possibilitando o acesso à forma como se constroem as relações sociais neste espaço, permeada por conflitos e contradições mais ou menos explícitos.

Cabe destacar que as informações disponíveis sobre a região de Guaraqueçaba, aqui utilizadas e analisadas, são em grande parte originárias de uma bibliografia composta de relatórios técnicos elaborados para agências governamentais e não governamentais. Além disso, utilizo-me de algumas pesquisas informadas por referenciais das

⁴ De acordo com os próprios moradores.

⁵ Divididos do seguinte modo: 03 a 27 de janeiro/2002 (24 dias); 13 a 17 de julho/2002 (4 dias); 07 a 19 de setembro/2002 (12 dias).

ciências naturais, dada a complexidade e o caráter interdisciplinar da questão ambiental.

No decorrer dos capítulos estas questões irão se tornando mais claras. No primeiro apresento o contexto histórico geral no qual esta comunidade está inserida, partindo de uma pequena história da povoação do litoral paranaense e apontando principalmente para as práticas produtivas predominantes neste espaço e seu processo de mudança. A ênfase naquelas é explicada pela necessidade de entendermos um processo que atinge diretamente a vida da comunidade pesquisada: o gradual abandono da agricultura, o crescimento da atividade pesqueira e suas implicações.

No capítulo 2 detenho-me especificamente na atividade da pesca e o que ela implica em termos sociais. Procurei construir um panorama de como esta atividade se organiza a partir da visão de vários moradores – pescadores ou não – e de como ela é pensada e vivenciada por eles; buscando ainda ir além de rótulos ou categorias dadas previamente como, por exemplo, a de “pescadores artesanais” e tomando a pesca como um dos elementos (principais, certamente) de sua vida em comum.

No terceiro, descrevo algumas das outras várias atividades desenvolvidas na vila, incluindo aqui o crescente envolvimento da população com o turismo e a atuação da ONG IPÊ com seus projetos de educação ambiental e de geração de renda alternativas à pesca (uma vez que esta vem apresentando problemas crescentes de escassez). A ênfase, como já dito, recai na própria interpretação dos moradores para estes “novos” processos e o modo como eles agem diante deles. Finalizo o capítulo com uma discussão a respeito de perspectivas que analisam as mudanças em comunidades como a Barra do Superagui, tomadas como “tradicionais”, a partir de uma ótica de “perda”.

No capítulo 4 o objetivo é dar uma idéia geral da vida em comum dos moradores desta pequena vila. Para tanto, apresento a estrutura da vila em si e o modo como ela é pensada. Além disso, detenho-me um pouco mais nos conflitos presentes nas relações sociais, refletidos em práticas como a fofoca – que coloca em ação representações comuns a respeito do que é aceito ou não – e discursos como o da “desunião”, que permeia a vida diária dos moradores e tem seus reflexos percebidos no modo de atuação da Associação de Moradores. Complementar a esta visão do dia-a-dia, descrevo uma grande festa que contou com a participação de um grande número de moradores e que possibilitou a visão da comunidade tomada em seu conjunto.

O capítulo 5 refere-se ao espaço propriamente dito e o modo como ele é dividido.

Aqui questões sobre quem pertence realmente à comunidade ou quem possui direitos sobre as terras ali existentes acompanham os debates a respeito do Parque Nacional e suas implicações – vistas sempre a partir da perspectiva dos próprios moradores.

Por fim, no capítulo 6, abordo questões mais gerais sobre a temática “populações tradicionais em áreas de proteção ambiental”, levantando as perspectivas mais comuns que analisam estas populações a partir de uma idéia de equilíbrio na sua relação com a natureza – o que gera dilemas uma vez que as dificuldades de relacionamento entre os moradores, as disputas e desentendimentos refletidos na falta de consensos e esforços comuns muitas vezes acabam indo de encontro a estas idéias prévias, tomadas muitas vezes irrefletidamente.

Trabalho de campo...primeiras impressões...

Janeiro de 2002. Em pleno verão tropical, inicio minha tão esperada incursão na comunidade antes apenas imaginada. Meu propósito inicial era de permanecer ali dois meses completos. Mas os imponderáveis da vida social, que Malinowski já havia há muito notado, impediram que eu pudesse concluir este planejamento: greves e suas consequentes aulas de reposição impediram uma permanência mais prolongada na Barra, como a comunidade é rotineiramente chamada.

Um mês apenas, em meio ao grande fluxo de turistas e pesquisadores, acabou tornando a minha presença ali quase invisível – senão incômoda aos moradores. Neste contexto nada favorável, sentia correndo em minha mente a necessidade urgente de levantar dados, conhecer pessoas, conversar e descobrir a fundo sua vida. Eu queria saber de tudo, principalmente porque minha estadia lá seria tão pequena que parecia que não poderia perder tempo.

Foi bem o tempo que me mostrou que em trabalhos assim não se forçam amizades – muito menos confiança. O tempo colocou-me primeiro de cama – com uma forte gripe – e depois presa na Pousada em que estava hospedada, uma vez que a ventania não parava e impossibilitava qualquer saída. Pode-se dizer que pude sentir na pele o quanto o ritmo de vida pode ser marcado pelas possibilidades que o “tempo” apresenta. Fica difícil, senão impossível, enfrentar o mar em fases de ressaca, ou até fazer visitas e sair de casa em baixo de ventos arenosos e velozes.

Por outro lado, a curta estadia também me deixou claro que não seria assim tão fácil penetrar nos meandros da vida cotidiana dos moradores. Principalmente porque eu

estava ali no “verão” ou na “temporada”, época em que boa parte da população está engajada em suas atividades para servir aos turistas.

Nesta época, a vida parece correr em Superagui - certamente não para os turistas, que não percebem o quanto de trabalho e correria a sua presença ali implica. Seja como for, isso não é algo reclamado - pelo contrário, muitos agradecem a esta época de conhecer pessoas novas, de ganhar um bom dinheiro, de ter muito trabalho para fazer.

Pousadas, restaurantes, lanchonetes, mercadinhos, casas de família, campings - todos se armam para o recebimento de um número sempre crescente de “visitantes”. E estes não são apenas aqueles que estão simplesmente a passeio. Muitos pesquisadores também aportam por ali em busca de descobrir os segredos deste grande Parque.

Biólogos, antropólogos, sociólogos, arquitetos - pesquisadores de diversas áreas e de diversos objetivos cansam um pouco os moradores com seus constantes “questionários sócio-econômicos”, suas visitas inesperadas, suas perguntas invasivas. Certamente também faço parte deste rol de olheiros em busca de respostas para suas próprias questões.

Tanto faço parte que entendo que a imensa dificuldade que tive de acesso às pessoas se deve a este “bla-bla-bla” repetitivo, que já cansou bastante boa parte dos moradores. Principalmente porque muito deste “falatório” implicou promessas diversas, de diversos tipos de projetos de melhorias: do lixo, da pesca, da vida. Assim, a desconfiança passou a imperar ali, em meio a promessas vazias ou mesmo dificilmente realizáveis.

Neste mês de trabalho, minhas relações se centraram à família dos donos da Pousada em que estava, Denise e Carioca. Por isso, grande parte de meu trabalho, é informado pelas observações e depoimentos que pude obter desta convivência próxima. Além de algumas entrevistas gravadas com alguns moradores que me facilitaram o acesso, principalmente porque ligados de certo modo à família acima citada. Outra fonte de essencial importância foram os registros das reuniões da Associação de Moradores da Barra do Superagui (ADMBS), contidos em três pequenos cadernos desde 1990 até 2000, cedidos pela então Presidente da Associação - dos quais me utilizei como referência para questões que surgiam na convivência e para entender alguns processos ocorridos muito antes de minha chegada ao local.

As perspectivas melhoraram muito na minha volta à comunidade em duas outras ocasiões – no “inverno”, ou seja, na época não mais repleta de turistas e pesquisadores, onde a rotina se apresentava tal qual era em tempos “normais”.

Restaurantes e lanchonetes fechadas. Pousadas tranqüilas. Com a exceção da Pousada “Sobre as Ondas”, do Carioca, que mesmo no inverno possui aqueles hóspedes cativos, pescadores amadores em geral, que ano após ano dão continuidade a sua paixão, que aos olhos dos moradores pareceria algo comum demais: a pesca. Turistas de um perfil mais “tranqüilo” em busca de sossego.

E não só eles. Funciona há anos em Superagui um projeto de uma ONG chamada IPÊ, reconhecida internacionalmente e que desenvolve pesquisas tanto com o micoleão-da-cara-preta quanto com alternativas de renda aos pescadores. O IPÊ, de certo modo, tomou a Pousada do Carioca como sua base de apoio logístico – onde dormem e comem seus pesquisadores e estagiários. Alguns deles tem também como pouso definido a casa sede do IBAMA, ou, da chefe do Parque, que apóia oficialmente esta ONG.

Meu trabalho, por menor que tenha sido o tempo total de permanência na comunidade, pôde contar com uma visão de dois momentos da sua vida, que separo aqui como “verão” e “inverno” – representando não apenas as estações climáticas, mas também diferentes momentos em torno dos quais a vida comunitária se articula. Foi a partir de um cruzamento entre estes dois momentos e as informações neles coletadas e observadas que procurei traçar um painel geral da vida nesta comunidade.

Por fim, não posso deixar de destacar que, por mais que tenha tentado fugir de um enfoque economicista das relações sociais, não pude deixar de perceber e relatar a centralidade do discurso econômico nas falas e atividades das pessoas, como será visto. Possivelmente o pouco trabalho de campo tenha dificultado a percepção e mesmo o acesso a outras lógicas que possam estar por trás deste discurso aparentemente dominante. Não ignoro que outros aspectos da vida social possam ser tão ou mais relevantes que o econômico na Barra. Simplesmente não houve tempo para que pudesse observá-los e desvendá-los mais satisfatoriamente.

Capítulo 1

CONTEXTO HISTÓRICO – UMA VISÃO “DE FORA”

O litoral do Estado do Paraná possui a maior parte dos remanescentes da Floresta Atlântica brasileira, que foi reduzida a menos de 5% de sua cobertura original (Andrighetto,1999:29). Decorre daí a importância da região para a proteção da biodiversidade, reconhecida em títulos tais como o de “Reserva da Biosfera¹ Vale do Ribeira-Serra da Graciosa” criada pela UNESCO em 1991, compreendendo grande parte do litoral norte, região de Guaraqueçaba, que aqui nos interessa.

Desde 1982, esta área vem sendo objeto de extensa legislação ambiental, responsável por restrições ao uso dos recursos extrativistas e pela criação de unidades de conservação (UCs) federais e estaduais. Apesar destas iniciativas, Andrighetto (*idem*) afirma encontrar-se aí problemas sérios de degradação ambiental, com desmatamentos e declínio de estoques florestais, principalmente do palmito.

Em comparação com o restante do Estado, o ambiente natural do litoral é menos impactado – principalmente nos municípios de Guaratuba e Guaraqueçaba – uma vez que teria sido mantido à margem dos modelos de desenvolvimento agrícolas ou agroindustriais adotados pelo Paraná nas últimas décadas. Por outro lado, Guaraqueçaba faz parte de uma das regiões economicamente mais pobres do Estado do Paraná (*ibidem*).

De acordo com Miguel (1997 *apud* Andrighetto,1999:30), a região apresentou um contínuo declínio econômico dos anos 40 aos 80, contrastando com o dinamismo econômico que apresentou até meados do século XIX.

I. Uma Pequena História

O litoral foi a primeira região a ser colonizada no Estado do Paraná. Desde a descoberta de ouro, no século XVII, que desaguava nas suas diversas baías, ocorre um grande fluxo populacional, acentuado no século seguinte²(Andrighetto,1999). Diante disso, a produção rural, juntamente com a pesca, neste momento destinava-se a suprir a população ocupada com a mineração (IPARDES,1989:35).

¹ A “Reserva da Biosfera” é uma área prevista no “Programa Homem e a Biosfera” (MAB), proposto na 16ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO em 1972 (Cunha & Rougelle,1989:68).

² Data desta época, 1649, a fundação da primeira povoação estabelecida em território paranaense, a Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (IPARDES,1989:9).

Mesmo sendo a mineração uma atividade importante em termos de povoação, não foi significativa economicamente, declinando no início do século XVIII com a descoberta de ouro em Minas Gerais. Com o fim deste ciclo, restaram no território populações esparsas em sítios e fazendas com uma economia voltada à agricultura e ao extrativismo pesqueiro e florestal (Andriguetto,1999) – direcionadas basicamente ao sustento da população da região (IPARDES, *idem*).

O primeiro núcleo urbano da região de Guaraqueçaba foi instalado em 1838 e elevado à município (Guaraqueçaba) em 1880 (IPARDES,1989:8). A existência de vias navegáveis – que facilitavam comunicações marítimas e fluviais, permitindo o escoamento dos produtos agrícolas para exportação – permitiu um período de prosperidade econômica à região, que durou de meados do século XIX até início do século XX. Neste contexto a pesca era uma atividade importante e difundida, mas destinada mais ao consumo do que à venda (Andriguetto,1999:31).

De acordo com Zaroni *et al* (2000), a forte presença da Mata Atlântica no litoral do Paraná influenciou o seu processo de ocupação agrícola. Estes autores remontam as principais etapas da evolução da agricultura, como atividade principal da região e afirmam que desde o início da ocupação colonial até a atualidade as comunidades ali presentes exploraram o meio a partir de uma apropriação direta dos seus recursos, transformando os produtos florestais e agrícolas de modo “artesanal” e baseados em uma agricultura de queimadas (com um período de pousio de mais de 15 anos).

Diz-se daí que estas práticas estariam “adaptadas” ao meio natural desde muito tempo, gerando uma grande autonomia alimentar e material. Entretanto isso não teria impedido o longo processo de diferenciação social, que teria tido origem já nos primeiros anos da colonização com a exploração do ouro que levou à apropriação das melhores terras por uma parte dos agricultores locais (que deram início a uma longa fase de acumulação de capital).

Aqui os autores afirmam que, por mais “tradicional”³ que fosse essa formação social, já se percebiam tensões que giravam em torno da posse e uso dos recursos locais e que iriam eclodir com mais força tempos depois.

*

³ A polêmica noção de “tradicional” será problematizada nos Capítulos 3 e 6.

Como esta “sociedade litorânea” era formada tanto por homens livres quanto por escravos distribuídos em numerosos estabelecimentos agrícolas constituídos por pequenas unidades familiares, a abolição foi o primeiro acontecimento que acelerou as mudanças ocorridas nesta época, como o desaparecimento destes grandes estabelecimentos e uma reorientação das atividades produtivas. No início do século XX desenvolve-se um novo mercado para a produção local de banana, que acaba beneficiando apenas uma parte dos agricultores que tinham condições materiais para implementar seu cultivo. A grande maioria teria sido obrigada a limitar suas atividades à produção de subsistência, sem uma maior inserção na economia de mercado (Zanoni *et al*,2000).

Neste período (entre 1890 e 1910) a população do litoral duplica, o que gera uma expansão das áreas cultivadas e redução das áreas de floresta. Com as áreas agrícolas disponíveis já cultivadas e para que a sua superfície pudesse aumentar, ocorre uma aceleração do ritmo de rotação das partes cultivadas, diminuindo-se o tempo do pousio para até menos de 6 anos. Com isso, a terra foi progressivamente perdendo sua fertilidade e o pousio foi perdendo sua eficácia. Consequentemente, os agricultores tiveram diminuídos os seus rendimentos e a produtividade de seu trabalho. Juntamente com esta crise agrícola, ocorre também que no início dos anos 30 as exportações de banana declinam devido à concorrência com a produção paulista (*idem*).

A crise da agricultura de queimada e a queda da produção de banana somente intensificaram o processo de diferenciação social uma vez que alguns agricultores (patronais) e comerciantes locais puderam desenvolver outras atividades produtivas, como a comercialização do palmito, enquanto os pequenos produtores acabaram sendo impelidos a novas estratégias tais como a intensificação da extração de produtos florestais (principalmente do palmito), com o abandono das culturas de subsistência - tornando-se mais dependentes dos agricultores patronais e comerciantes. Outro processo comum foi a migração para os centros urbanos do litoral ou ainda, a migração para as vilas situadas à beira da baía (*ibidem*).

Assim, a partir dos anos 30, a agricultura volta-se para o mercado local ou à subsistência e a pesca começa a ganhar importância como fonte de renda, destinando-se cada vez mais ao mercado regional (Andrighetto,1999:32). Esta é uma fase em que, perdurando até os anos 60, se dá o gradual desaparecimento da agricultura em comunidades estuarinas e a migração de agricultores do interior para a costa para se tornarem pescadores (*idem*:38). De acordo com IPARDES (1989) e Andrighetto (*idem*), este é um fenômeno que ainda está em curso em várias vilas da região de Guaraqueçaba.

O final dos anos 60 é marcado pela implementação de políticas federais de incentivos fiscais, visando o desenvolvimento de atividades agroflorestais – o que incentivou empresas a constituírem grandes latifúndios a partir de terras devolutas e de agricultores locais. Neste contexto, o Governo Estadual realiza uma série de infra-estruturas rodoviárias tais como o eixo Curitiba – Paranaguá, nos anos 60, e a estrada de terra Guaraqueçaba – Antonina, nos anos 70, com o objetivo de facilitar o acesso à região (Zanoni *et al*,2000:46).

As novas atividades econômicas visavam a extração do palmito e de madeira, o cultivo de café, além da criação de bovinos e búfalos. De acordo com Zanoni *et al (idem)*, a chegada de novos tipos de produtores e a maior integração da região com as regiões vizinhas, devido às novas estradas, teriam modificado as bases de funcionamento da sociedade local e seu relacionamento com os recursos naturais.

Em suma, o surgimento de novos atores alheios à sociedade local e pouco preocupados com o exercício efetivo de atividades produtivas, o papel dominante do extrativismo e a marginalização econômica dos agricultores locais foram fatores favoráveis ao surgimento de violentos conflitos entre estes e os investidores recém-chegados.

Além disso, passa a ser registrado um processo de degradação dos ecossistemas a um nível inédito na região com a exploração excessiva dos palmitais e desmatamento de vastas áreas transformadas em pastagens para búfalos. Neste sentido, procurando inverter esse processo, os poderes públicos elaboraram uma política de proteção ambiental para a região, regulamentando práticas agrícolas e florestais (*ibidem*).

Em maio de 1982, o Decreto Federal 87.222 criou a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, abrangendo áreas de manguezais nas Ilhas do Superagui e das Peças. Em 1985, a área abrangida por parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul e a totalidade de Guaraqueçaba passou a compor a Área de Proteção Ambiental (APA)⁴ de Guaraqueçaba, incluindo as duas ilhas (Niefer,2002:52).

A APA inclui ainda em seu interior o Parque Nacional (PARNA) do Superagui, criado em 1989⁵ e originalmente englobando partes das Ilhas de Superagui e Peças. Mas a Lei Federal 9.513 de novembro de 1997 ampliou sua área que passou a abranger a quase totalidade da Ilha do Superagui, uma parte continental e algumas pequenas ilhas

⁴ De acordo com IPARDES (1989:1), uma APA é uma unidade de conservação com a pretensão de, através de um gerenciamento e zoneamento adequados, compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento de atividades produtivas ou ocupação racional dos ecossistemas.

⁵ Pelo Decreto 97.688 de 27/04/1989 com uma área de 21400 ha.

próximas. A Ilha do Superagui, onde se encontra a comunidade aqui pesquisada, pertence ao município de Guaraqueçaba e foi criada artificialmente em 1953 com a construção do canal do Varadouro (Andriguetto,1999:57).

Cada uma destas áreas de proteção são diferentes modalidades de conservação com distintos níveis de proteção e portanto de restrição à utilização dos recursos naturais (Sonda, 1996:41). O Parque Nacional, categoria que contempla a Ilha do Superagui, é uma unidade de conservação de proteção integral onde se admite apenas o uso indireto dos recursos naturais⁶.



Fonte: homepage IBAMA(modificado)
www.ibama.gov.br

⁶ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação ou Lei do SNUC, instituído pela Lei 9985 de junho de 2000, apresenta as unidades de conservação divididas em dois grupos: unidades de proteção integral e de uso sustentável, sendo estas últimas aquelas onde se permite a utilização direta dos recursos naturais dentro de alguns limites estabelecidos. Dentre o grupo das unidades de proteção integral estão as seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já o grupo das unidades de uso sustentável compõe-se das seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Leuzinger,2002).

Contudo, Zanoni *et al* (2000) afirmam que a política de proteção ambiental implementada na região não alcançou os resultados esperados. Três pontos principais são tomados como responsáveis por tal situação: 1) a não adesão da população às regras fixadas - uma vez que o dispositivo legal teria desconsiderado os problemas relativos à alimentação e reprodução social enfrentados pelas populações; 2) a incapacidade dos poderes públicos de fazerem respeitar e cumprir as leis; 3) a falta de legitimidade da política e dos órgãos ambientais diante da população, principalmente devido à falta de entendimentos recíprocos e ao desconhecimento da realidade socioeconômica da região.

Neste sentido, dizem os autores, por mais que tenha ocorrido uma desaceleração do processo de degradação dos recursos naturais, esta política ambiental não soube identificar os reais responsáveis pela degradação dos ecossistemas locais e foi incapaz de reverter o quadro de pobreza vivido pelas populações locais - não levando em conta o modo de exploração tradicionalmente usado e induzindo-os a práticas agrícolas e agro-florestais que teriam, paradoxalmente, contribuído mais para a degradação destes ecossistemas⁷.

a. *Sobre Superagui*

As primeiras notícias de Superagui foram dadas por Hans Staden em 1549. A região provavelmente fora doada como sesmaria em 1614 a um determinado proprietário, mudando muitas vezes de mãos, até ser adquirida pelo cônsul geral da Confederação Suíça, Charles Perret-Gentil, para ser colonizada (Durieux,2001).

Deste modo, em 1852 ele cria a Colônia de Superagui⁸, área de 35 hectares de terra na região de Guaraqueçaba, dividida em três partes: uma no continente abrangendo área montanhosa da Serra do Mar; outra contendo a então península de Superagui, onde se instalou a sede e outra parte na Ilha das Peças (Boutin,s/d). A Colônia, que durou aproximadamente 50 anos, é conhecida através dos desenhos e aquarelas do famoso pintor suíço William Michaud⁹.

⁷ Não posso fazer maiores afirmações a respeito de Guaraqueçaba como um todo uma vez que me detive em apenas uma comunidade com uma história específica, mesmo que inserida nesta história mais geral. No decorrer deste trabalho ficarão claros os modos como a comunidade pesquisada se insere neste contexto maior e nas questões aqui levantadas.

⁸ Em meados do século XIX, a Província do Paraná recebe um grande número de colonos europeus, graças a uma política de emigração proposta pelo Governo brasileiro. É decorrência deste processo a criação da Colônia do Superagui, reduto não apenas de estrangeiros mas também de famílias brasileiras (Miguel,1997:123).

⁹ Cujos descendentes moram atualmente em Barra do Superagui.

De acordo com Durieux (2001:84), o projeto de Perret-Gentil era estabelecer uma cidade e aldeias, com divisão de terrenos e trabalhos, mas nada parece ter funcionado. Mesmo assumindo pessoalmente encargos na colônia, mudando-se para lá em 1854, a colonização da região parece ter sido difícil, uma vez que não contava com apoio oficial.

A economia da colônia, de acordo com Miguel (1997), era baseada na produção de café, arroz, banana, extração de madeira, pesca, entre outras coisas – sem qualquer apoio financeiro do governo brasileiro. Em um memorial escrito em 1856, Perret-Gentil informa sobre o lento progresso de Superagui e relata a existência de 88 famílias e de lavouras de café, cana-de-açúcar, arroz, algodão, milho, além de um engenho de açúcar e aguardente, farmácia e enfermaria. Afirma ainda a dificuldade de comunicação com Paranaguá, centro de comércio, feito sempre pela água (*idem*)¹⁰.

De acordo com Boutin (s/d), a colônia teria vivido um “surto de progresso” apoiado na riqueza do solo, da pesca e na extração de madeira das matas. Contudo, este mesmo autor afirma que, ao mesmo tempo que a instalação da colônia teria representado o apogeu da região, também trouxe em si a decadência – gerada por fatores tais como: o não recebimento de subvenção do governo (por ser uma colônia particular), a falta de capitais, a falta de técnicas agrícolas ou industriais, a dificuldade de transporte, além do êxodo das famílias.

É o mesmo o que aponta Miguel (1997): a falta de boas terras para a agricultura de queimada (o aumento da população faz com que as terras disponíveis sejam cultivadas) e as dificuldades de transporte (devido às grandes distâncias) fazem com que a colônia rapidamente entre em crise e se despovoie¹¹.

Hoje, no local da antiga colônia, encontra-se uma floresta secundária e os habitantes que ali restaram vivem da pesca, tendo abandonado completamente a agricultura (*idem*) – fruto de um processo mais amplo, como pudemos ver, e que retomaremos no próximo capítulo.

¹⁰ No relatório do vice-presidente da Província, em 1860, é citada a fundação de uma igreja e uma escola, na época em que Superagui é elevada à Distrito. Mas neste ínterim, Perret-Gentil já não mais se encontrava por lá, deixando a administração da colônia a cargo de Louis Durieu, um dos colonos mais antigos (*idem*).

¹¹ Este contexto pode ser melhor sentido em um fragmento de uma das muitas cartas que William Michaud enviava a uma irmã na Suíça, apontando para as dificuldades: “(...) outrora, a vida era muito fácil no Superagui e mesmo agradável, hoje não é mais a mesma coisa; o aumento da população, a escassez de produtos e, como consequência, a falta de dinheiro, o aumento gradual dos impostos, o preço crescente dos objetos de primeira necessidade, a vida é difícil e cara. Não temos, como outrora, a abundância de pescados, ostras, caça, etc. Há muita gente, as terras boas começam a faltar e eu me pergunto: o que será do Superagui dentro de uma dúzia de ano” (maio de 1899 in Durieux, 2001:118).

Capítulo 2

UMA VISÃO DE DENTRO

I. Da agricultura para a pesca

Na história de ocupação da Ilha do Superagui, o espaço utilizado pelos moradores foi objeto de variadas atividades tais como os roçados, a extração de madeira para consumo doméstico (para construir casas e canoas ou como lenha) além da coleta de alguns produtos encontrados na região¹.

Na Barra do Superagui, os roçados parecem ter existido até por volta de 1970 ou mais, uma vez que algumas moradoras, com idades variando entre 23 e 35 anos, lembram-se de sua época de infância quando “atacavam” a plantação de Seu Alcides, um dos mais velhos da vila, comendo suas melancias sem retirá-las do chão, deixando-as viradas para baixo, dando a ele a impressão de que elas estavam ainda inteiras. Lembram também que sempre acompanhavam o processo de colheita da mandioca até sua transformação em farinha.

Mesmo naquela época, eram muito poucos os moradores que ainda plantavam, *apenas os mais velhos*, disseram elas. Estes mais velhos têm hoje de 70 a 90 anos, nascidos, portanto, entre 1920 e 1930, época em que a roça era uma atividade comum nas comunidades locais.

Seu Alcides, um destes moradores, hoje com mais de 80 anos, lembra-se quando *fazia roça aí, matava “cateto”, matava vaca, matava cachorro, matava veado*. Afirmando, nas suas lembranças, que parou de plantar há mais de 15 anos, porque *não dava pra viver da lavoura*, pelas dificuldades que tinha para cuidar, manter o mato limpo, lutar contra os ataques das formigas. Diz que na sua época já muito poucos plantavam, e os que o faziam acabaram abandonando a agricultura em favor da pesca.

Disse gostar da atividade da lavoura, mas também da pesca. Desta última, o que mais gostava era de *matar camarão e de esperar o peixe ali em cima, no cemitério (...) nos*

¹ Vivekananda (2001) pesquisa as atividades realizadas pelos moradores das áreas que atualmente compõem o Parque Nacional do Superagui. De acordo com sua pesquisa, antes da criação do Parque (1989), esta ampla região (que inclui as Ilhas das Peças e Superagui, além de áreas continentais) passou por três fases de extrativismo para venda: de palmito, caxeta e samambaia ornamental. Além destas atividades, cita o corte de árvores para confecção de canoas de um pau só; coleta de cipó; corte de folhas para fazer telhado; coleta de plantas medicinais; retirada de areia, entre outras.

meses de abril, maio, junho (...) quando cercavam grandes cardumes. Contudo, hoje, diz ele, peixe não tem... depois que inventaram fazer muito cerco² (...).

Um dos moradores, também dos mais antigos, lembra da época em que vivia na antiga Colônia de Superagui, um *tempo rico*, onde se vendiam os produtos plantados para Paranaguá, para exportação (parreiras, melancia). Essa área, localizada a alguns quilômetros acima da Barra do Superagui, contém atualmente um número muito pequeno de casas, em torno de 5 que, diferentes da Barra, não contam com luz elétrica. Permanecem ali alguns moradores mais antigos e seus filhos, aparentados dos moradores da Barra do Superagui, que vivem da pesca “de dentro”, da baía, e se valem apenas de barcos a remo.

O declínio da agricultura está diretamente relacionado com o aumento da pesca. Isso está na fala dos moradores quando afirmam que deixaram de plantar *porque foram indo para a pesca*. Como foram muito poucos os moradores atuais que passaram por este processo e difícil foi o meu acesso aos mais velhos, não aprofundo esta questão no sentido de entender quais os motivos (“internos”, digamos assim) que levaram a esta mudança e como ela se deu realmente.

De acordo com os trabalhos já feitos nesta região, nos anos 50 e 60 tem início o desaparecimento da lavoura nas comunidades litorâneas de Guaraqueçaba devido a fatores, como vimos, de baixa fertilidade, falta de apoio à atividade, restrições impostas pela legislação do uso do solo e intensificação da pesca comercial (Cunha&Rougelle, 1989:42).

II. A pesca como atividade principal em Barra do Superagui

Em pesquisa sobre tecnologias de pesca utilizadas no litoral paranaense, Andriguetto (1999:190) conclui que as vilas de pescadores teriam se diferenciado gradualmente a partir de uma situação relativamente “homogênea” como vilas agro-pesqueiras. Neste sentido, atualmente existem vilas que assim permanecem, outras que são essencialmente agrícolas e outras onde a pesca é a atividade principal. É este último o caso da Barra do Superagui.

² De acordo com IPARDES (1989:60) o cerco é normalmente usado para a captura da tainha e é confeccionado pelo pescador com taquaras e arames e fixado no fundo da baía. Após a instalação, o dono do cerco retira o pescado lá retido a cada 15 dias.

Quando falamos em “comunidades pesqueiras” ou “pescadores” temos uma idéia falsamente homogeneizante das suas práticas. Pelas conversas com diferentes pessoas, de diferentes famílias e com diferentes rendas ficou muito claro que os modos de viver e pensar esta prática são muito variados. Neste sentido, deve ser levado em conta que o que apresento aqui são várias visões diferentes ou semelhantes, não apenas dos pescadores, como de suas esposas e filhas e daqueles que não mais se valem da pesca como principal atividade “econômica”.

*

Sr. Antônio Ramos, de mais ou menos 70 anos, conta que pelos idos de 1950 mudou-se para a região onde hoje é a vila, dizendo ainda que nesta época não havia ninguém ali além dele e algumas outras famílias (os Michaud, os Rodrigues e os Lopes, de acordo com suas lembranças). Ou seja, deduz-se daí que algumas poucas famílias são descendentes dos fundadores e moradores da antiga Colônia do Superagui, que acabaram descendo para a Barra, formando a vila atual. A grande maioria teria vindo “de fora”, de vários outros locais: Ilha do Cardoso, Paranaguá, Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Vila das Peças, São Paulo, etc..

A história do Sr. Antônio, contada a partir de suas lembranças, é muito interessante para entendermos este processo de aumento da atividade pesqueira e de habitantes da Barra do Superagui. Apresento o seu depoimento tal como o escutei:

Eu, quando comecei aqui, tinha a profissão de pescador (...) com oito anos comecei a pescar, já com o meu pai, aí quando meu pai faleceu, fiquei com meus tios, depois fiquei com meus avôs (...) Só que era uma luta muito mais lutada a vida do que agora... (a vida) é uma brincadeira hoje... agora, naquela época, não (...) eu fazia um grande sacrifício... (...) fazia um esforço pra ganhar dinheiro (...) a gente tinha que pescar (...) trabalhando com rede desde meio-dia, só recolhendo à noite (...) quando dava peixe mesmo, às vezes pegava 300 peixes, 200, dependendo do dia (...).

Nesta época, ele morava com seus tios na chamada Praia Deserta, próximo ao rio. Morando lá, ele conta que tinha que carregar um carrinho de mão com os peixes indo ao encontro de um morador que possuía canoas, onde embarcavam os peixes e levavam até a Ilha das Peças para serem vendidos. Lá, eles eram gelados e levados a Paranaguá em canoas a remo – levando muitas vezes três dias de viagem, ida e volta. Diz

ele que isso durava quase a noite toda, alcançando o outro dia. Em um ritmo que chegava a durar de uma a duas semanas, praticamente sem descanso.

Conta ainda que, quando não tinha pesca (...) *nós trabalhávamos na roça, nós plantávamos mandioca, melancia, (...) arroz, era a plantação que dava aqui em cima.*

Contudo, depois que se casou, com 22 anos, diz que as coisas foram mudando. Foi quando se mudou para onde é a vila hoje. Continua: (...) *depois que eu vim pra cá (...) comecei na mesma (vivendo) da pesca... mas aí já tinha mais tranquilidade, (mas) ainda não tinha embarcação motora aqui nessa época.* O primeiro morador a ter uma embarcação a motor foi Locides Correia, *há uns 23 anos atrás*, que hoje mora em Paranaguá. Conta que em Paranaguá já havia embarcações a motor que vinham para a Ilha comprar peixe³.

(...) *Ainda não existia ninguém que conhecia esse negócio de camarão sete-barbas, (ou melhor) se conhecia, mas não se usava de trabalho, não tinha profissão... aí veio vindo, veio vindo (...) aí depois veio esse negócio da compra do camarão sete barbas, com um pessoal lá de Santa Catarina⁴. (...) veio um pouco desse pessoal pra cá, chegaram aqui e acharam que tinha muito camarão aqui na costa... e tinha mesmo, você ia ali com uma canoa, e dentro de uma hora você pegava duzentos, trezentos quilos de camarão.. era muito camarão.. e aí eles formaram uma salga de camarão aqui pra comprar o camarão do pessoal aqui também... aí foi quando começou já a profissão da pesca do camarão (...).* (Daí a) *a gente já foi comprando motor, aí já veio (...) motor de canoa, motor pequeno, tudo motor a gasolina, que a gente comprava lá em Joinville (SC).*

(...) *Aí, nós começamos a trabalhar o negócio do camarão, aí depois eu comecei a fazer compra de camarão (...) vendia muito camarão salgado lá pra São Paulo...*

(...) *E aí que o pessoal veio vindo, porque a maioria do povo que você vê aqui não é nativo daqui... daqui nativos são poucos, dá até pra contar quem são os nativos daqui...*

Ele afirma que a pesca era um “trabalho” ou uma “profissão” que só *dava mesmo pra sobreviver, que não deixava lucro nenhum. Mesmo o pessoal de hoje, os mais novos, lutam com a pesca, mas eles ganham só pro dia, não sobra nada, não tem nada de lucro...*

Esta situação parecia incomodá-lo: *pensei em fazer um futuro melhor aqui dentro de casa (que foi quando) trabalhei com uma firma (...) aí depois, em 83... eu me candidatei (ele foi vereador durante 6 anos).*

³ Afirma Andriguetto (1999:187) que o período de 1965 a 1975 teria sido marcado pela introdução de um “pacote tecnológico” de intensificação da pesca, cujo principal “avanço” teria sido a introdução dos motores de pesca, que possibilitaria um grande aumento do alcance, capacidade e poder de pesca da frota, além do surgimento de novas formas de pesca. Ele afirma que é o advento do motor que permite a introdução da pesca de arrasto de camarão, “*a forma mais produtiva e generalizada de pesca no Paraná*”.

⁴ As novas tecnologias de pesca (motores de centro para a pesca, fibras sintéticas e as embarcações ditas de “tábua”), diz Andriguetto (*idem*:189), foram antes utilizadas em Santa Catarina, difundindo-se para o Paraná através da pura observação ou da imigração do pescador catarinense que traria a nova técnica.

Por outro lado, afirma que hoje a vida dos pescadores é bem melhor, que não imaginam a *vida sacrificada* que se tinha antes – sendo que *hoje eles ganham dinheiro do mesmo jeito mesmo não tendo peixe, pois podem ganhar um peixe com o turista, saem para pescar com o turista*.

*

Na visão de alguns moradores, a vida continua “sacrificada”. Hoje, a rotina da pesca é: sair às cinco e meia da manhã, ficar o dia todo no sol, passar perigo porque o barco pode afundar. Fora os perigos dos temporais, que podem ser infernais se um barco estiver “para fora”⁵. Pode acontecer ainda de o motor falhar e não ter como voltar. Esta foi a descrição do trabalho feita por uma esposa de pescador.

O meu marido, diz ela, aprendeu a pescar com o pai. Tal como muitas crianças que já com 10, 11 anos estão aprendendo o ofício. Assim, os meninos que saem da escola na quarta série, vão aprender a pescar. Só que ela afirma enfática que a vida não vai ser fácil; começando com a dificuldade de um rapaz conseguir um barco para si próprio.

Quem não tem seu barco próprio, pesca pelo sistema do “quinhão”. Nele, tal como o define IPARDES (2001:87), o pescador utiliza todos os apetrechos de pesca de um determinado proprietário de barco e no final da produção é feita a partilha do pescado capturado, quando uma parte é recebida pelo proprietário, como pagamento pelo uso do barco e das redes e outra é paga em dinheiro, pela compra do pescado, sendo o preço definido pelo proprietário do barco.

Na opinião de uma moradora - esposa de um pescador cujo marido trabalhou sob este sistema por muitos anos – quem mais sofre na comunidade são o que trabalham no barco de outros, pois não conseguem juntar dinheiro. Diz que das 70 e poucas embarcações que existem na Ilha, muitas funcionam neste sistema, sendo difícil para estes tirar o sustento de toda uma família.

Sem um barco próprio, torna-se difícil sair da Ilha para comprar o que se precisa em Paranaguá ou Guaraqueçaba, pois as mercadorias na vila são vendidas por um preço muito alto. Ela diz que a maioria das pessoas, quando não tem dinheiro, compra fiado nas mercearias dali (geralmente na do dono do barraco para quem eles vendem o camarão, como veremos a seguir).

⁵ Em mar aberto. “Para dentro” é a pesca nas baías.

Paga-se quando ganhar dinheiro - só que quando essa pessoa vai pagar, já está o dobro. Ela diz que já passou por isso e sabe como é ficar devendo 100 reais e pagando 200, depois de dois ou três meses. E sem ter como ganhar só vai pegando fiado, mas se pega seis, eles marcam sete, chegando um hora em que não se sabe de onde que saiu tanta coisa, diz ela.

No seu entender, o pior é que ninguém reclama. Por isso não conseguem, por exemplo, construir uma casa melhor. Assim, ter um barco apresenta-se como uma boa solução.

Por outro lado, ouvi de outras pessoas que *ser proprietário não é sempre vantagem*. Ou seja, a vida não parece assim tão fácil para um dono de barco. Ao contrário, muitas vezes é sinônimo de problema, seja pela dificuldade em mantê-lo (pois alguns pescadores compram barcos usados, em que o motor estraga muito, que param de funcionar muitas vezes) seja porque alguns deixam seu barco nas mãos de alguém que pode não cuidar direito ou mais, enganar o dono pescando apenas para si, vendendo o pescado “no meio do caminho”, ou seja, não o repassando para o dono do barco.

Disseram-me que às vezes aquele que pesca para alguém ganha até mais que o dono do barco, uma vez que é um “dinheiro limpo” - que possibilita ao pescador guardar uma quantia por mês e ir comprando o que quer ou precisa aos poucos. Enquanto o dono do barco tem que investir no seu barco, acabando por ter mais preocupações.

No entanto, de um modo geral, os homens lutam para ter seu próprio barco. Um caso exemplar é o de Maninho, marido de Andréia, professora da Escola da vila. Há dez anos, ele trabalhava no barco de outra pessoa, como empregado. Depois acabou fazendo sociedade com um rapaz e compraram um barco. Ao mesmo tempo em que dividia o barco com o sócio, construía o seu próprio, ajudado pelo salário da mulher - que em 1996 começou a trabalhar para a Prefeitura de Guaraqueçaba. Assim, quando terminou de construir seu barco, desmanchou a sociedade, deixando o outro para o sócio. O casal comprou então o motor e depois que terminou de pagá-lo, começou a reformar a casa⁶.

Na verdade, as experiências a este respeito variam. Muitas pessoas conseguem juntar “um dinheiro”, como dizem, trabalhando neste sistema, de acordo com a lógica acima. O diferencial parece ser a economia extrema e o não gasto em bebida, por exemplo. Enquanto outros, como disse uma moradora, envelhecem sem ter conseguido o seu barco, trabalhando pelo “quinhão”. Para alguns, a explicação para isso é a “falta

⁶ Trocaram os vidros da frente da casa que antes eram de ferro e agora são de alumínio. Fizeram um banheiro também, além de terem aumentado uma parte da casa. Todo este processo durou uns 8 anos, não estando terminado ainda, pois ela quer mexer em mais coisas da casa e ainda comprar eletrodomésticos, principalmente uma pequena lavadeira de roupas.

de união” em tentar conseguir melhorar as condições, ou a falta de “esforço” e administração do seu dinheiro...

Para duas moradoras - uma delas filha de pescador, que não tem seu próprio barco e outra esposa de um ex-pescador, que atualmente pesca apenas por prazer e cuja fonte de renda atual é sua pousada - um dos determinantes do ritmo de trabalho de um pescador, além da necessidade, é a “vontade”, entendida como o esforço empregado para a realização de determinada atividade (não importando sua motivação intrínseca, podendo ser a necessidade, a busca de algum objetivo específico, o prazer e a satisfação na realização, etc). Elas chegaram a afirmar que muitas vezes era esta vontade a responsável por permitir que um pescador melhorasse ou não suas condições materiais.

Ou seja, disseram que em apenas uma noite, com sorte, poder-se-ia fazer *uma boa grana*. Dependeria muito do dia, havendo a possibilidade de se tirar até mesmo 1000 reais. Assim, se os pescadores *trabalhassem bem*, todos os dias, poderiam melhorar em muito suas condições materiais. Esta afirmação surgiu quando as questioneei a respeito de várias casas que vi estarem sendo reformadas e “melhoradas”.

O que acontece muitas vezes, no seu entender, é que muitos trabalham apenas quando chegam no máximo da falta e da necessidade; ou que ganham bem em um dia e já ficam satisfeitos com isso, não trabalhando nos dias seguintes; ou aqueles que não aproveitam os dias de tempo bom entre os dias que ficaram parados em decorrência da agitação do mar⁷. Fora os casos citados daqueles que gastam tudo o que recebem em bebida.

No entanto, certamente não deixaram de lado um caso mais complicado que vai além da simples vontade - se bem que para alguns ainda, até isso poderia ser mudado, como veremos: o escravizante processo de endividamento. Ou seja, há aqueles que não conseguem juntar um dinheiro a mais porque vendem seu pescado para compradores que não pagam na hora, ou pagam mal, prendendo-se em um sistema de fiados.

Este “sistema” é decorrente da relação que alguns pescadores mantêm com os compradores de pescado, donos dos “barracos”⁸. Antes de explicar este mecanismo, cabe alguns esclarecimentos a respeito dos compradores.

⁷ Quando o mar está muito agitado, os barcos ficam parados. Mas mesmo durante estas fases de “tempo ruim”, alguns dias são favoráveis à pesca. No entanto, nem todos os barcos saem para pescar nestes dias. Duas moradoras me explicaram esta situação dando o exemplo do único barco que saiu para pescar em um destes dias favoráveis, cujo pescador estava reformando “caprichadamente” sua casa - ou seja, disseram elas que sua dedicação e empenho estavam se refletindo nas possibilidades de melhorar suas condições materiais.

⁸ Os barracões onde são recebidos os camarões trazidos pelos pescadores, onde há também os processos de descasque ou retirada da cabeça, além da salga.

Grande parte do principal produto capturado, o camarão, é vendido aos três maiores donos de barracos (Maurício, Oswaldo e Osni)⁹, onde são descascados e salgados. Há aqueles pescadores que têm seu próprio barraco, como é o caso de Maria, que possui sua própria máquina de descasque e que eventualmente compra o camarão de alguns pescadores. Ou ainda, há um pescador, Seu Arlindo, que vende seu produto diretamente para Paranaguá.

O produto final é geralmente vendido em Paranaguá. Entretanto, Oswaldo (média de 3 toneladas ao mês) e Osni (5 toneladas/mês)¹⁰ vendem o camarão salgado para São Paulo ou então para Guaratuba. Nenhum destes compradores possui fábrica de gelo, o que possibilitaria a venda do miolo do camarão sem casca para localidades mais distantes.

É geral a idéia de que ser comprador de pescado é um “bom negócio”. Uma moradora acha que comprar camarão e revendê-lo *dá tanto dinheiro* quanto ter uma pousada ou um restaurante. Ela diz que todos que compram *crecem* rápido: Maurício começou há seis anos a comprar camarão e hoje vende pra São Paulo – por isso, diz ela, consegue ter uma casa enorme, duas voadeiras, um barraco, dois barcos; há também uma mulher (provavelmente Maria, citada acima) que compra só de uma ou outra embarcação, mas que também teria *uma casa muito bonita*, além de uma voadeira e barco.

Ao contrário, vender a estes barracos pode nem sempre ser uma boa “opção”, uma vez que o pescador quase nunca (ou nunca mesmo) é pago na hora. Sem “dinheiro vivo”, o pescador troca seu pagamento por mercadorias no armazém do dono do barraco (ou em outro, *pegando fiado*) – muitas vezes passando da conta. A situação piora quando o dono do barraco é aquele que vende o óleo para o abastecimento do barco do pescador, o que é descontado no valor pago pelo pescado. Como o litro do óleo é mais caro que o preço pago pelo quilo de camarão, se o pescador capturar menos camarão do que compra de óleo acaba não recebendo nada no final.

A esposa de um pescador me contou ainda que muitas vezes o pescador é obrigado a vender a um barraco, mesmo que o outro esteja naquele dia pagando à vista, sob ameaças feitas pelo comprador de não comprar o pescado da próxima vez. A mesma coisa acontece se ele tenta vender diretamente para, por exemplo, Paranaguá – o que também acaba não sendo uma vantagem, pois mesmo que lá o pagamento seja feito na

⁹ Os dois últimos são pai e filho. Ambos já ocuparam ou ocupam postos políticos na comunidade (como vereador ou presidente da Associação de Moradores).

¹⁰ De acordo com dados fornecidos a mim por Hamilton Fernandes, ex-coordenador do “Projeto de Pesca” da ONG atuante nas vilas da região, o IPÊ (sobre a ONG, ver capítulo 3).

hora e pelo dobro do preço da Barra, o tempo perdido na viagem é um dia de pesca perdido, que ele deixa de ganhar, fazendo com que no final das contas só se tenha a aparência de ter ganho mais.

Carioca, que não mais se mantém pela pesca, afirma que nunca aceitou essa situação. Diz que partia para a briga e ameaçava não vender para quem não lhe pagasse na hora. Ele diz que brigou muito, mas sozinho, dizendo do medo dos pescadores de não mais conseguirem vender seu pescado. A esposa de um pescador me contou também que seu marido tentou vender diretamente para fora, sem passar por estes atravessadores – o que é sempre um risco, porque às vezes, disse ela, os compradores de Paranaguá ou da Ilha do Mel podem não querer o pescado naquele momento. Para ela, o maior problema neste sentido é a falta de união entre os pescadores, gerada por este medo do risco¹¹.

Estas são questões certamente polêmicas, em que nos perguntamos até que ponto uma pessoa ou um grupo é ou não é capaz de mudar suas “condições” na direção que gostaria – isso não parte apenas de minhas reflexões, mas é algo que perpassa o discurso e a vida dos moradores da comunidade. E que ainda veremos surgir muito por aqui.

O trabalho dentro dos barracões é essencialmente das mulheres – de modo geral, esposas ou filhas dos pescadores que vendem seu pescado aos donos dos barracos. Ou seja, os compradores exigem que os pescadores, juntamente com o camarão vendido, levem uma pessoa para limpá-los (descascar ou tirar a cabeça). Isso para evitar o acúmulo de camarão que ali chega, que apenas poucas mulheres não dão conta de limpar, evitando que estraguem e tragam prejuízo ao comprador.

Assim, depois que os homens voltam da pesca, pelas cinco da tarde, as mulheres descascam o camarão até as dez da noite ou mais, dependendo da quantidade. Quando não conseguem limpar tudo no mesmo dia, continuam no outro. Uma destas mulheres,

¹¹ É interessante comparar os dados aqui apresentados (relativos às visões- internas- dos moradores sobre a pesca) com as análises feitas por autores com perspectivas mais “externas”. Andriguetto (1999:167) resume as informações encontradas em alguns trabalhos que analisam os processos de mudança da atividade pesqueira no litoral paranaense, quais sejam: nas décadas de 60 e 70, programas governamentais de crédito e financiamento de motores e embarcações teriam trazido uma considerável ampliação do esforço de pesca, intensificação das relações paternalistas nas vilas e concentração de renda pelo sistema de quinhão. Nas décadas de 70 e 80, muitos pescadores teriam vendido seus apetrechos para obter renda, passando à condição de quinhoeiros, enquanto alguns teriam conseguido capitalizar-se e adquirir os meios de produção. Ele aponta também para fatos gerais percebidos nas vilas não urbanas do litoral em que os principais proprietários dos equipamentos são também os comerciantes locais, que intermediam a venda da produção pesqueira para distribuidores em Paranaguá, Curitiba, São Paulo e outras localidades e onde, frequentemente, os mesmos intermediários são os únicos distribuidores locais de produtos industrializados (tal como observei na Barra do Superagui).

que claramente não gosta da atividade, disse ir para *facilitar para eles* e para evitar que as outras mulheres reclamem. Ela critica também a falta de condições higiênicas para o trabalho, sem luvas ou roupas apropriadas, pois o contato direto com a água do camarão, que alaga o chão, é bastante prejudicial à sua saúde. Isso sem contar nos milhares de furos e rasgos que o contato com o camarão causa às mãos, fora o tempo (às vezes 12 ou mais horas) em que ficam de pé¹².

Uma outra possibilidade para a venda do pescado são os restaurantes/lanchonetes e pousadas da Ilha. Contudo, duas proprietárias me afirmaram ser quase impossível comprar dos pescadores da Ilha devido ao altíssimo preço cobrado por eles. Uma delas, aliás, dona de pousada, afirma comprar na Ilha do Mel peixes congelados e prontos para fritura e nunca dali. Esta é uma questão interessante, que revela um pouco da dinâmica da vida em comum nesta comunidade – o que será melhor explorado nos capítulos seguintes.

Sobre este assunto, não se pode esquecer ainda a relação com as outras vilas da região, principalmente da Ilha das Peças. Fora a Vila das Peças que, tal como a Barra do Superagui pesca em mar aberto, as vilas desta Ilha pescam nas baías¹³. Neste sentido, existe uma forte relação de compra e venda de pescados entre estas diferentes comunidades. Além é claro, dos torneios de futebol e grandes festas.

Esta é a rotina de trabalho, fora as épocas ou dias em que o mar está muito agitado e impossibilita a saída dos barcos (que ficam parados por ali mesmo e os homens fazem pequenas capturas de peixes bem próximos à costa), e também a época da proibição da

¹² Em um dos dias que tive oportunidade de participar do processo, haviam 18 toneladas de camarão para que fossem retiradas as cabeças, a um preço de 80 centavos o quilo. O número de mulheres no trabalho varia em uma média de 15.

¹³ Em levantamento sócio-econômico feito por IPARDES em 1989 vemos que as comunidades que têm sua área de produção restrita às águas da baía possuem características diferenciadas no que se refere à atividade pesqueira: lá o meio ambiente estuarino é mais suscetível aos desequilíbrios ecológicos; a embarcação predominante é a canoa a remo e o espaço limitado pelas águas da baía é usado por muitos pescadores ao mesmo tempo, ocasionando a sobrepesca. No caso das vilas que pescam em mar aberto (além de Barra do Superagui, apenas outras duas vilas do litoral norte se situam na frente oceânica: Vila das Peças e Barra do Ararapira) a área de pesca é mais abrangente e com uma maior diversidade de espécies. Ao mesmo tempo, a atividade pesqueira aí requer melhores condições técnicas para o enfrentamento das condições naturais inerentes a tal espaço (IPARDES,1989:65). Neste sentido, entende-se porque estas vilas são as maiores da região e aquelas que apresentam maior concentração de embarcações a motor e maior diversidade e sofisticação dos apetrechos de pesca (Andrighetto,1999:38).

captura, ou defeso¹⁴, do camarão sete-barbas e branco que vai de 15 de Fevereiro a 15 de abril¹⁵.

Como disse uma moradora, na época do defeso do camarão, *não se faz nada; quem tem rede, pega peixe, que é pouco*. Nesta situação, intensifica-se a prática do fiado nos bares ou mercados. Existem casos de pessoas que não precisam se valer dele, pois tem renda mensal (com outras ocupações além da pesca, como veremos depois). Existe também a renda do seguro-desemprego - três salários para os três meses em que ficam sem poder trabalhar devido à proibição¹⁶, mas que só é pago em junho.

*

Não posso afirmar que as opiniões aqui escritas reflitam a visão como um todo dos moradores da Barra do Superagui. Convivi com apenas uma pequena parcela deles, que de um modo geral tem uma visão da pesca apenas como um meio de vida, necessário muitas vezes, porém duro e difícil.

Uma mulher, esposa de pescador, vai mais longe dizendo que não gostaria que o futuro de seu filho estivesse na pesca. Diz ainda que seu marido não pretende ensiná-lo a pescar, procurando convencê-lo da necessidade de estudar, de aprender, para *fazer alguma coisa diferente*. Como a mãe e a irmã de seu marido moram em Paranaguá, ele tem duas alternativas de moradia na cidade que se apresenta como uma possível solução já que aqui não tem muitos recursos, não tem muitas oportunidades; e tem que estudar para ser alguma coisa.

¹⁴ As restrições jurídicas à exploração pesqueira consistem, de acordo com Andriguetto (1999:170), de proibições aos apetrechos predatórios, estabelecimento de tamanhos mínimos de malha e períodos de defeso. Este autor afirma ainda que tais restrições vem sendo implantadas pelo governo federal (SUDEPE e atualmente IBAMA) desde os anos 60 e 70 e hoje - motivadas pelo aumento do esforço pesqueiro e da eficiência dos equipamentos, pela queda dos rendimentos, pelo aumento dos conflitos de uso e pelo desenvolvimento da percepção de que os recursos estão ameaçados - estão sendo intensificadas. Entretanto, elas não estariam suficientemente apoiadas em conhecimento científico: Andriguetto afirma que o atual período de defeso do camarão, por exemplo, se aplica indistintamente às três espécies de interesse comercial no Paraná, cujos ciclos de vida são diferentes; além disso, apenas em suas duas últimas edições o defeso deixou de ser uniforme para todo o país, quando haveria evidentes diferenças regionais. Tal como afirmam Martin&Lana (1993 *apud* Andriguetto,1999:173), o instrumental jurídico da região teria muita pouca eficácia social na medida em que estaria bastante dissociado das realidades sociais e ecológicas. O atual quadro de legislação e fiscalização, que os autores afirmam muitas vezes ser feito sem conhecimento das especificidades da região e de modo truculento, seria responsável por conflitos na medida em que o pescador reinterpretaria e às vezes burlaria esta lei pelos motivos apontados.

¹⁵ Para os que pescam dentro, nas baías, a época do defeso do camarão branco é de 15 de Dezembro a 15 de Fevereiro.

¹⁶ Recebem este salário todos aqueles que se dirigem à Colônia de Pescadores em Guaraqueçaba, munidos de seus documentos, e pagam a taxa de 12 reais (janeiro/2002). Todavia, nem todos parecem se dispor a tanto. Uma moradora me contou que este ano seria o primeiro em que se valeria do seguro porque antes não tinha paciência de ficar indo até lá para arrumar as coisas.

Aponta como falta de perspectiva o fato de que *as meninas daqui, quando terminam a quarta série, descascam camarão, namoram, casam, engravidam*. Afirma ser raro quem chega aos vinte anos sem ter se casado: *a maioria engravida com quinze, dezesseis anos, e quando não casam ficam com um filho ou dois, criando junto com a mãe*.

Uma outra família que conheci abandonou a pesca como meio de sustento e trabalhou para construir uma pousada, à qual se dedicam inteiramente. Aliás, esta é uma história bastante recorrente: de pessoas que usam a pesca como forma de acumular algum recurso para conseguir construir sua própria pousada, ou aumentar sua casa para alugar quartos, ou ainda montar uma pequena lanchonete.

Esta visão negativa pode estar ligada à crescente escassez de pescado, que torna o trabalho desanimador. IPARDES (2001:87) registra para Guaraqueçaba como um todo uma queixa generalizada a este respeito, decorrente do crescente número de pescadores tanto locais como vindos de fora e do uso de equipamentos tecnologicamente mais avançados, que respondem melhor à grande demanda.

Além ainda da presença da pesca de grande escala, conhecida também como “industrial”, na orla marítima, que intervém sobre o fluxo migratório de algumas espécies que se abrigam no interior da baía e acentuam os problemas de escassez ao intervir nos ciclos de reprodução (IPARDES,1989). Alguns moradores levantaram este problema: *os grandes barcos de Guaratuba em um dia de “arrasto” superam o dia de arrasto de todos os barcos da vila* ou ainda os de Santa Catarina, que *pescam o dia inteiro com seus grandes barcos, tiram tudo do mar, enquanto o pescador pequeno não pode fazer o mesmo*.

IPARDES (*idem*) resume este processo de escasseamento do pescado como devido a dois fatores: 1) o vínculo com a comercialização e a crescente demanda do mercado, que exigiria a intensificação da captura dos peixes tanto em períodos de safra quanto de entressafra, causando a degradação dos recursos¹⁷ e 2) a intensificação da pesca em mar aberto realizada por grandes barcos (“industriais”) de outros estados que “arrastam” continuamente e quase sempre desrespeitam o “limite de milha” definido pela

¹⁷ Para Andriquetto (1999:224), as mudanças técnicas ocorridas no âmbito da atividade pesqueira parecem ter provocado impactos negativos sobre os estoques de espécies de interesse comercial. Diante disso, ele conclui que provavelmente o nível de esforço dos atuais perfis técnicos e o caráter predatório de algumas práticas não sejam compatíveis com a capacidade de suporte do meio ambiente e nem mesmo com as necessidades dos pescadores.

SUDEPE - ou seja, a área de restrição para a realização do arrastão que seria as 3 primeiras milhas da costa¹⁸.

Deste modo, quem só tem na pesca a sua possibilidade de sustento e não possui outra atividade que garanta suas contas básicas nas épocas difíceis é tomado como “mais carente”. Isso ficou claro quando da distribuição dos trabalhos para o Projeto Baía Limpa¹⁹. Denise, então Presidente da Associação de Moradores, responsável por indicar as mulheres que iriam participar do projeto, afirmou que se ateriam às mais “carentes”, ou seja, aquelas cujos maridos não possuíam um salário mensal, baseando sua vida apenas na pesca (como empregados de outros).

Para representar a dificuldade da vida do pescador, uma professora da Escola da comunidade diz se revoltar com a situação da pesca, criticando a diferença do preço que é pago pelo camarão na vila (0,80 ou 1,50 reais o quilo) do preço final quando chega nas mãos do consumidor (10 reais, mais ou menos). Enfaticamente ela afirmou: *se eu fosse homem, mudava isso!* Ou seja, ela aponta para o outro lado da atividade, além dos problemas “ambientais” de escassez e falta de pescado, demonstrando sua indignação com os próprios homens da vila, uma vez que não entende porque eles se submetem a esta situação, colocando a “união” como uma força desperdiçada²⁰.

Assim, a queda do estoque pesqueiro (e as crises decorrentes) e as dificuldades em garantir um nível de renda básico e seguro são alguns dos fatores que podem explicar o abandono da atividade pesqueira ou seu papel secundário, em favor do trabalho com o turismo, por exemplo. Contudo, não são os únicos, pois existem homens que realmente não gostam da atividade e a dificuldade parece impeli-los a buscar outras alter-

¹⁸ Esta questão pode ser vista no livro ATA da Associação de Moradores da Barra do Superagui (ADMBS), de agosto de 1990, que registra o envio de um ofício ao então Governador do Paraná, Álvaro Dias, com 265 assinaturas, solicitando melhorias e benfeitorias para a comunidade. Entre estas, *os pescadores pedem que o governador interceda junto ao IBAMA para que seja criado um horário de pesca das 06:00 às 18:00, na faixa marítima do litoral do Paraná entre a Barra do Sai à Barra de Ararapira para evitar a vinda de barcos pesqueiros de outro estados no período da noite que estão diminuindo cada vez mais os pescados*. Ainda, em junho de 1995, quando se reuniram em Guaraqueçaba os diretores da associação, o Prefeito Municipal, os representantes da Câmara dos Vereadores, do IBAMA, entre outros, para discutir, entre outras coisas, o caso da invasão de barcos grandes na região que demandavam fiscalização do IBAMA. Por mais que providências tenham sido tomadas, o problema persiste até hoje.

¹⁹ Este é um projeto do Estado do Paraná, que remunera o pescador com meio ou um salário mínimo por mês, acrescido ou alternado com uma cesta básica, para exercer trabalho de coleta de lixo, em meio expediente durante três dias por semana, tal como o definiu Andriguetto (1999:169).

²⁰ Pode-se deduzir disso também a pouca voz das mulheres no que se refere a estes assuntos essencialmente masculinos

nativas de renda e ocupação, mais condizentes com suas “aptidões”. Ou ainda há aqueles que descobrem mais “vantagens” em outra atividade - não apenas econômicas, como também em termos de status pessoal, comodidade, facilidade, etc. No próximo capítulo estas questões serão tratadas detidamente.

III. Breves considerações a respeito da categoria “pescadores artesanais”

Afirma Andriguetto (1989:181) que a visão corrente na literatura sobre pescadores paranaenses foi sugerida em IPARDES (1989)²¹ e adotada por autores posteriores. No trabalho citado, encontramos uma classificação dos pescadores segundo o tipo de produção efetuada: pescadores-agricultores (pesca como atividade ocasional), pescadores artesanais (pesca como principal fonte de renda e oriunda de grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco) e pescadores industriais (vinculados à pesca industrial com relações de trabalho patronais, caracterizada pela dissociação entre pescador e pescado).

A atividade pesqueira de Guaraqueçaba é considerada artesanal - pois se utilizaria principalmente da mão-de-obra familiar, canoas a motor ou a remo e outros apetrechos simplificados (IPARDES,2001:87).

Encontramos em Diegues (1993:3) uma elaborada definição do que seria a “pesca artesanal”: aquela em que pescadores autônomos participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples e onde a remuneração é feita pelo “sistema tradicional” de divisão da produção em partes. O autor ainda os distingue do que ele chama de “pescadores-agricultores”, onde a atividade principal é a agrícola sendo a pesca para consumo familiar²².

Para Andriguetto (1999:12), o costume de se referir à pesca que se desenvolve no litoral do Paraná como artesanal padeceria de uma falta de rigor na medida em que este

²¹ Este trabalho tem a forma de um relatório que integra o projeto “Zoneamento da APA de Guaraqueçaba”, fruto de um convênio entre o IPARDES e a SEMA, que caracteriza a situação sócio-econômica da população local, com o objetivo de definir normas de uso de solo e recursos naturais.

²² O autor, de inspiração marxista, classifica as formas em que os “fatores produtivos” e as “relações de produção” se combinam gerando os seguintes tipos: “produção pesqueira de auto-subsistência”; “produção pesqueira em moldes de pequena produção mercantil” que se divide em “pequena produção familiar de pescadores-lavradores” e “pequena produção de pescadores artesanais”; “produção pesqueira capitalista”. No seu entender, estas categorias destinam-se a explicar processos de mudança inseridos em um processo amplo de avanço do capital no contexto do litoral sudeste (Diegues,1983:148).

conceito foi usado para definir uma grande variedade de formas de organização e produção em todas as partes do mundo²³.

Neste sentido, ele considera primeiramente que em sua pesquisa²⁴ não se confirmou a distinção entre “pescadores agricultores” e “artesanais”, que lhe parece irrelevante para descrever diferenças sociais ou econômicas importantes. No seu entender, esta distinção é muito mais temporal (como vimos, a agricultura está no passado recente da maioria dos pescadores) do que estrutural. Afirma ainda que não há diferenças significativas entre pesca artesanal e industrial, salvo a escala; e mesmo que a pesca empresarial pudesse se qualificar como uma “empresa capitalista pesqueira”, as relações de trabalho aí pouco diferem das de outro tipo - na prática não existiria o emprego formal, os critérios de seleção da tripulação seriam semelhantes e a remuneração continuaria a ser pelo sistema do quinhão, não se configurando o assalariamento (*idem*:182).

Assim, para este autor, a pesca no litoral do Paraná seria, em geral, uma “pesca de pequena escala” (de importância apenas regional e menor nacionalmente), expressão que lhe parece mais adequada para designar o conjunto das formas de pesca paranaenses quando comparadas com as formas mais sofisticadas de pesca em outras partes do mundo²⁵.

*

A literatura (tanto das ciências humanas quanto das naturais) sobre pescadores e a atividade pesqueira é bastante ampla e complexa, não podendo ser resumida em uma página. Não pretendi aqui desconsiderá-la ou simplificá-la, mas apenas apontar para uma questão que considerarei relevante ao meu trabalho especificamente: o uso de categorias previamente definidas e comumente utilizadas tais como “pescador-agricultor” ou “pescador artesanal”.

Não que estas categorias não denotem características importantes de comunidades que se valem de tais atividades produtivas (como a agricultura ou a pesca), todavia elas acabam não abarcando as complexas relações que vão se construindo na vida cotidiana e não dão conta, muitas vezes, da dinâmica da vida social que transforma cons-

²³ Ele encontra outras noções usadas como alternativa àquela (“pesca costeira”, “ribeirinha”, “tradicional”, “de pequena escala”) mas a maioria delas seriam operacionais, ligadas ao contexto e região analisados.

²⁴ Sua pesquisa foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR) tendo como objetivo geral abordar os sistemas de produção pesqueira do Litoral do Paraná e seu processo de diferenciação.

tantemente as técnicas utilizadas, os objetivos e motivações das atividades e as relações sociais (nas quais patrões se tornam empregados, empregados “viram” patrões, exploradores acabam sendo explorados ou os explorados se tornam exploradores, etc).

Destarte, ao invés de tomar o conceito de “pesca artesanal” e tudo que o ele pode implicar em termos de organização social, prefiro me valer da sugestão de Andriguetto (1999), e tomar a pesca a partir de sua escala e suas técnicas mais comuns, sem levantar com isso qualquer concomitância “cultural” específica²⁶.

Neste sentido, não tomo o rótulo “pescadores” e a atividade pesqueira como definidores da comunidade (ou como um tipo de “identidade”), mas como mais um dos elementos (certamente importante e central) que conformam o que poderíamos chamar de seu “modo de vida” - entendido de modo dinâmico e não essencialista.

²⁵ Na verdade, ele considera mais útil dispor o conjunto das práticas pesqueiras em um gradiente contínuo de um extremo claramente artesanal ou de subsistência, a um claramente empresarial, sem que se procure traçar um limite (Andriguetto, 1999:186).

²⁶ Ou seja, relações sociais (de trabalho, por exemplo) específicas ou ainda significados específicos dados às atividades.

Capítulo 3**ALTERNATIVAS DE VIDA E RENDA**

Existem, como vimos, aquelas pessoas que são apenas pescadores que podem ou não receber o seguro-defeso e que têm uma renda inferior ao que gastam mensalmente em alimentação. São aqueles que vivem à base de fiados. Estes podem ser ainda aqueles que trabalham em barcos de outros, não tendo pois muito interesse com o turismo – uma vez que não possuem barcos que poderiam usar para transportar turistas, atividade muito comum e complemento de renda para muitos.

Daqueles que conheci, raros eram os que baseavam sua subsistência apenas e exclusivamente na atividade pesqueira. De um modo geral, os mais “carentes” estão nesta categoria, dos que pescam em regime de quinhão. Mas nem todos os “quinhoeiros” são considerados “carentes”.

Apenas como ilustração, e não pretendendo esgotar as possibilidades, existem vários modos de complementar a renda. Aqueles que têm seus próprios barcos, além da pesca, podem se valer do transporte de turistas. Existem ainda aqueles que alugam quartos ou sua própria casa em épocas de temporada; e mulheres de pescadores que vendem alimentos (pães e doces) para seus vizinhos, além de descascarem camarões.

Os “atravessadores” ou donos dos barracos, também trabalham com turistas, uma vez que possuem botes ou bateras. Há ainda os donos de mercearias ou lanchonetes, que muitas vezes podem também ser compradores de pescado. Os que são donos de pousada são os que mais aproveitam a onda de turistas, podendo ainda, se possuírem voadeiras, transportá-los; ou ainda, se são pescadores, podem vender seus peixes tanto a turistas quando a moradores da vila, ou ainda para fora.

Não podemos esquecer daqueles que são funcionários de instituições públicas: fiscal do IBAMA (há um na comunidade, cujo trabalho principal, me disseram, seria dirigir a lancha do IBAMA); carteiro, funcionários da Prefeitura que trabalham como agentes comunitários ou que recebem contas de luz, ou ainda aqueles que são contratados por projetos tais como o Baía Limpa. Há ainda aqueles que trabalham de pedreiros, construindo casas para seus vizinhos. Ou os que prestam serviços para os mais abonados (ajudando em serviços domésticos, cuidando dos terrenos, ajudando nas pousadas, etc).

Conheci um ex-pescador, que particularmente não gosta de pescar e trabalha fazendo artesanato e serviços gerais (de transporte principalmente) para seu cunhado

dono de pousada. Sua esposa *se vira* dos mais variados modos: é cabeleireira e manicure dos moradores, faz costuras e artesanato tanto para fora quanto também para moradoras da vila. Entrou para um projeto de produção de fantoches do IPÊ, e conseguiu 2000 reais para terminar a sua casa. Cabe lembrar uma observação sua de que nunca compra fiado para não ficar presa *para sempre*, já que tudo na vila é caro.

Há senhoras que produzem materiais de artesanato: bolsas e chapéus de tricô, toalhas de macramê (aprendidas com o grupo do IPÊ), tapetes, etc. Há ainda uma jovem que revende produtos cosméticos, saindo de casa em casa para vender ou cobrar.

I. O Turismo como atividade crescente

O turismo é uma questão que surge muito comumente na fala dos moradores. Como vimos no capítulo anterior, o Sr. Antônio coloca como uma vantagem aos pescadores de hoje terem no turismo um modo de garantir sua renda. E mais, para ele o turismo é uma boa oportunidade para a comunidade, *mas apenas se for aquele que não venha tomar, aquele turismo que só vem passear, que vem ver, e volta pra casa... isso é que é turismo bom*. Ou seja, aquele turismo que não se estabeleça no local com casas de veraneio ou estabelecimentos comerciais.

Ele ainda elogia o IBAMA e sua fiscalização, que procura impedir que moradores vendam suas casas a pessoas de fora. Completa esta idéia dizendo: *imagine se resolvem construir um hotel cinco estrelas aqui – iria abafar tudo, os pequenos não iriam poder fazer nada, então isso é uma coisa boa que eles (o IBAMA) fazem*.

É comum em conversas que envolvem o assunto “turistas” uma questão referente à venda de casas e terrenos e problemas decorrentes com o IBAMA. Isso não será tratado aqui, uma vez que todo um capítulo (5) será dedicado a esta questão, devido a sua importância. Cabe citar apenas que, mesmo que os turistas (em termos gerais) estejam envolvidos em várias situações de compra de terras, não são eles necessariamente os considerados “culpados” ou como aqueles que enganam os moradores para garantir seus interesses.

Fora os casos em que isso realmente acontece, encontramos na fala dos moradores a visão de dentro, ou seja, a visão baseada no conhecimento que eles têm uns dos outros e na interpretação que fazem das motivações de determinadas ações: “*ele queria tirar vantagem*”, “*ele queria ganhar um dinheiro para fazer tal coisa*” ou “*ele queria ir embora daqui*”. Em resumo, os “turistas” e o que eles representam não são prejudicados em sua

imagem ou significado como um meio de “crescimento”, seja econômico, seja pessoal (*conhecer pessoas novas ou coisas novas*, tal como entende uma moradora)¹.

O “turismo bom” é então aquele que permite que as pessoas da própria comunidade possam prestar serviços, tais como os já citados: de transporte e passeios, venda de alimentos e artesanato, aluguel de quartos, pousadas, entre outros.

Não são poucas as famílias que têm trabalhado no sentido de também poderem fazer parte do novo mercado, economizando para poderem aumentar suas casas ou mesmo construirem pequenas pousadas. Vera, agente de saúde da comunidade, vai mais longe dizendo que *o futuro daqui é o turismo, porque a pesca anda muito ruim*.

Andréia, professora já citada no capítulo anterior, demonstra sua vontade de trabalhar com o turismo e imagina que este é o objetivo de muitos moradores, graças à boa possibilidade de renda que a atividade proporciona. Ela diz que já pensou em alugar um quarto, *mas talvez no próximo ano se minha casa estiver mais arrumada*. Pensa até mesmo em alugar a casa toda, contudo não antes de forrar o quarto, trocar as portas, o piso, colocar cortina, comprar uma geladeira...

Há vários casos muito semelhantes de pessoas que deixaram a pesca para montar pequenos estabelecimentos como pousadas ou lanchonetes.

Lourdes, dona da Pousada Golfinho, conta que seu marido foi pescador e nesta atividade juntou dinheiro para montar um restaurante – somente depois fizeram a pousada, que existe há dois anos. Sua pousada é pequena, resolvendo seu problema de não ter que contratar muitos ajudantes uma vez que se assim o fizer diz que não consegue *nem pagar as contas direito*, principalmente levando-se em conta o preço dos alimentos e peixes na vila.

Outra senhora, dona da Pousada Crepúsculo, tem uma história parecida: seu marido era pescador e sua sogra tinha um pequena venda – as duas atividades permitiram que eles montassem um restaurante e posteriormente a pousada.

Estas são apenas duas entre as oito pousadas que existem na vila atualmente. Na temporada de verão todas elas ficam cheias, isso sem contar nas várias casas e quartos

¹ Não deixo de lado os embates que ocorrem entre valores diferentes, dos que tradicionalmente vivem ali e aqueles que são de fora e têm “costumes” diferentes. Isso será tratado detalhadamente no capítulo seguinte.

alugados por toda a vila, além dos campings (feitos nos quintais das casas ou em terrenos separados só para isso)².

Entretanto, isso nem sempre foi assim. As pousadas são um capítulo recente da história da Barra do Superagui e tem como personagens destacados um casal de moradores cuja história vale a pena ser contada.

a. *Uma história pessoal*³

Waldeir Teixeira, conhecido apenas como Carioca, 40 e poucos anos, não é nascido no Paraná. Carioca não apenas no nome, saiu de casa muito jovem para encontrar seu próprio caminho. Há uns 15 anos atrás, trabalhando na Ilha do Mel, conheceu Denise, nativa da Barra do Superagui, com quem vive até hoje. Ela tinha uns 15 anos quando foi embora da Ilha com Carioca para Curitiba.

Nesta última ele trabalhou na área de vendas, economizando para aos poucos construir sua própria casa. Acaba comprando um carro, porém depois de um tempo, vende-o e o troca por um barco, voltando com Denise para a Barra do Superagui. Talvez o fato de ser filho de pescador o tenha levado a voltar as suas origens, além é claro das saudades que Denise sentia da família.

Eles têm uma condição econômica bastante confortável atualmente, levando adiante uma pousada muito bem-sucedida, que já conta com clientes fixos não só nas épocas de temporada. Para todos os seus amigos, a sua é uma história de muitas lutas e de um trabalho e dedicação incessantes, como veremos.

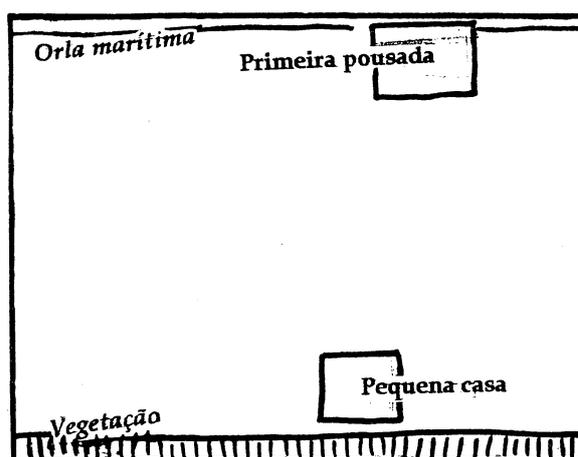
Para Denise, o início desta história foi um trabalho de Carioca para o IBAMA, cujo pagamento possibilitou que ele construísse um grande salão para promoção de bailes. Ela diz que por um tempo ganharam algum dinheiro ali, só que alguns problemas im-

² As épocas que recebem mais visitantes são o final de ano e as festas de reveillon, o carnaval e feriados durante os meses de verão.

³ A história aqui relatada está apresentada tal qual me foi contada. É interessante assim notar qual seu eixo condutor, quais os fatos enfatizados e qual a lógica que a domina. Pois, tal como Becker (1994 *apud* Goldenberg, 1997:42) sugere, as autobiografias e histórias de vida não revelam a totalidade da vida de um indivíduo, mas apenas uma versão seletiva de modo a apresentá-lo como o retrato de si que prefere mostrar aos outros. No caso, esta seria uma história de como os atores envolvidos teriam conseguido atingir o seu estado de vida atual, considerado por eles confortável e ideal. Assim, eles interpretam a sua história como uma vitória crescente frente às dificuldades. Ao contrário, pessoas da comunidade em geral não entendem como eles puderam adquirir o que hoje possuem, desconfiando de seu caráter e capacidade. Diante destes comentários, outros (amigos do casal) afirmam que são decorrentes da *inveja e despeito* que as

pediram que o levasse adiante. Fechou então o negócio, continuou com a pesca e foi aos poucos comprando material de construção com o objetivo de dividir aquele salão em alguns cômodos para que pudesse alugá-los⁴.

Esta foi a sua primeira pousada, situada à beira-mar, enquanto moravam em uma pequena casa, mais ao fundo do seu terreno (e onde atualmente funciona a cozinha da sua pousada atual, além do quarto do casal e do filho – que hoje estuda em Paranaguá). Isso foi em 1994, época em que já existia uma pousada na Barra, a Pousada Superagui, que pertencia a uma mulher “de fora”. A sua foi então a segunda pousada da vila, seguida da do pai de Denise (em 1998) V. QUADRO 1:



Sem muita possibilidade de investir na pousada, contam que no início emprestavam lençóis dos familiares e faziam com que os hóspedes se utilizassem da casa dos pais de Denise como base de refeições⁵.

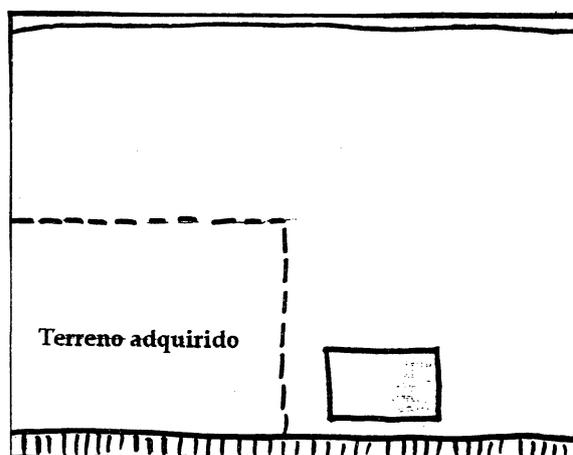
Por outro lado, Carioca continuava com a pesca, vendendo seu pescado para outras localidades próximas, onde conseguia preços mais justos. Quando vendia ali mesmo criava grandes confusões, uma vez que relutava em aceitar o fato de não ser pago na hora. Diz que muitas vezes teve que aceitar a situação, tal como os outros pescadores ainda o fazem.

atitudes e vitórias do casal despertariam. (Para facilitar a visualização desta história, elaborei um pequeno esquema que irá acompanhar o texto).

⁴ Ao invés disso, emprestou a casa, dividida em 2 quartos, para duas famílias que precisavam de um lugar para morar.

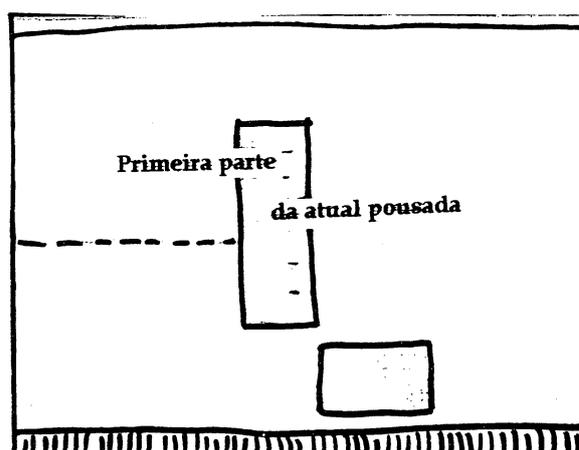
⁵ Sendo que até hoje a casa dos pais dela, além da Pousada construída em 98, contém ainda um restaurante.

Sempre que conseguia algum lucro, investia na pousada comprando lençóis, construindo banheiros, etc. Tanto esforço foi pela primeira vez colocado a prova quando a maré avançou e destruiu todo o piso da pousada, levando-os a desmanchá-la inteira. Não se dando por vencido, trocou o material da casa por um terreno logo ao lado da casa de madeira onde moravam, “guardando-o” para futuras realizações... V. QUADRO 2:



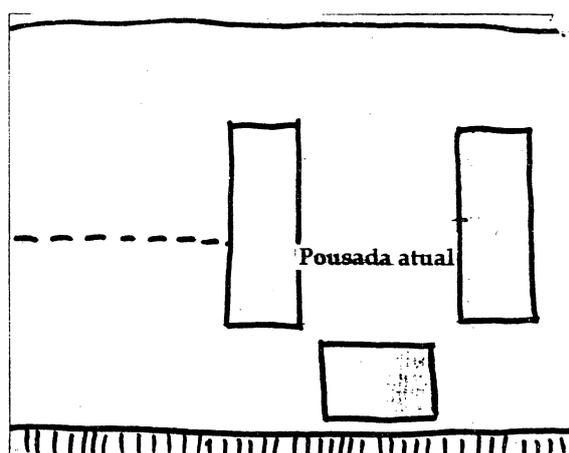
Continuaram economizando até que conseguiram comprar uma voadeira usada - a primeira da vila - que acabou se tornando uma ambulância para a comunidade (levando doentes para as cidades). Posteriormente esta voadeira foi trocada por uma nova - graças ao contínuo trabalho com a pesca, com o aluguel de sua casa e o transporte de turistas.

Alguns anos depois, vendeu novamente sua voadeira e a trocou por material para a construção de uma das duas partes que formam o que hoje é a sua pousada. Denise conta que para poder *ganhar melhor*, vendiam filés de peixe de casa em casa na Ilha do Mel. Este trabalho, e mais o que recebiam com o aluguel dos quartos, era quase totalmente investido na pousada (em camas, lençóis, banheiros, etc). V. QUADRO 3:



Até que uma outra tragédia natural, um forte vento que ocorreu em 1997, tirou do chão e carregou para longe paredes, camas e telhas da pequena pousada. Conta Denise que este foi um momento de grande desespero, em que sentiu vontade de desistir de tudo. Contudo, com a ajuda de amigos e dos hóspedes que viriam para a pousada exatamente quando o fato aconteceu, em duas semanas colocaram-na novamente de pé.

Depois disso, continuaram cuidando da pousada, fazendo fretes e pescando, até que Carioca decide construir a segunda parte da pousada, chegando na sua forma atual⁶. V. QUADRO 4:



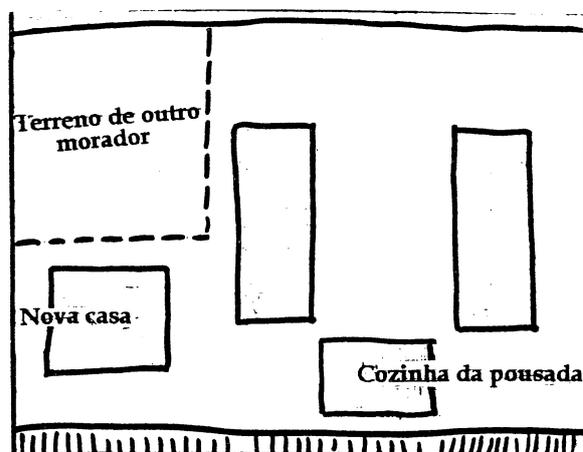
Carioca conta que em determinado momento, quando já mais seguro com as possibilidades que a pousada poderia lhe proporcionar, resolve parar de pescar e contrata pescadores através do sistema de quinhão. No entanto diz que, diferente de muitos outros, pagava aos pescadores *um preço justo*.

Denise ainda aponta o momento em que decidiram vender o pescado para outros locais como essencial e determinante para que pudesse *melhorar sua vida*, uma vez que vendendo para os comerciantes da vila era impossível acumular capital. Ela acredita

⁶ Hoje eles contam com uma ajudante em todo o ano e na temporada contratam mais algumas pessoas para ajudarem na limpeza e no transporte de turistas. Denise é quem cozinha, sendo que na temporada é impossível conversar com ela, o que muitas vezes suas vizinhas ou aqueles que a procuram não entendem muito bem...

ainda que qualquer pessoa da Ilha teria possibilidade de vender seu pescado para fora, contanto que se unissem e trabalhassem juntos.

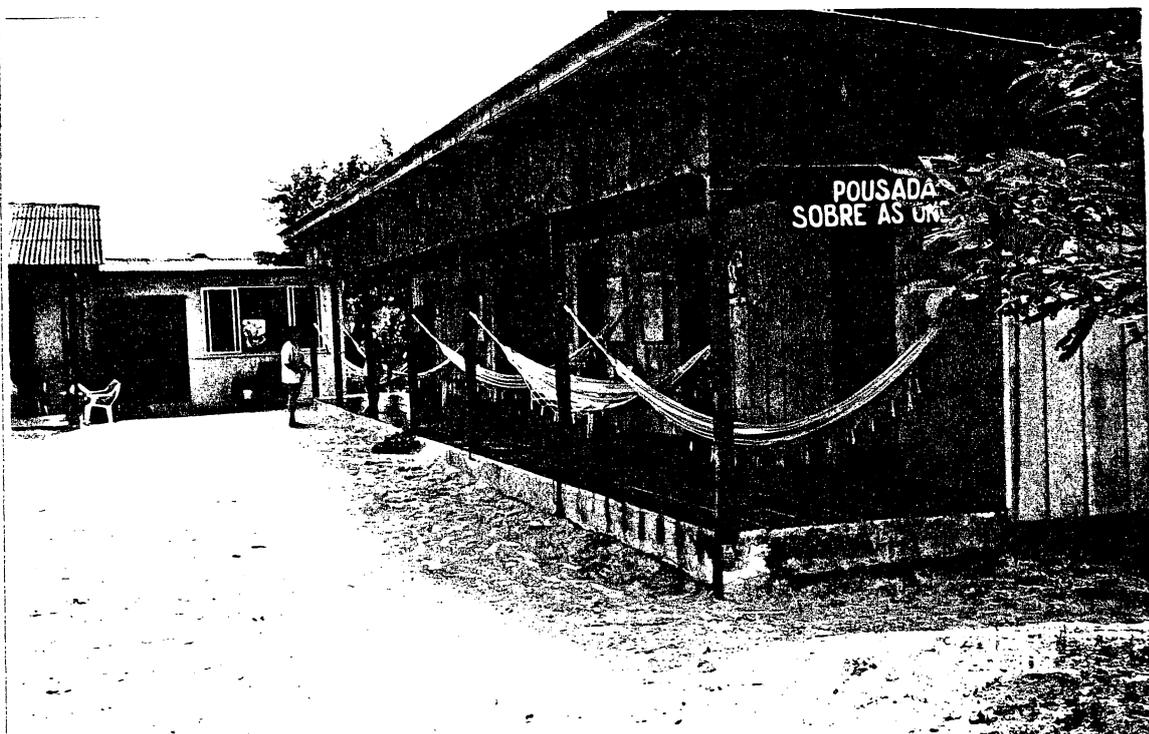
Hoje eles se dedicam totalmente à pousada, e no momento estão construindo sua própria casa, no terreno que haviam reservado para “planos futuros”. Para tanto contrataram dois moradores vizinhos que estão construindo uma casa com quartos para eles, seu filho adolescente, e para parentes, além de uma sala e um banheiro. A cozinha fica onde era, servindo a pousada. Denise conta de seu sonho de ter sua casa e um *lugarzinho pra ficar um pouco sozinha de vez em quando, uma vez que há anos “divide” o seu espaço com seus hóspedes*. V. QUADRO 5:



Interessante ouvir Carioca contar que quando resolveu falar para amigos que iria construir uma pousada, não lhe deram crédito, dizendo que *não iria dar em nada*. Hoje isso é algo totalmente disseminado na vila. O mesmo teria acontecido quando adquiriu sua voadeira, que se um dia foi a única da vila, hoje é uma entre muitas. Isso sem falar na página que possuem na internet, administrada por uma amiga de Curitiba, muito visitada⁷.

⁷ Carioca diz que a homepage é essencial para manter a sua pousada conhecida e repleta de turistas. Outros donos de pousada seguiram o exemplo e criaram suas próprias. Para quem se interessar em conhecê-las: Pousada “Sobre as Ondas” (de Carioca e Denise): <http://www.superagui.net/>; Pousada “Bella Ilha”: <http://www.lol.com.br/~bellailha/>; Pousada “Cost’Azul”: <http://www.ilhasuperagui.hpg.com.br/>.

Pousada "Sobre as Ondas" (Carioca e Denise)
Foto: Leticia Rothen. Janeiro/2002



Eles representam um caso extremo de dependência total de turistas ou visitantes. Para além das vantagens desta atividade, uma desvantagem é crucial e bastante problemática: a sazonalidade. Aqueles que não têm renda mensal ou que não têm algum outro tipo de atividade, volta à pesca e aos problemas que hoje ela parece apresentar.

É neste sentido, visando solucionar este problema, que se coloca o trabalho da ONG atuante em algumas comunidades da região.

II. Alternativas “externas”: uma ONG em ação na comunidade

Andando pela vila, era comum encontrar preso às paredes das mercearias ou lanchonetes o seguinte aviso: “*Estão abertas as inscrições para os grupos que desejam criar ostra ou mexilhão*”, em um papel timbrado com o símbolo do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Primeiro, cabe sabermos que o IPÊ é uma ONG paulista, sediada mais especificamente em Nazaré Paulista, e que conta com alguns projetos no Pontal do Paranapanema, em Manaus, na Serra da Mantiqueira e na Ilha do Superagui. Nesta última estão desde 1995, quando foi iniciado o projeto “Conservação do Mico-Leão-da-Cara-Preta”, cujo objetivo inicial era obter informações sobre a espécie⁸.

Em 1997, buscando envolver mais diretamente a comunidade em seus esforços, inicia-se um programa de educação ambiental, tendo como símbolos, além do mico-leão-da-cara-preta, o papagaio-de-cara-roxa – (*Amazona brasiliensis*), espécie endêmica da Mata Atlântica, ameaçada de extinção devido à destruição de seu hábitat, tráfico ilegal e caça de subsistência pela população local.

O projeto relativo à pesca surgiu em 2000, quando o marido de uma das biólogas responsáveis pelo trabalho com o mico percebeu os problemas enfrentados pela comunidade a este respeito, resolvendo-se por pesquisar alternativas a ele. É quando surge o projeto de maricultura.

Este projeto já vem sendo desenvolvido na prática há um ano, durante o qual foram feitos estudos técnicos sobre a região e as melhores formas de concretizá-lo. Ao mesmo tempo, várias reuniões foram feitas com os moradores que nelas compareciam, inclusi-

⁸ O Mico-Leão-da-Cara-Preta (*Leontopithecus caissara*) foi descoberto em 1990 na Mata Atlântica, especificamente na Ilha do Superagui. O trabalho se inicia com contatos com a comunidade local, em uma tentativa de identificar pessoas que conhecessem o hábitat e os micos, trabalhando a partir disso com dois mora-

ve para que fosse escolhido pela comunidade o tipo de técnica que gostariam de desenvolver. Ou seja, foram os próprios moradores que escolheram o que gostariam de fazer, tendo o IPÊ como ponto de apoio técnico e financeiro⁹.

A natureza deste projeto, que sobressai no discurso dos pesquisadores, não é transformar os pescadores em maricultores, mas sim apresentar alternativas concretas de complementação de renda, para que eles possam escolher entre opções, não ficando presos ao que o meio circundante ou as limitações financeiras lhes permitem.

No entender destes pesquisadores, o seu papel na comunidade se coloca como uma possibilidade de apontar para alternativas. Isso parece ser feito em dois caminhos: um trabalhando com fontes de renda além das conhecidas, como a pesca, uma vez que a crise neste setor dificulta sua realização de modo satisfatório; e por outro lado, resgatando o orgulho pelas suas atividades “tradicionais”, pelo local em que vivem, pelo modo como vivem, para que não forcem mudanças na sua realidade simplesmente para corresponder às pressões consumistas que lhes chegam fortemente através dos meios de comunicação de massa.

*

Feitas as inscrições, o projeto de maricultura acabou contando com mais ou menos 25 futuros “produtores” de mexilhão, divididos em equipes, cada qual responsável por um equipamento de “cultivo”. Além da Barra do Superagui, algumas comunidades da Ilha das Peças (Bertioga, Guapicu, Laranjeiras, Vila das Peças) também participam do projeto, somando-se delas também mais ou menos 25 interessados em cultivo não apenas do mexilhão como de ostra e camarão.

Além deste e de trabalhos específicos de educação ambiental (em trabalhos com as crianças principalmente), existem grupos de artesanato com as mulheres das comunidades, tomando ou não a natureza como tema. No período em que estive na comunidade, estavam em ação dois grupos: o das macrameiras (em que mais ou menos 10 mulheres aprendiam as técnicas e recebiam fios e toalhas para a produção) e o dos fantoches (mais ou menos 8 mulheres produzindo 5 mil papagaios e micos, através de uma encomenda conseguida e intermediada pelo IPÊ). As mulheres que participavam

dores na tentativa de identificar e rastrear os micos. Obtive estas informações dos próprios pesquisadores e na homepage da ONG: <http://www.ipe.org.br>.

⁹ Este não é um trabalho de cunho assistencialista, uma vez que depois de aprendidas as técnicas e quando elas estiverem consolidadas, os pescadores terão que restituir ao IPÊ, ou seja, terão que comprar o material cedido, para que a partir daí sejam autônomos – mas sem deixar de contar com a assistência dos pesquisadores, que pretendem acompanhar o projeto a longo prazo.

da atividade foram escolhidas por uma das moradoras, entre aquelas que sabiam costurar e que realmente gostariam de se comprometer, tal como ouvi desta mesma moradora.

Tive oportunidade de acompanhar o trabalho que o IPÊ desenvolve com as mulheres de Bertioga. De um grupo de 11 que se dispuseram a aprender a técnica, apenas 6 resolveram continuar a fazer as toalhas. Na reunião que observei, as mulheres presentes não se mostraram muito interessadas. Ficou clara uma divisão entre elas, que não se dispunham a se ajudar mutuamente devido a diferenças pessoais, decorrentes principalmente de conflitos religiosos.

A tônica destes trabalhos é dada nas constantes reuniões com os moradores, onde são expostas e discutidas as atividades. Pelo que pude observar e ouvir, a participação nestas reuniões não é muito constante e geralmente os moradores não expõem suas opiniões, muitas vezes concordando na hora com coisas que logo em seguida, em conversas informais, irão discordar.

O trabalho com os fantoches, por exemplo, foi uma amostra muito interessante da dinâmica das relações sociais, do modo como as coisas são geralmente feitas. Quando foi exposta a proposta para a criação de fantoches, algumas mulheres, como disse, foram chamadas por uma das moradoras. Neste início não havia ainda nenhuma encomenda concretizada, apenas a promessa do IPÊ em conseguí-la. Assim, a princípio, elas teriam que fazer os fantoches na espera de logo em seguida serem vendidos, o que foi garantido pela coordenadora do projeto.

A primeira reação, de acordo com algumas participantes da atividade, foi de descrença e pessimismo. As mulheres acharam que *não ia dar em nada*, que a equipe do IPÊ *só ia ficar enrolando e muito menos pagar*. Assim, várias desistiram temendo trabalhar de graça para o IPÊ. Aquelas que participaram até o fim, contam que tentavam convencer as companheiras a confiar e arriscar. Convenceram algumas, outras não. Porém estas últimas, quando viram as outras realmente recebendo o dinheiro que havia sido proposto, quiseram entrar de novo no projeto, o que não foi possível. Fato que acabou em acusações contra o IPÊ, de que estaria favorecendo apenas a algumas mulheres, *que nem precisavam tanto do dinheiro*.

Uma das mulheres que participou afirma que o fato de ela ter ganho bem com este trabalho causou muitas desconfianças entre as outras – contudo ela enfatiza que as que foram chamadas inicialmente realmente não quiseram participar, querendo voltar ape-

nas depois que viram o resultado. Ela não achava justo que algumas tivessem arriscado e as outras, que não o fizeram, também ganhassem com isso.

O grupo das macrameiras também trouxe à tona conflitos e desconfianças entre algumas mulheres. Pelo projeto do IPÊ formam-se grupos de mulheres - de acordo com afinidades de personalidade ou parentesco, entre aquelas que já fizeram o curso prévio, aberto a todas as mulheres da comunidade - para as quais é distribuído o material necessário (toalhas, fios e agulhas). Após recebidos estes materiais, fica nas mãos das mulheres a sua multiplicação, ou seja, se cada uma vende suas toalhas por 10 reais, a metade disso deve ir para uma caixa do grupo para compra futura de material.

Uma das participantes me contou das dificuldades no trabalho com seu grupo, uma vez que nem todas contribuía com a caixa e mesmo assim queriam seu material, ou ainda desconfiavam daquelas que tinham a função de comprar as novas toalhas e fios, acusando-as de estarem passando todas para trás. Conversei com umas das acusadas que afirmou não mais trabalhar com o seu grupo, pretendendo montar outro¹⁰.

Entre os homens, também parece ter predominado a descrença e o "falatório" geral - porém apenas depois das reuniões, pois pelo que pude observar, durante as mesmas eles pouco se manifestam.

Tive acesso à última reunião relativa ao projeto de cultivo do mexilhão - depois de um ano de reuniões, palestras e cursos - em que as equipes seriam definitivamente montadas. Ali foram feitos os acertos finais e reafirmados os pontos que já haviam sido discutidos durante o ano. Nem todos os que haviam se inscrito no decorrer dos meses apareceram e alguns que não haviam estado em nenhuma reunião ou palestra decidiram participar.

Aquela seria a última chance para os que quisessem incluir seu nome na lista de futuros produtores, uma vez que existia um prazo para que o coordenador do projeto pudesse conseguir um determinado financiamento. Assim, no dia seguinte, mais seis homens quiseram se inscrever.

O interessante ainda é que no dia seguinte à reunião, andando com uma das moradoras, pudemos questionar a um dos pescadores que estavam inscritos no projeto porque ele havia desistido. Ele, mesmo sem ter participado desta última reunião, afirmou não estar satisfeito, achando tudo muito *enrolado*, muito demorado e não confiável. Por

outro lado, um dos participantes, neste mesmo dia, contou da animação dos homens, que estavam confiantes que *dessa vez ia dar certo*.

Penso que as reações gerais de desconfiança e descrédito não se devem apenas ao fato de os moradores estarem sendo confrontados com agentes externos desconhecidos, alheios ao seu modo de vida, perturbadores de sua “ordem”. Como veremos adiante, a desconfiança de certo modo perpassa as relações entre os próprios moradores, sendo este apenas mais um caso com que eles tiveram que se defrontar e que possibilita entender a lógica de sua vida em comum.

Mais, os pesquisadores desta ONG não são simples “agentes externos”, assim permanecendo no decorrer do processo de sua atuação. Eles também são influenciados e perturbados pelas relações que criam com os moradores. As pesquisadoras, principalmente, tanto quanto as mulheres da vila, entram na rede de fofocas, tornando-se “faladas” principalmente pela sua postura diferente em comparação com a maioria das mulheres. Retomarei estas questões de modo mais acentuado no próximo capítulo.

*

Carioca e Denise, cuja pousada serve como base para o trabalho do IPÊ, estão desde o início prestando serviços e assistência aos pesquisadores, vendo-os como instrumentos que podem melhorar as condições de vida da comunidade como um todo. Denise, então presidente¹¹ da Associação de Moradores, buscou em todo este processo de atuação da ONG influenciar os moradores para a legitimidade do trabalho por eles realizado - uma vez que, como já disse, muitos foram os casos de atuações de órgãos governamentais e instituições particulares que falharam em suas promessas.

Por outro lado, para que o trabalho dos pesquisadores pudesse ser realizado a contento, foi para eles também necessário encontrar na comunidade indivíduos dispostos a “comprar sua idéia”, estabelecendo a partir daí relações de confiança que não fossem quebradas com fatos como o que ocorreu logo no início de seu trabalho, quando contrataram um homem que cortava árvores na Ilha em nome de seu trabalho na ONG.

¹⁰ Esta mulher me contou que era sua própria tia quem a estava acusando, fato que a deixou bastante aborrecida.

¹¹ Denise foi presidente da Associação até setembro de 2002, cobrindo assim o tempo em que lá estive em pesquisa. Sobre a Associação de Moradores e seu funcionamento, vide capítulos 4 e 5.

Creio que podemos pensar esta relação como um processo de negociação e troca de visões e valores sobre os problemas e suas possíveis resoluções – advindas de lógicas diferentes, e mesmo e principalmente de vivências diferentes.

É interessante apontar para isso em termos concretos. Em uma oportunidade, pude ouvir de dois membros da ONG e do grupo de professoras da Escola quais os problemas mais pungentes enfrentados pela comunidade, em seu ponto de vista.

No entender dos pesquisadores ouvidos, certamente problemas ambientais sobressaíram: queda do estoque pesqueiro, tráfico de animais, pesca predatória (grandes embarcações, captura de carangueijos fora de época e de ostras pequenas), destruição do ambiente, lixo no mar, caça predatória, extração ilegal de palmito e, por fim, a desvalorização da cultura por parte dos moradores. Problemas decorrentes de uma visão analítica da realidade, que pesa consequências de certas práticas tomando-as como essencialmente negativas.

Para os professores, os problemas mais prementes são: falta de saneamento básico, falta de coleta de lixo, falta de atendimento de saúde, educação de 5ª a 8ª séries, drogas, dificuldade de transporte, água sem tratamento ou sua falta, falta de um local para reuniões, ausência de estrutura comunitária, cooperativa de pescadores. Como vemos, problemas ligados à vida cotidiana, decorrentes tanto da falta de apoio externo quanto de articulação interna e que afetam diretamente a vida dos moradores.

Vemos com isso que, muitas vezes aquilo que é significativo para um olhar externo não é o que sobressai para os que vivem determinada realidade e vice-versa. Mas não se pode deixar de lado os momentos em que estes interesses podem convergir, onde um lado cede ao outro, ou ambos se resolvem por uma terceira via¹². Ou mesmo a própria tentativa de fazer com que estes interesses convirjam, fruto de um processo de negociação e diálogo que possibilita o entendimento de quais os caminhos a serem seguidos por ambas as partes, em conjunto ou por cada uma separadamente¹³.

¹² Como em casos por exemplo que unem a necessidade de preservação do papagaio ou do mico com a necessidades de bem estar da comunidade como um todo, resultando em projetos que valorizem tanto aqueles quanto estes (por exemplo no caso da criação de fantoches de papagaios e micos para serem vendidos). Ou no projeto de maricultura que tanto resolve a questão da pesca predatória quanto apresenta alternativas para a escassez do pescado.

¹³ É neste sentido que analiso o trabalho de atuação de entidades não governamentais em pequenas comunidades, mas isso certamente sem esquecer de tomar como essencial uma postura ética e séria, além de sensibilidade quanto aos problemas enfrentados pelas comunidades humanas, a partir do que elas consideram significativo.

III. Sobre mudanças...

O turismo crescente e mesmo a atuação de entidades não governamentais não parece se adequar ao que se convencionou tomar como o modo de vida “tradicional” de comunidades tais como a de Barra do Superagui (pequenas populações litorâneas ou ainda as populações rurais do interior de Guaraqueçaba).

Tradicionalmente e de um modo geral, o modo de vida das populações litorâneas de Guaraqueçaba estava fundado na pesca e/ou na lavoura, desenvolvidas em “moldes domésticos” - alternando-se conforme a época - sendo ambas as atividades exploradas mediante tecnologia artesanal ou rústica e a partir das especificidades do meio ambiente. Assim, afirmam Cunha&Rougelle (1989¹⁴), embora inseridas desde o início da colonização nas redes da “pequena produção mercantil”, elas possuiriam laços tênues com o mundo externo - devido também a condições geográficas - produzindo sua subsistência com certo grau de auto-suficiência e em uma interação direta com a natureza.

Como vimos no Capítulo 1, Zanoni *et al* (2000) afirmam que as comunidades da região de Guaraqueçaba teriam historicamente explorado o meio a partir de uma apropriação direta dos seus recursos, transformando os produtos florestais e agrícolas de modo “artesanal”, estando suas práticas “adaptadas” ao meio natural desde muito tempo - fatos que possibilitavam a estas comunidades uma grande autonomia alimentar e material.

No entanto, existe uma forte tendência, tal como estes mesmos autores apontam (*idem*:48) de tomar o qualificativo “tradicional” “*pelo viés de uma fusão implícita entre homens naturais em uma natureza naturalizada*”, o que implicaria na “*cristalização de populações com uma história de diversos usos de seu meio em um tempo e em um uso idealizado, a-histórico, a ser preservado*” (grifos meus). Ocorrendo além disso, uma tendência em uniformizar-se as práticas de grupos e pessoas extremamente heterogêneas.

Nesta tendência, o passado apresentaria uma forma de relação com o meio essencialmente equilibrada e harmônica. É o que vemos em afirmações de que estas comunidades tinham um “*complexo sistema cultural marcado por uma grande sabedoria de vida e das condições naturais, o que propiciava uma relação de equilíbrio com a nature-*

¹⁴ Em pesquisa para o “Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil” (IOUSP, F.FORD, UICN), orientado por Carlos Antônio Diegues, cujo objetivo principal foi caracterizar as formas de utilização do espaço e dos recursos naturais das populações litorâneas da região de Guaraqueçaba. E ainda de-

za" (Cunha&Rougelle,1989:15). Ou que estas comunidades estariam inseridas nas chamadas "formas tradicionais de produção"¹⁵, com características tais como "um conhecimento profundo dos ecossistemas de que fariam parte, o que permitiria sua reprodução no tempo, bem como a manutenção e conservação dos recursos naturais de que dependem, e como decorrência, um equipamento técnico e padrões culturais próprios adaptados às condições de seus ecossistemas" (idem:4)¹⁶.

Winther *et al* (1990) em um laudo de ocupação produzido sobre as comunidades de Tibicanga (Ilha das Peças) e Cotinga (Paranaguá), valendo-se de uma noção de adaptação de Meggers (1997), afirmam que as comunidades litorâneas do Paraná seriam "sociedades remanescentes que (...) constituem adaptações maduras a um determinado tipo de meio ambiente, permitindo-nos adquirir uma perspectiva do ecossistema como um todo (...) (Meggers,1997 *apud* Winther *et al*, 1990:26)"¹⁷.

envolver propostas que compatibilizassem as atividades econômicas e culturais com a proteção ambiental.

¹⁵ Cujas características básicas seriam: "economias naturais", cujas formas sociais de (re)produção dependem diretamente das características, ciclos e leis da natureza; seriam formas produtivas que não se caracterizariam por ações transformadoras da natureza *strictu-sensu* e sim por mecanismos adaptativos desenvolvidos ao longo do tempo; "economias de abundância", que dependem de um lado da oferta e disponibilidade dos recursos existentes e de outro das necessidades socialmente produzidas" (Cunha&Rougelle,1989:4)

¹⁶ Em minha interpretação, os problemas desta pesquisa encontram-se apenas em algumas deduções teóricas que generalizam para estas populações um "tipo de produção" específico, valendo-se de idéias tais como "economia natural" e "equilíbrio"; além ainda de deduções a respeito do caráter conservacionista de certas práticas que exigiriam maior pesquisa empírica, crítica que veremos adiante. Com isso não se nega aqui que as comunidades citadas realmente pudessem contar com mecanismos internos de controle ecológico, existentes em certas formas de exploração - de pequena escala - dos recursos pesqueiros. As autoras citam neste sentido, conjuntos de sinais (sistemas de alertas - mecanismos conscientes ou inconscientes elaborados socialmente, que indicariam as condições favoráveis ou não para a pesca, as condições de perigo ou acesso ao mar) oferecidos tanto pelas leis naturais quanto pelo modo cultural de interação com os recursos. Ou ainda, a observância do ciclo reprodutivo das espécies, o que geraria um calendário de trabalho com base nos movimentos da natureza; a alternância de dias de pesca que contribua para que a "sobrepesca" não ocorresse, etc. Ou mesmo os tabus alimentares, que poderiam contribuir para a preservação de espécies, etc (Cunha&Rougelle,1989:14). Andriguetto (1999:221) também aponta para uma determinada prática de pesca "tradicional" (de engodo) praticada na região de Guaraqueçaba, que embutia elementos de proteção ao recurso buscado - o camarão (isso devido ao tempo que custava, ao conhecimento e prática que demandava, ao grande esforço físico e ao desconforto que causava, além da restrita acessibilidade do recurso) limitando o esforço de pesca. Ao contrário de hoje, cuja regra é a maximização pura e simples da captura, facilitado pela introdução de certas técnicas mais práticas e eficazes.

¹⁷ Aqui é importante lembrar e realçar que, no entender de Meggers, citada pelos autores acima, a cultura não passa de um mecanismo de adaptação ao meio. Sua referência é o que se convencionou chamar de teoria da ecologia cultural ou determinismo ecológico, cujos pressupostos, para Meggers, nos dizem que o homem, em sendo um animal, mantém relações de adaptação com seu meio para garantir sua sobrevivência - sendo que esse processo de adaptação, embora se faça por meio da cultura, é regido pelas leis de seleção natural que governam a adaptação biológica (1997:26). Em suma, os elementos culturais e/ou simbólicos, seriam transposições de controles e equilíbrios que existem no nível biológico para que se mantenha o equilíbrio de um ecossistema. No caso dos povos "primitivos", os grupos indígenas amazônicos, seria um sistema ideal de adaptação o responsável por uma relação equilibrada com o meio ambiente.

A idéia de que uma convivência intensa com a natureza e um conhecimento profundo a seu respeito leva os grupos a desenvolverem relações equilibradas e de teor conservacionista com ela é polêmica. Este tipo de dedução é bastante combatido por biólogos e ambientalistas, que criticam a sua falta de embasamento empírico.

Adams (2000b:237), bióloga de formação, afirma que certamente um conhecimento aprofundado sobre o meio pode levar ao desenvolvimento de estratégias de conservação dos recursos, contudo, este conhecimento não implica necessariamente que uma população esteja bem adaptada ao meio em que vive, podendo apenas ter uma boa percepção dele. Para determinar adaptabilidade, diz a autora, seriam necessários estudos demográficos: taxas de mortalidade, de fertilidade e de crescimento da população em estudo.

Esta mesma autora - mesmo concordando que "comunidades tradicionais" possuam técnicas de manejo que podem realmente contribuir para a manutenção dos ecossistemas tropicais (tal como é o caso da agricultura itinerante) - afirma que somente é possível determinar a sustentabilidade dos sistemas após se ter em conta três pontos essenciais: por quanto tempo, para quantas pessoas e em que nível de consumo. Estando a questão do impacto das atividades tradicionais sobre o meio diretamente relacionada com o fator demográfico (*idem*:236).

Um outro ponto a ser levantado diz respeito à idéia de "equilíbrio" utilizada para definir a relação destas populações com a natureza e que acaba sugerindo a existência de uma relação estável, que atingiu um ponto ideal e consensual. Assim, considerar que determinado grupo tenha encontrado as melhores técnicas ou as melhores formas de produção que garantem uma relação de equilíbrio com o meio de certo modo "congela" no tempo e no espaço as variadas e complexas relações que existem dentro de qualquer grupo social - que vão às vezes muito além da supostamente direta e objetiva relação homem-natureza. Como conceber que valores, comportamentos, relações, técnicas estejam o tempo todo "ajustadas" ao meio? Como abranger os conflitos, a mudança, as transformações?

Parece que aqui o único modo de se conceber a mudança é a partir da idéia da "perda": da relação ideal, do equilíbrio advindo da adaptação, das formas produtivas ideais e dos conhecimentos específicos sobre estas relações. É nesta direção que alguns trabalhos sobre as populações litorâneas do Paraná analisam os vários processos sociais que vem atingindo o "modo de vida tradicional": em uma perspectiva que considera o

prejuízo que o modelo de desenvolvimento predatório das sociedades urbano-industriais causaria a estas formas tradicionais, ameaçando sua manutenção e diversidade.

Winther *et al* (*op.cit.*) afirmam que o “padrão caiçara” existente nas áreas por eles pesquisadas estaria sendo gradualmente desestruturado, na medida em que o seu modo de vida tradicional, com predominância de uma produção econômica artesanal, estaria sendo minado pela lógica capitalista, com atividades voltadas à acumulação de capital.

Com o equilíbrio quebrado, seria certo o esgotamento dos recursos naturais disponíveis, base da sobrevivência destas comunidades. Atividades como turismo, mineração, projetos industriais e agropastoris, especulações imobiliárias, etc, gerariam uma pressão populacional sobre áreas de pesca, caça, coleta, modificando espaços tradicionais, modificando valores de uso das terras, levando à desestruturação de um sistema social bem adaptado e à inserção de uma população desqualificada e pobre nas áreas urbanas periféricas (*idem*:29).

Para Karam (1996:26) *“as populações tradicionais da APA de Guaraqueçaba, vem sendo atingidas permanentemente por processos de transformações econômicas, sociais e culturais. Têm vivenciado a decadência e o esfacelamento de suas tradicionais atividades produtivas, impostas principalmente por agentes externos (...). Como consequência, há um acentuado e sistemático processo de desagregação das relações econômicas e produtivas, sócio-organizacionais, de parentesco, compadrio e vizinhança, e culturais, expressas pela mitologia, folclore e artesanato. Continua a autora, por outro lado, há o espraiamento e o estreitamento dos vínculos com a sociedade urbano-industrial, com a influência direta de seus meios de comunicação e produção de cultura de massa (...) dos contatos com a atividade turística e seus usuários, portadores da cultura urbano-industrial, consumidores do ambiente como uma mercadoria; bem como a proliferação de conceitos morais e éticos, disseminados por várias religiões, que rompem com traços que foram importantes na cultura local”*¹⁸.

Em outro contexto - uma área litorânea situada no município de Parati, RJ, o Saco do Mamangá - Diegues&Nogara (1999) apresentam semelhante modo de análise dos processos de mudança social e cultural que passaram a alterar o modo de vida tradicional - dentro do quadro da pequena produção mercantil - da população ali residen-

¹⁸ Passagem também reproduzida em IPARDES (2001:85) pela mesma autora.

te, apesar de seu isolamento geográfico. Os anos 40-50 teriam sido o início de alguns processos, tal como a introdução da pesca embarcada que teria aberto uma nova dimensão na reprodução social e cultural dos moradores; sobretudo os jovens que passaram a explorar recursos distantes de suas vilas, em um sistema diferente daquele caracterizado como pesca artesanal. Somam-se a este processo a influência crescente de igrejas e do turismo e a transformação da área em reserva ecológica.

Em determinado ponto de trabalho eles afirmam, a partir do que os moradores mais velhos lhes diziam, que os moradores de Mamanguá dependem cada vez mais dos turistas visitantes das temporadas e daqueles que ali construíram suas casas de veraneio, tornando-se muitos deles caseiros das terras que antes lhes pertenciam. Mas que *“apesar disso, o modo de vida tradicional caiçara é ainda dominante na região, uma vez que grande parte das famílias vivem da pesca de subsistência, das roças de mandioca, da pequena caça e pesca (...) e ainda constroem as casas de pau-a-pique com madeiras locais. Esse modo de vida sobrevive não só pelo isolamento geográfico da região como também pela dependência do uso dos recursos naturais renováveis da mata e do mar”* (idem:28, grifos meus).

Vemos aqui uma oposição entre um “modo de vida tradicional” e um modo de vida decorrente das mudanças - o que acaba dividindo a história destas comunidades em dois momentos que parecem fixos, estando a passagem de um para outro marcado pela perda de uma configuração específica que por outro lado insistiria em sobreviver.

Só que não podemos esquecer que as mudanças não podem ser tomadas como algo inédito, como tendo surgido somente após a chegada do barco a motor e do turismo, por exemplo, como se estas comunidades tivessem permanecido estáticas no tempo, a qualquer momento alvos de acontecimentos inesperados e desestruturantes.

Toda e qualquer sociedade envolve a diferença e a mudança, uma vez que de geração a geração, de indivíduo a indivíduo, os valores são constantemente re-significados em um processo contínuo e nunca transmitidos de modo inalterado. Além disso, tal como Tambiah (1972 *apud* Peirano,1992:115) afirma, não se pode esquecer que o passado também foi aberto e dinâmico aos seus atores quanto o presente o é a nós mesmos, não se podendo supor que as orientações do passado tenham sido tão consistentes, coerentes e unificadas como se tende a imaginar¹⁹.

¹⁹ Mesmo que alguns destes autores efetivamente considerem a idéia de “mudança” em seu discurso, suas análises a respeito das comunidades tendem a privilegiar elementos que aparentam a existência de um “todo” coerente, integrado e harmônico, impedindo a percepção dos elementos que nisso não se encaixam e que trariam à tona os conflitos e contradições próprios a todos os grupos humanos - que acabariam indo

Deste modo, idéias como “cultura tradicional” ou “popular” não podem ser tomadas como sugerindo uma perspectiva consensual (Thompson, 1998:16), uma vez que os “costumes” ou os “modos de vida” estão em fluxo contínuo, em um campo de mudança e de disputa entre interesses opostos e reivindicações conflitantes.

Certamente não nego que o processo de mudança é muitas vezes conflitivo e muitas vezes “imposto” violentamente por determinações alheias e fora do alcance das “pessoas comuns”. Talvez um contexto deste tipo, envolvendo a invasão de especuladores, de grandes empresas, de fiscais, etc, tenha levado os autores citados a analisarem o processo nos termos em que o fizeram.

Do mesmo modo, não se pode negar certas mudanças tais como as decorrentes da modernização, que estariam provocando a adoção de técnicas produtivas diferenciadas, muitas vezes inapropriadas à exploração dos ambientes marinhos – o que se refletiria no processo crescente de escassez do pescado (Cunha & Rougelle, 1989:16). Isso sem falar da legislação ambiental que muitas vezes reprime ou retira comunidades de seus espaços tradicionalmente ocupados, do consumismo crescente (que pode-se dizer é um fenômeno bastante generalizado, não atingindo apenas as pequenas comunidades), a “desvalorização” da própria “cultura” que gera insatisfações (vergonha) em relação ao próprio modo de viver, etc.

Cabe, entretanto, perguntarmo-nos até que ponto estas mudanças ou quaisquer “agentes externos” facilmente impõem formas completamente alheias ao seu próprio modo de ver e viver. Esta questão já foi muitas vezes levantada no que se refere aos povos indígenas²⁰ e creio que pode ser aqui aproveitada. Um resumo desta discussão é

de encontro à visão que se tem destas sociedades como equilibradamente adaptadas ao meio em que vivem.

²⁰ Vários estudos sobre as sociedades indígenas se propuseram a repensar a idéia de “aculturação” como uma consequência inevitável do “contato”. Por muito tempo, na antropologia brasileira o enfoque dos estudos foi em processos de dominação étnica e nos movimentos indígenas como simples processos de resistência. Nestes termos, Montero (1999:2) desenvolve a idéia de que a expansão da sociedade nacional para o interior e seu consequente impacto sobre as sociedades indígenas explicou e explica a utilização de quadros interpretativos tais como a “aculturação” e os relativos ao “contato interétnico”. Sua limitação existe exatamente quando a ênfase reside unicamente na lógica de dominação por trás dos processos de mudanças das sociedades e na medida em que não considera o seu papel ativo e criativo. Não se pode negar que, frente às estruturas sócio-políticas (os poderes coloniais e sociedades nacionais), as sociedades se sustentam e se movimentam em uma dialética contínua da tradição e invenção como afirmam Viveiros de Castro & Carneiro da Cunha (1993:12). A respeito deste debate, vide Montero (1999); Sahlins (1997); Terence Turner (“De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó”, 1993); Bruce Albert (“O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza”, 1995); Peter Gow (1991); Eduardo Viveiros De Castro (“Etnologia Brasileira”, 1999), entre outros.

dado por Gow (1991:1) na sua afirmação de que as sociedades indígenas não podem mais ser entendidas enquanto vítimas da história, perturbadas pela penetração das sociedades nacionais que geraria mudanças alheias à sua cultura “genuína” e tradicional, anterior ao contato²¹.

Ainda neste sentido, Turner é mais enfático afirmando que “(...) *em quase todas as situações de contato entre povos tribais e sociedades nacionais ocidentalizadas, uma parte significativa das transformações sociais e culturais não é mero resultado da opressão exercida aberta e deliberadamente pela sociedade nacional ou da exploração levada a cabo pelos representantes do capital internacional, mas é, ao contrário, objeto de um consentimento ativo, isto quando não é espontaneamente desencadeada pelos próprios povos indígenas*” (Turner,1979:8 *apud* Sahlins,1997:123). Certamente, o que se afirma aqui, como diz Sahlins, não exclui a “agonia de povos inteiros” causada pela violência em todos os níveis, mas apenas trata estes sofrimentos de modo a considerar sua complexidade denotada na capacidade de muitas sociedades em “*extrair, de uma sorte madrasta, suas presentes condições de existência*” (Sahlins,1997:53).

Assim sendo, diante de todas estas considerações, penso que apenas de uma perspectiva interna podemos perceber melhor quais as articulações operadas pelos moradores diante de situações advindas de outras lógicas e interesses; pois é a partir do seu cotidiano que podemos entender o sentido real de qualquer tipo de “influência” externa e o modo como elas são vividas e mesmo manipuladas pelos moradores.

²¹ Aparentemente apenas os estudos sobre sociedades indígenas têm dedicado atenção especial a este assunto.

Capítulo 4 DA VIDA COTIDIANA...

Nadir Correia Ramos, ou Dona Dica (56 anos) afirma que a vida de hoje é muito diferente se comparada com 30 anos atrás. Ela se lembra de como tudo era *mais trabalhoso* naquela época, quando não se tinha água e ela era tirada de um poço; quando tinha que lavar roupas em bacias; quando além de ter que limpar os peixes que iriam ser consumidos, ainda tinha que moer e socar o café e o arroz.

Esta conversa veio à tona quando ela contava do tempo em que sua mãe, Nancy C. Michaud¹, ficou doente por muitos anos e das dificuldades que ela e seus irmãos encontravam para cuidar dela, tendo ainda que dar conta de todas aquelas atividades, entre muitas outras.

Lembra-se ainda que na época em que seu pai morava na vila – hoje ele está em Paranaguá – *a vida era ainda no barco a remo*, em que as viagens eram feitas em dias, parando-se no caminho para dormir. Sendo por isso muito mais rara qualquer ida às cidades, mesmo por motivos de saúde.

I. Estrutura comunitária

Hoje, ao contrário, por mais que o transporte ainda não seja algo totalmente acessível – pois há de se ter um barco – existe um barco de linha que faz o trajeto Paranaguá – Ilha das Peças – Ilha do Superaguá², saindo de lá aos sábados e retornando aos do-

¹ Filha do neto de William Michaud e esposa de Locides Correia, que trouxe o primeiro barco a motor para a vila.

² O tempo de percurso varia, podendo ser feito por mar aberto e levar 2 horas, ou por dentro da baía, o que leva umas 4 horas. Uma das preocupações dos moradores se refere a esta saída por mar aberto ou “por fora”, que muitas vezes pode ser perigosa. Eu particularmente, tive a “oportunidade” de ter vivido uma “quase tragédia” quando o barco em que voltava para Paranaguá foi durante um bom tempo atingido pela violência do mar e quase incapacitado de aportar na Ilha das Peças. Em outras palavras, quase afundamos. Neste sentido, em outra oportunidade, observei a tentativa de se organizar um abaixo-assinado, de iniciativa da Prefeitura, para que se abrisse uma passagem para os barcos valendo-se do Rio Boguaçu, na Ilha das Peças – permitindo o acesso rápido e mais seguro a Paranaguá. Mas isso não é algo novo. Encontrei registrado na ATA da Associação de Moradores (ADMBS) dois pedidos neste sentido. Um de agosto de 1990, dirigido ao então governador do Estado Álvaro Dias, com 255 nomes solicitando entre outras coisas “a abertura de um canal para as embarcações, ligando o Rio das Pedras com o Rio Boguaçu em uns 1000 metros, já que a entrada da Barra está se fechando, colocando em risco muitas vidas de pescadores que por ali transitam”. Novamente em outubro de 1991, agora para o novo governador Roberto Requião, “a ADMBS envia um abaixo assinado solicitando a abertura de um novo canal de acesso marítimo para os moradores deste local, para que possam ter acesso às sedes vizinhas, já que o nosso canal do Oceano Atlântico encontra-se fechado deixando por volta de 800 pessoas ilhadas e com a união do Rio Boguaçu e o Rio das Peças teríamos um tráfego seguro para todos”. Continuam ainda “Por este motivo, solicitamos a V. Exa que dê a sua ajuda e apoio a este povo que hoje se encontra abandonado, isolado e esquecido, não tendo a quem recorrer a não ser encarando a morte de frente ao tentar cruzar o Oceano Atlântico para poder manter a sua sobrevivência (...)”. Como vimos, esta é uma reivindicação até hoje não atendida,

mingos. Durante a semana, as pessoas contornam a situação através de caronas nos barcos dos pescadores ou daqueles que possuem voadeiras.

Este barco de linha não faz este percurso de modo absolutamente regular, pois depende muito do clima e do número de pessoas com destino à Superagui. Só é **fixo** e garantido o percurso até a Ilha das Peças. Por isso é às vezes difícil ir até lá nas épocas fora da temporada turística. Para alguns moradores, principalmente para aqueles que têm pousadas, seria interessante que houvesse uma linha direta e fixa para a vila, mas ao mesmo tempo temem este fato, uma vez que ao facilitar o acesso, *Superagui poderia se transformar em uma Ilha do Mel ou ficar como a Vila das Peças*. Explica-se: a Ilha do Mel já está totalmente nas mãos de pessoas “de fora”, tendo se tornado totalmente turística. A Vila das Peças, a maior da Ilha das Peças, está com metade de suas casas vendidas a veranistas. Dizem alguns que isso não aconteceu até hoje em Superagui graças à relativa dificuldade de acesso, em comparação com as outras ilhas.

Esta é uma questão que revela os aspectos negativos do turismo - tal como já vimos no capítulo anterior na fala do morador Antônio Ramos - e a necessidade de fiscalização do IBAMA de modo a evitar tal situação. Como afirmei antes, é interessante notar que não são apenas os “de fora” os responsáveis por “tomar” as casas de nativos. Tal como alguns moradores da vila me disseram, a situação atual da Vila das Peças seria “culpa” dos próprios moradores que venderam suas casas sem pensar nas consequências³.

A dificuldade de transporte está diretamente ligada ao problema das mercadorias consumidas pelos moradores. Todos dizem que tudo o que se vende nos mercados ali é muito caro graças ao frete embutido nas mercadorias. Situação que dificulta ainda mais a vida daqueles que estão presos ao sistema de fiados.

Uma solução pensada para isso foi o “Mercado da Família”, mantido pela Prefeitura de Guaraqueçaba, que comprava os produtos na cidade e enviava para o mercado, de acordo com a demanda da comunidade. Ele funcionou até o final de 1997 em um pré-

principalmente porque, de acordo com os moradores, a Ilha das Peças é um Parque Nacional e o IBAMA não permitiria qualquer tipo de empreendimento deste porte.

³ Esta questão de venda e compra de casas ou terrenos surge muito nas conversas e nas observações, sendo por isso tratada no próximo capítulo.

dio de propriedade da CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná) e era visto por todos como uma grande vantagem em termos de preços.



"Armazém da família"
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002

Hoje funciona no local um barracão de descasque de camarão, usado por um dos maiores compradores de camarão, que o adquiriu no tempo em que era presidente da Associação de Moradores, em nome da mesma⁴.

*

Hoje não há mais como se viver sem luz. Denise conta que antes da luz elétrica, a iluminação era feita com o uso de velas, pois eram poucos aqueles que possuíam lampiões. Em um determinado momento, a iluminação passou a ser feita por geradores particulares, que podiam ser ou individuais ou usados em conjunto, em uma forma de consórcio.

⁴ A então presidente, Denise Ramos, desde que entrou na Associação (2000), vem tentando fazer com que ele saia do espaço que não lhe pertence. Mas após muita insistência mal-sucedida com o próprio e ao perceber que era vontade da comunidade que ele desocupasse o prédio, resolveu entrar com uma ação no Ministério Público. Ela afirma que era sua intenção que ele saísse tranquilamente, mas ele nunca atendeu os seus apelos, provavelmente por achar que ninguém faria nada a respeito.

Assim, até 1999, apenas algumas casas eram iluminadas por geradores. Daí, com a instalação de linhas elétricas, praticamente todas as casas passaram a ter acesso à luz. Fato claramente celebrado – principalmente por permitir a existência constante das televisões e geladeiras. Em um dia em que a luz acabou na vila toda, pude sentir como era a vida sem a presença tão constante da televisão, que de certo modo substitui as conversas. De um modo geral, as pessoas se reúnem em volta dela. Antes, Denise conta que iam ouvir histórias nas casas de parentes e todos dormiam bem cedo. Por outro lado, não há como pensar em ficar sem a geladeira e a possibilidade de gelar os peixes e os alimentos – principalmente, mas não só, para aqueles que têm pousada.

A água é encanada e tem sua origem em uma fonte localizada no Morro das Pacas (para cima da Colônia do Superagui) chegando a um reservatório que abastece os canos que chegam nas casas. Alguns moradores dizem que a água desta fonte é absolutamente pura, mas outros insistem em desconfiar de sua salubridade. Mesmo assim, é a água que todos bebem e utilizam de modo geral – e cujo maior problema a ser enfrentado é a sua falta...

*

De acordo com os professores, como vimos no capítulo anterior, os grandes problemas da comunidade, além dos relativos ao transporte e à falta (de tratamento) da água – já mencionados – são aqueles relativos à saúde, à educação, ao saneamento básico e à estrutura comunitária (local para reuniões da comunidade, por exemplo).

Quando visitei a vila pela primeira vez, o Posto de Saúde estava fechado e abandonado já havia três anos. Ele parece ter sido trazido pelo primeiro vereador da vila, Antônio Dias, hoje aposentado, mais ou menos em 1983. Durante seu cargo, que acabou durando seis anos, ele afirma ter trazido à comunidade, além do Posto, o telefone e a rede de água.

Em minha última visita (setembro/2002), acompanhei os movimentos de Denise para reabrir o Posto, começando com a troca por vidros novos para as janelas e porta – doados por um dos hóspedes fixos de sua pousada. As cortinas foram compradas por seu marido, Carioca. Além disso, ela afirmou ter colocado na internet um pedido de remédios, o que foi respondido por um homem que já havia visitado a Ilha e ofereceu sua ajuda. Guadalupe, chefe do Parque, cedeu o colchão para exames, além de trincos novos para as portas.

Quando o posto estava fechado, qualquer problema tinha (e ainda tem até que o Posto realmente tenha o atendimento constante de um médico) que ser resolvido em Guaraqueçaba ou Paranaguá. Na primeira, existe um posto fixo de atendimento gratuito às pessoas da região, mas pelo que me disse uma moradora que precisou destes serviços, atende em condições precárias⁵.



Troca dos vidros do Posto de Saúde
Foto:Leticia Rothen. Setembro/2002

Um outra moradora reclama ainda a falta de um dentista, que também só é disponível em Paranaguá ou Guaraqueçaba. Como alternativa a isso, existe o projeto “Pró-Ação” desenvolvido pela PUC de Curitiba, que traz semanalmente para a vila estudantes do 9º período de Odontologia, em estágio obrigatório, acompanhados de uma coordenadora.

O seu trabalho é passar de casa em casa para fazer escovação dos dentes das crianças; mas com o Posto de Saúde novamente ativado, elas irão para lá. É interessante o

⁵ O caso que me foi contado foi de uma moradora que havia torcido o pulso e que por falta de material como gesso ou talas, o médico acabou criando uma tala com um papelão grosso para imobilizar seu braço. Ela e sua mãe riam da situação, exaltando a criatividade do médico.

que a coordenadora me contou a respeito da dificuldade de conseguir trazer consigo escovas e pastas de dentes – ela afirma que as grandes empresas não parecem ter muito interesse em fazer propaganda de seus produtos em Barra do Superagui.

Ouvi de alguns moradores que este projeto encontra certas dificuldades de atuação devido a resistências dos atuais vereadores da vila, Oswaldo Silvano e João Catarina⁶, além da Prefeitura de Guaraqueçaba (acusada de bloquear projetos ou ações que não tem seu nome associado).

A vila conta ainda com o trabalho de duas agentes comunitárias de saúde que dividem a comunidade em duas partes e saem pelas casas atendendo os problemas mais prementes.

A falta de um planejamento na área de saúde também se reflete na grande quantidade de cachorros sem dono ou mal cuidados na Ilha, que disseminam bichos de pé. Estes últimos, juntamente com o bicho geográfico são um grande problema para os moradores. Além também dos problemas de vermes, que me disseram ser decorrentes da falta de tratamento da água.

O destino do lixo doméstico, como um problema de saúde pública, é também mal-resolvido. Não parece existir (ou se existe não é constante) um sistema de coleta controlado pela Prefeitura, sendo que cada um arranja sua própria solução para ele. A maioria queima o que pode ser queimado, algumas pessoas jogam-no no mar ou em rios próximos, outros vendem o que é possível vender, alguns deixam espalhado ao redor de suas casas.

Existe o projeto Baía Limpa já citado anteriormente e que paga às mulheres da vila uma cesta básica para que mantenham a praia limpa. Entretanto, o problema continua existindo, uma vez que esta coleta se restringe à praia.

Esta foi uma das maiores preocupações demonstradas pelos moradores em uma pesquisa feita por alguns deles em 1999⁷. O lixo na praia foi apontado como o pior pro-

⁶ João Catarina está em seu terceiro mandato e Oswaldo Silvano no segundo. É corrente o comentário de que um não apóia o outro e que até mesmo boicotam as coisas que cada um realiza ou consegue. Os comentários vão mais longe dizendo que eles “embargam” aquisições para a vila de outras pessoas ou grupos, *como se só eles tivessem o poder de conseguir coisas para a comunidade* – o que não fazem realmente. Mas a acusação mais grave é a da compra de votos em que eles estariam sempre envolvidos, em que alguns moradores ofereceriam seus votos em troca de dinheiro ou alimentos.

⁷ “Tabela de avaliação do meio ambiente da Barra de Superagui”. Realização: estudantes da “Escola das Águas”. Apoio: IPÊ, Associação de Moradores, vereadores, moradores, comércio. A “Escola das Águas” foi um projeto temporário que possibilitou a complementação do ensino de primeiro grau, oferecendo ao mesmo tempo aos estudantes, informações nas áreas de ecoturismo, cidadania, meio ambiente e atividades econômicas alternativas (Vivekananda,2001:40).

blema geral da Barra do Superagui atualmente e o lixo nos rios e à céu aberto foram considerados os piores problemas ambientais.

É um problema sério que a então presidente da Associação de Moradores tentou muitas vezes solucionar, mas sempre sem muito sucesso – devido ainda à falta de apoio e aparente desinteresse da Prefeitura. Ao mesmo tempo, este é um dos problemas que mais têm encontrado interessados – pesquisadores e ONGs – em desenvolver projetos que o possam solucionar. Como a própria presidente da Associação me disse, isso acaba também sendo negativo uma vez que a cada verão – e somente no verão – aparecem vários oferecendo respostas, mas que desaparecem sem deixar vestígios ou soluções concretas.

Por fim, existe na Ilha um elevado número de usuários e dependentes de drogas, citado por todos os moradores mais velhos com quem conversei como a causa de muitas brigas e “males” entre os jovens. Por surreal que possa parecer, este problema teria começado há uns 15 anos atrás (1987) quando o navio “Solana Star”, que contrabandeava milhares de latas de maconha, ao ser abordado pela Polícia Federal, soltou toda a sua carga no mar – sendo que muitas latas foram parar nas várias praias do litoral brasileiro. Contaram-me que as reações da comunidade foram diversas: houve moradores que foram vender a droga encontrada, outros devolveram para Polícia, outros a usaram.

Diz um morador que este fato fez com que as pessoas se acostumassem com ela, tendo vindo até mesmo gente de fora para comprá-la. Assim, este teria sido o início do uso intensivo da droga (que hoje não é mais a única), alimentado pelo forte turismo “bicho-grilo” que a Ilha recebe.

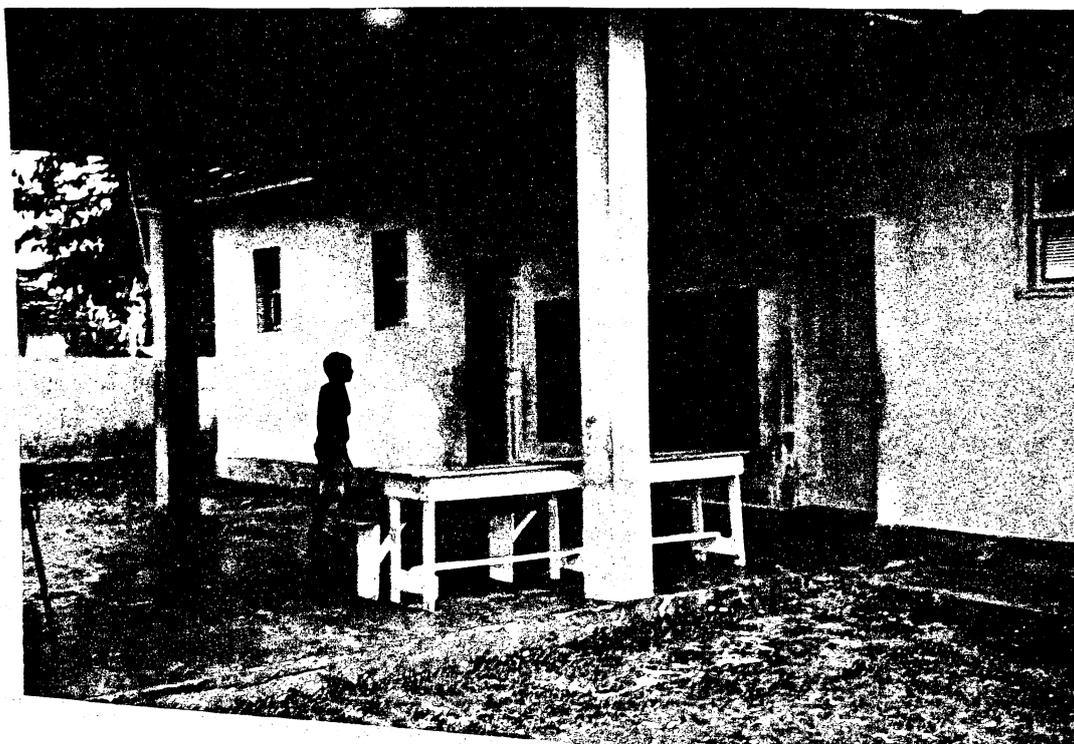
Este mesmo morador aponta ainda a bebida alcoólica como um problema, dizendo que ela *atrapalha a vida, só (serve) pra fazer bagunça*. Diz que por isso existem pessoas que roubam, arrombam barracas, *trazendo uma fama muito ruim ao lugar*⁸.

Por fim, este morador coloca isso como produto da ignorância, da falta de estudo das pessoas, apontando para a *necessidade de se mostrar coisas boas para a família, para que não aconteçam estas coisas*.

⁸ Mais do que isso, o que surgiu muito em conversas que observei foram comentários a respeito de pescadores que estavam com a saúde completamente comprometida pelo uso que consideram abusivo da bebida. Mas ao mesmo tempo o “estar bêbado” é um comportamento relativamente aceito (somente para os homens), ou seja, não é algo tomado como espantoso ou ofensivo. Apenas para aqueles que fazem parte de algum grupo religioso que proíbe esta prática. Mas é interessante notar ainda que mesmo que seja algo

*

No que concerne à educação, a Escola da vila oferece apenas o ensino de 1ª à 4ª séries, o que para todas as pessoas com quem conversei é um problema sério, uma vez que a continuidade dos estudos depende da possibilidade financeira dos pais de mandarem seus filhos para Paranaguá ou Guaraqueçaba para completá-los.



Criança no interior da escola
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002

A mãe de um garoto de 9 anos que está cursando a 4ª série afirma que a escola não é como ela gostaria que fosse, dizendo que os professores ainda não têm uma qualificação ideal pra dar aula. Isso porque *nasceram e cresceram na Barra do Superagui e aprenderam apenas as coisas daqui*, o que para ela é uma desvantagem clara. Esta mãe considera importante a busca por conhecimentos externos, reflexo talvez do fato de ela mesmo não ser natural dali, tendo tido uma formação em escolas de Paranaguá.

comum e "natural" na vida comunitária, observei várias moradoras apontando para as características que admiram em um rapaz: *não beber, ser religioso e trabalhador*.

Ao mesmo tempo ela afirma que os professores *estão melhorando* pois se antes eles só tinham a 4ª série, alguns hoje terminaram o magistério e estão cursando até mesmo o 3º grau.

Uma outra questão problemática, na sua opinião, diz respeito à merenda escolar, que não é regular e as crianças reclamam da sua qualidade. A merenda vem de Guaraqueçaba e com uma cota para durar um tempo determinado. Assim a merenda seria sempre “diluída” para durar alguns dias a mais – o que a torna pouco atraente para as crianças.

Termina dizendo ainda que acha absurdo o fato de as crianças escreverem errado no caderno e as professoras escreverem “parabéns”, “ótimo” enquanto está tudo errado. Ela diz que os próprios professores falam errado para as crianças. No seu entender, eles sabem o certo mas é o *costume* que predomina.

Ao contrário, de acordo com os professores⁹, dentre muitos, o problema mais sério que enfrentam na escola é a falta de interesse dos pais. Estes não cooperariam com a educação dos filhos, o que se refletiria no grande número de faltas de alguns e no não cumprimento das tarefas propostas, além da falta de higiene das crianças.

Outros problemas seriam de ordem estrutural: falta de áreas de lazer para as crianças na própria escola, falta de espaço da biblioteca, falta de recursos didáticos, o problema já citado da merenda escola entre outros. Mas o que foi apontado como o maior problema educacional foi a falta do ensino de 5ª à 8ª séries.

Encontra-se em ação na comunidade a proposta de Educação Ambiental do IPÊ, envolvendo as crianças da vila – que trabalha em um sentido de despertar a valorização do seu ambiente e sua “cultura”, remetendo a uma dimensão que transcende a vida cotidiana mas pretende partir dela. Isto é, das atividades “tradicionais” de artesanato ou de pesca, das brincadeiras infantis, etc, tenta-se trabalhar nos moradores uma perspectiva global, de que seus atos estão diretamente ligados à preservação do seu ambiente e dos modos de vida que pretendam manter.

Isso significaria ainda, no meu entender, tentar trazer para a comunidade uma visão do conjunto que formam e da força que desperdiçam. Por mais que isso possa soar invasivo aos seus próprios valores, é algo que está conectado com as reclamações comuns dos moradores a respeito da “falta de união” que vivenciam em todos os mo-

mentos de sua vida diária. Este então parece ser um outro momento em que as perspectivas e análises a respeito da comunidade – dos próprios moradores e dos pesquisadores – confluem e se conectam. Sendo que, aquele que representa o agente externo – a ONG – tem a possibilidade de sugerir soluções¹⁰ para os problemas que os moradores enfrentam, que no caso dizem respeito à “desunião”, auxiliando-os na formação de grupos de trabalho ou com alguma assistência na criação e gestão de cooperativas.

II. Das relações...

Esta “falta de união” estaria refletida na falta de espaços comuns para reuniões e eventos comunitários ou ainda pontos específicos de encontro entre os moradores. Isso por sua vez reflete a pouca mobilização da comunidade como um todo para resolver problemas comuns – o que fica claro na visão que se tem da Associação de Moradores e sua pouca força e legitimidade, como veremos no próximo capítulo¹¹.

*

A questão da desunião já surgiu algumas vezes no decorrer deste trabalho. Principalmente no que dizia respeito às condições da atividade pesqueira, onde a exploração de poucos sobre muitos seria, na opinião de alguns moradores, de certo modo “mantida” pela falta de mobilização destes muitos, seja por não perceberem sua força coletiva seja por não quererem sofrer riscos desnecessários.

Diz Antônio Ramos, ex-vereador, que a desunião o levou a abandonar o *campo político*. Ele coloca a dificuldade que tinha para ir atrás de algo que a comunidade necessitava, pois acabava esbarrando nela própria: convocava reuniões, mas poucos apareciam; quando conseguia fazer algo, sempre surgiam os insatisfeitos, que nem sequer participavam das reuniões.

Na fala de uma outra moradora, *aqui ninguém se une para nada; cada um vive por si, e quando se une, não dá certo*. Para ela, os conflitos comuns são decorrência do fato de se viver em um lugar pequeno, onde, curiosamente, as pessoas não se envolveriam muito umas com as outras.

⁹ Informações retiradas de um curso oferecido pelo IPÊ para os professores sobre Educação Ambiental.

¹⁰ Ou mesmo buscar estas soluções juntamente com a comunidade.

¹¹ Também neste sentido pode ser percebida a existência da Associação de Mulheres, da qual apenas 20 participam ativamente. Para fazer parte dela é só pagar uma pequena taxa e uma mensalidade de 1 real, que de acordo com a atual Presidente, *ninguém paga nunca*. Ela ainda me contou dos problemas sérios que o grupo enfrenta pois, apesar de possuírem uma cozinha comunitária e máquinas de costura, as próprias mulheres que fazem parte da associação tomam para seu próprio uso os objetos que seriam comuns a todas.

É difícil entender como um grupo de pessoas inseridas em um espaço relativamente limitado (tanto pelo fato de ser um Ilha quanto pelo de estar presa aos limites de um Parque Nacional) pode se manter “coeso” levando-se em conta o discurso corrente de desunião e os constantes conflitos perceptíveis tanto nos discursos quanto em minhas observações.

Uma hipótese para se pensar isso diz respeito às variadas origens dos moradores da Barra do Superagui. Como vimos, desde 1960, mais ou menos, famílias de diferentes localidades vieram para a vila provavelmente em busca de melhores condições materiais. Possivelmente estas diferentes famílias teriam restringido suas relações ao seu próprio grupo, uma vez que a atividade da pesca possibilita uma postura mais “individualista”.

Neste sentido, talvez o único modo de se entender esta comunidade seja levando em conta a rede de relações que cada grupo mantém, se mantém, com sua comunidade de origem ou qualquer outra na qual possua parentes ou conhecidos – que implicaria por exemplo em redes de compra e venda de pescados (pois alguns moradores não compram o peixe que é vendido ali e talvez de algum conhecido ou parente de outra comunidade que venda mais barato).

A partir do momento em que está restrita ao grupo familiar, a solidariedade não atinge a comunidade como um todo, uma vez que ela é composta de diferentes famílias, originárias de diferentes localidades¹².

Mais, na opinião de dois moradores, quanto maior a família, mais forte e influente ela seria. Na verdade eles se referiam especificamente a uma das maiores famílias da vila, que aliás não é nativa dali, e que teria uma grande influência na comunidade – em decisões que envolvem a vila como um todo, em opiniões que prevalecem entre os moradores, pelo fato de a maioria dos professores da escola serem desta família, etc...

Eles afirmam que esta família teria relações próximas com o prefeito de Guaraqueçaba e tomaria esta relação como fonte de vantagens e uma certa força de manipulação sobre os moradores. Isso por sua vez decorrente do seu número e seu grande potencial

¹² Isso não exclui certamente as redes de relações que acabam se formando através dos casamentos ou das relações de afinidade. Aliás, mesmo a família não pode ser tomada de modo fechado, como se o fato de pertencer a ela determinasse inexoravelmente relações específicas. O que acaba pesando muitas vezes é a confluência de interesses e as afinidades pessoais, baseadas em semelhanças de “personalidade”, tal como uma moradora me afirmou para explicar o mecanismo de formação dos grupos das macrameiras. No caso, ela fazia parte de um grupo com uma tia sua que no seu entender era impossível de se relacionar – devido especificamente ao seu “jeito” autoritário e desconfiado.

em gerar votos... É difícil dizer até que ponto esta idéia pode explicar o poder que esta família teria na comunidade - mas não deixa de ser uma hipótese plausível¹³.

Assim, diante deste panorama, a vida cotidiana estaria pautada em constantes “negociações”, refletidas na dinâmica do empréstimo de coisas¹⁴, nas ajudas mútuas (restritas à família) ou nas recusas, nos trabalhos feitos em grupo (permeado pelo discurso da desunião e desconfiança), nas visitas recíprocas e principalmente no que pareceu ser um dos principais “motores” da vida comunitária: a fofoca.

Ou seja, entendo que a fofoca - a troca de informações, frequentemente depreciativas, entre duas ou mais pessoas sobre outras, e a invenção de histórias sem fundamentos fatuais - trabalha como um importante elemento na manutenção da tão falada desunião ou no mínimo a reflete claramente.

Boatos e histórias que circulam geram reações de inimizade e conflito explícito entre as pessoas. A história do “*estão dizendo que você...!*”, ou “*you sabia que tal pessoa ou instituição..?*” é um tipo comum de “falatório” que já gerou fins de casamentos ou namoros, ameaças e tentativas de homicídio, decisões e atuações políticas, etc, ou seja, mudanças e movimentos concretos na vida das pessoas, que muitas vezes afetam sua vida em comum.

a. O “ficar falado”...

Existe na fala dos moradores uma grande preocupação em “ficar falado”, em ser motivo de fofoca. Este fato, relativamente comum da vida social, parece-me ser um importante motor da vida comunitária uma vez que coloca em ação representações sobre o outro e sobre si mesmo, valores aceitos e rejeitados, posturas diante de situações, etc. Sendo também uma força social que age no sentido de coagir os indivíduos a agir de acordo com as “normas” aceitas.

Isso é certamente inspirado em Durkheim que aponta para a coerção social facilmente percebida na medida em que tentativas individuais de violar as regras coletivas são reprimidas pelo grupo, que reage contra o indivíduo de modo a impedir seu ato, ou anulá-lo e a restabelecê-lo sob sua forma aceita. Deixando de lado o aspecto quase metafísico desta idéia, tomo o coletivo e a coerção como mecanismos concretos, perceptíveis e comuns, encontrados nas falas e atitudes dos indivíduos no espaço público.

¹³ Eu pude mapear alguns momentos em que esta influência aparecia e como ela funcionava - mas apenas mais trabalho de campo possibilitaria entender estes mecanismos que para mim ainda permanecem bastante fragmentados e incompletos, não permitindo nem que eu os exponha neste trabalho.

Ou seja, entendo que a preocupação em “ficar falado” e a invenção de histórias (tanto a respeito de um indivíduo quanto de um grupo) têm o poder de gerar atitudes e reações nos indivíduos – deste modo não se pode tomar como secundária a importância de tal mecanismo de relação social. Assim, pode-se dizer que é do espaço público, de troca de informações e de atitudes, que se retira os julgamentos sobre situações, opiniões e diretrizes para o próprio comportamento.

Uma mulher que já mora na vila há 10 anos, contou-me sua história desde quando chegou ali e como interpreta o modo como foi e é tratada pelos demais.

Ela conta que veio de Paranaguá para a Barra do Superagui com 16 anos de idade, grávida de seu atual marido. Afirma que foi uma época muito difícil, que as pessoas dali não a aceitaram, criando-lhe dificuldades. Não só para ela como para todas as mulheres de fora que casam com homens dali. Ela acha que está por detrás disso um idêntico do tipo “*porque buscar lá fora? As meninas daqui não prestam?*”. Além disso, a sua dificuldade ainda estava relacionada com o fato de que seu marido era um dos mais “paquerados”: *era bonito e já tinha casa*.

Conta que espalharam muitas fofocas a seu respeito, dizendo por exemplo, que o seu filho não era do marido. Diz que criticavam o seu jeito de se cuidar, por usar shorts curto, por usar maquiagem, unhas pintadas. Por ser *tagarela* e falar muito, tanto com homens como com mulheres. Nunca chegaram a lhe falar nada disso diretamente, mas ficava sabendo por intermédio de terceiros.

Ela imagina que hoje falam menos, pois acha que já se acostumaram com o seu *jeito*. Contudo, crê que ainda assim comentam sobre suas viagens à Paranaguá, quando visita sua família.

Depois de conversar com ela, pude ter acesso a visões que outras mulheres têm dela até hoje: que ela com certeza trai o marido, tornando-se por isso uma figura mal-vista por muitas. Isso se reflete em situações do tipo: não convidá-la para atividades que são feitas em conjunto, não ajudá-la ou não apoiá-la se tiver algum tipo de papel público na comunidade.

¹⁴ Ouvi muitas reclamações a este respeito, de que ali ninguém devolveria as coisas emprestadas, ou as devolveriam em péssimo estado.

Esta idéia corrente de que ela certamente trai o seu marido advém de certas atitudes tais como conversar com homens casados. Ela mesma afirma que mesmo hoje sendo “normal” que homem converse com mulher, *aqui ainda tem gente que não acha aceitável mulher falar com homem casado, pois não se imagina que tenham qualquer assunto – já diz que estão namorando.*

Além das fofocas, conta dos problemas que teve com seu próprio marido e do esforço que fez para *mudar sua cabeça*, pois não aceitava *certas coisas*. E que só ficou na vila porque seu marido era *compreensivo*. Disse que caso contrário não ficaria com ele, como acontece com outras mulheres.

Cita uma vizinha sua que veio de Ararapira, *que não é muito diferente daqui*. Conta que ela se casou com um homem da vila que é *machista* e que se “submeteu” a ele. Ela critica esta postura, achando estranho como *as pessoas aprendem a ver da maneira, do jeito que eles acham certo.*

Mas ela diz que algumas pessoas são diferentes, são mais *liberais*, ou porque trabalham com pessoas de fora ou porque já saíram da Ilha. Neste caso, seriam pessoas que *têm a mente mais aberta, porque conversam com todo mundo.*

Porém, este “conversar com todo mundo” gera reações coletivas ou individuais que atestam os valores a serem preservados. Muitas brigas e separações ocorrem porque os maridos conversam com mulheres de fora (pesquisadores mas principalmente turistas). Esta mesma mulher conta um caso em que a esposa de seu sobrinho deixou-o porque o viu conversando com uma moça que não era dali e que queria saber sobre as coisas da vila. Na verdade é ele que se defende dizendo isso, mas sempre ficará a dúvida se ele realmente está falando a verdade. *Na dúvida, termina-se tudo*¹⁵.

Neste sentido, as próprias pesquisadoras do IPÊ sofrem estas sanções. Pelo fato de elas serem “abertas” e conversarem com todas as pessoas, esta informante diz que algumas pessoas até entendem que elas são assim mesmo, que estão trabalhando, mas outras não, *radicalizam.*

Diante disso, o “padrão” aceito, de acordo com o que me contaram algumas mulheres, é de meninas que *nunca foram ate Paranaguá, no máximo até Guaraqueçaba. Que não conversam, são fechadas, que só falam se você pergunta. Que não lêem jornais ou revistas, no máximo assistem televisão, não conversam com ninguém que vem de fora para aprender algo.*

¹⁵ Não foi um ou duas vezes que ouvi comentários assim. Acompanhei o sofrimento de uma mulher que terminou um relacionamento porque haviam lhe contado que seu namorado a estava traindo.

Outro caso ilustrativo é o que diz respeito ao trabalho do IPÊ e as opiniões sobre ele. Predominava a descrença, o descrédito e o pessimismo, tanto em relação ao projeto de maricultura quanto com o dos fantoches, como já pudemos ver. Ao menos para este primeiro, pude perceber que foram idéias pré-concebidas e pré-aceitas que levaram alguns homens a não aceitarem fazer parte dos grupos de trabalho - boatos (ou opiniões "negativas") sobre a seriedade do trabalho, sobre quem realmente estaria sendo favorecido, sobre promessas mentirosas. Ao contrário daqueles que acreditaram no trabalho, que entendem que o tempo mostrará quem estava certo - mas mesmo que mostre, dizem alguns, ninguém vai achar que estava com a opinião errada...

Existem ainda casos mais sérios de boatos que foram parar na delegacia de Parana-guá e em ameaças e tentativas de homicídio contra aquele que havia sido a vítima da invenção¹⁶.

Esta questão da fofoca é analisada por Elias&Scotson (2000) a partir de pesquisa feita em um povoado inglês, nomeado Winston Parva. A obra intitulada "Os estabelecidos e os outsiders" busca esclarecer a relação entre o grupo dos estabelecidos há tempos na localidade, que conformavam a "aldeia" e aqueles que haviam chegado depois, se estabelecendo no "loteamento".

No caso, a fofoca é uma arma usada pelos estabelecidos como fonte de estigmatização dos de fora, considerados "inferiores" em vários sentidos. Os autores primeiro dividem a fofoca entre as elogiosas ou de apoio, e aquelas de rejeição e censura e a tomam como um fenômeno dependente das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias¹⁷.

Mesmo que as fofocas elogiosas tivessem um papel no "fluxo de rumores", eram as de rejeição e censura que desempenhavam um papel mais significativo. Os autores sentiam que as notícias sobre o desrespeito às normas aceitas, cometido por pessoas conhecidas da comunidade, eram mais "saborosas", fornecendo maior entretenimento e mais, apelando mais diretamente para o sentimento de retidão daqueles que o transmitiam. Ou seja, o fato de se "mexericar" com outros sobre tal assunto seria prova da própria irrepreensibilidade e um reforço à "comunhão dos virtuosos".

¹⁶ Não entrarei em maiores detalhes, a pedido dos envolvidos no fato.

¹⁷ É interessante a colocação dos autores quanto ao valor de entretenimento que elas possuíam na localidade estudada, colocando seu aspecto essencial não simplesmente no interesse que se tinha pelas pessoas "faladas" mas no fato de se tratar de um interesse coletivo (*idem*:122).

No caso então, a fofoca teria uma função integradora, mas dependente do tipo de relação existente na comunidade. No caso, na aldeia, a área mais estritamente unida, a fofoca corria com liberdade e abundância pelos canais fornecidos pela rede de famílias e associações. Enquanto na área frouxamente unida seu fluxo era mais curto e havia mais barreiras a sua transmissão.

Não posso afirmar até que ponto esta interpretação se adequaria ao caso da Barra do Superagui, pois precisaria de mais tempo e uma maior inserção em um maior número de famílias para entender este fluxo de “representações”. O que posso afirmar é algo que também Elias aponta: sobre a função da fofoca de excluir pessoas e cortar relações (*idem*:125).

As fofocas, no caso estudado por ele e no da comunidade aqui analisada, funcionavam como um instrumento de rejeição bastante eficaz. No caso, quando se achava que algum novo morador não era “boa gente”, circulavam pelos “canais de boataria” histórias sobre a transgressão de normas, geralmente de forma exagerada. *E o rigor com que esta arma era coletivamente usada não deixava de ser característico do efeito peculiar que, nas comunidades muito unidas, as fofocas e os intercâmbios constantes de notícias e pontos de vista têm sobre as opiniões e as crenças coletivas (ibidem).*

Se, pensando na hipótese de Elias, o fluxo de fofocas é maior devido à união da comunidade, talvez possamos entender a desunião percebida na Barra do Superagui apenas no que se refere às redes de solidariedade e ajuda mútua, mas talvez não no que se refere às “trocas” de representações a respeito do que se considera válido como comportamento neste espaço social específico. Pois, por mais que as pessoas venham de vários lugares, a vida em conjunto gera um relativo “consenso” sobre o que é aceito e legítimo - o que não implica a idéia de homogeneidade nem “harmonia”, uma vez que este “consenso” nunca é algo completamente formulado e aceito por todos, mas constantemente re-significado, reinventado e manipulado de acordo com o contexto.

A partir disso, o grande “fluxo de representações” pode trabalhar no sentido de manter “cada um em seu lugar”, fortalecendo as distâncias e conflitos já existentes entre indivíduos e fortalecendo o “estado de coisas” predominante.

Não pretendo aqui nenhum tipo de teoria geral sobre as fofocas, mas apenas lançar algumas hipóteses que possam explicar as complexas relações que observei na comunidade em questão, baseadas em grande parte em uma lógica bastante clara de conflito,

fortemente ilustrada pelos boatos (histórias “comprovadamente” inventadas sobre pessoas e situações) e fofocas.

III. Uma festa fora da “rotina”...

As variadas relações que compõem a vida dos moradores da vila, pautadas tanto em entendimentos quanto em conflitos em vários níveis, são de um modo geral restritas a pequenos grupos formados circunstancialmente (em encontros pelos caminhos, casas, bares, etc) ou rotineiramente (em grupos que trabalham juntos, como o caso das mulheres que descascam o camarão, por exemplo; nos encontros “marcados” nas mesas dos bares, nos templos religiosos¹⁸, nas relações familiares, etc).

Neste sentido, estes pequenos “grupos” (não entendidos como alguma “coisa” fechada, com fronteiras fixas ou rígidas) são constantemente formados, desfeitos, refeitos de outra forma, etc; seja de acordo com a convergência de interesses (que vai da troca de informação sobre a vida alheia à formação de algum grupo que vise alguma finalidade x) seja pela existência de laços de afinidade ou parentesco (o que não exclui a convergência de interesses), ou ainda por outro(s) motivo(s) não contemplado(s) aqui.

Ou seja, é possível dizer que a vida social como um “todo” é composta de pequenos “grupos”, cujas relações – internas e com outros “grupos”, circunstanciais ou rotineiras e pelos mais variados motivos – regem a vida cotidiana.

Diante disso, é digna de atenção qualquer situação que transcenda (ao menos aparentemente) a esfera destas relações cotidianas mais comuns, reunindo um grande número de moradores da vila em torno de um mesmo foco.

É este o caso de uma grande festa que observei em comemoração ao sete de setembro, que reuniu grande parte dos moradores da Barra, senão a sua maioria. Diferente dos outros anos, em que prevaleceram os torneios de futebol envolvendo as comunidades da região, neste (2002) foi organizada uma grande gincana com competições variadas (corridas de saco para crianças de todas as idades, competições de pesca de mulheres e de homens, corrida de canoas, corridas de vários tipos para diversas idades, etc), distribuídas em dois dias.

¹⁸ Existem, se não me engano, 4 denominações religiosas na vila (católicas e protestantes). Infelizmente, não pude dar conta das questões que envolvem o pertencimento a um determinado grupo religioso e sua ação na vida social e nas relações entre os moradores. Posso apenas dizer que, por alguns comentários que ouvi, muitos conflitos são permeados ou condicionados pelas diferenças religiosas, mesmo dentro de uma mesma igreja (ou seja, nas diferentes interpretações e modos de vivenciar sua crença).

Durante uma semana, Denise, em nome da Associação de Moradores, percorreu Paranaguá em busca de prêmios para as provas (desde brinquedos para as crianças até eletrodomésticos), tendo comprado muitos deles com seus próprios recursos.

No decorrer de dois dias reuniram-se em torno de cada uma das provas os participantes, os “fiscais”, os “torcedores” e os observadores em geral – todos centrados em um mesmo objetivo, se podemos dizer assim.

Deste modo, uma grande festa como esta pode ser vista como um momento em que os moradores participam de atividades e brincadeiras juntos, em muitos casos passando por cima de suas diferenças e desavenças. Tal como uma das organizadoras do evento afirmou, *ninguém esperava que ‘determinadas’ pessoas viessem ajudar* com os preparativos e mesmo com a realização da festa.

Assim, ela acaba congregando grupos ou pessoas que diariamente *não se entendem* ou aqueles que possuem interesses divergentes. O melhor exemplo diz respeito às professoras da Escola. Todos os anos nesta data elas preparam suas crianças para pequenas apresentações aos pais; neste ano concordaram em fazer parte desta festa maior, ensinando às crianças os hinos nacional e do pescador para que apresentassem à toda comunidade. Enquanto isso, outro grupo de mulheres costurava as roupas verde-amarelas que as crianças iriam usar.

Por outro lado, pode ser um momento em que conflitos cotidianamente velados tomem uma forma explícita e concreta, como ocorreu em uma das competições de corrida em que uma das mulheres empurrou “gratuitamente” uma outra para que perdesse sua chance de ganhar. Na interpretação de todos, este fato foi decorrência de antigas “pendências” entre as duas.

Alguns elementos e características da vida social cotidiana puderam ser percebidos em certas situações ocorridas durante a festa.

Um primeiro ponto notado diz respeito à surpreendente preparação física dos participantes das provas de corrida, principalmente. Fácil de entendê-la quando sabemos que o grande vencedor da corrida masculina percorre diariamente 20 Km em sua bicicleta, carregando nela quilos de peixe com o intuito de auxiliar seu pai.

Mais interessante, contudo, é saber que este pescador somente venceu a corrida porque o outro que a liderava desistiu. Tal como alguns moradores disseram, este último poderia ter *facilmente* vencido se não tivesse deliberadamente deixado aquele passar na sua frente. O motivo? O segundo prêmio (uma cesta básica), era em sua opinião

melhor que o primeiro (um carrinho de mão): *é que a cesta básica ao menos ele teria para ele mesmo, enquanto um carrinho teria que emprestar para todo mundo, com o risco certo de vê-lo logo destruído ou mesmo de não vê-lo mais.* Essa não foi a primeira vez em que ouvi reclamações a respeito do quanto as pessoas pedem coisas emprestadas umas às outras, *o tempo todo*, sem muita preocupação em devolvê-las ou cuidá-las – uma das fontes de conflitos cotidianos bem ilustrada por este fato.

Uma outra prova, a competição de pesca, foi interessante na medida em que transformou em “brincadeira” e deu outro teor à atividade diária e muitas vezes estafante da pesca, além de ter me permitido perceber um aspecto relativo à demarcação do espaço social em termos de gênero.

Em provas independentes que ocorriam ao mesmo tempo, homens e mulheres tentavam capturar o maior peixe e ganhar os melhores prêmios da gincana. Mas enquanto as mulheres pescaram com linhas de nylon na beira da praia, os homens competiram em seus barcos um pouco mais distantes da praia. Em determinado momento, quando perguntei porque as mulheres também não pescavam em barcos recebi a enfática e espantada resposta: *ora, porque [obviamente] ali é lugar de homem!...*

Muitas mulheres nunca haviam praticado nenhum tipo de pesca, vivenciando esta oportunidade incomum de modo bastante atento e dedicado. Mas as grandes expectativas residiam realmente nos resultados da pesca masculina, frutos da destreza e/ou “sorte” do pescador.

A hora da medição e comparação dos tamanhos e do conseqüente anúncio do vencedor foi das mais esperadas e animadas da tarde – fim da tarde aliás, tendo sido esta a última e aparentemente mais importante prova da gincana. Uma das mulheres, que não havia sido bem sucedida em sua pesca de linha, chegou mesmo a usar um dos peixes que seu marido havia pego para poder vencer a prova - no que foram prontamente descobertos e desclassificados.

A cerimônia final de entrega dos prêmios contou com a reunião de muitos moradores em uma região central da vila, onde foi montada um pequena estrutura de som para que as provas e os prêmios fossem anunciados. Solenemente, os prêmios foram entregues, um a um, pelos moradores *mais antigos* ou *mais velhos*, denotando aí o respeito devido a sua figura.

Tudo foi registrado pelo coordenador do projeto de pesca do IPÊ. Além dele, outro funcionário da ONG atuou como fiscal de provas, além de ter ajudado nos preparativos da festa, o que denota sua completa aceitação pela “comunidade” – pois somente os moradores estiveram envolvidos na sua organização.

Depois de tudo terminado, todos estes envolvidos na organização da festa foram reunidos em um grande *jantar de confraternização*, onde foi vedada a participação de qualquer pessoa “de fora” – eu mesma, inclusive – uma vez que seria algo, como uma moradora me disse, *só nosso*.

Neste jantar não faltaram surpresas e desconfianças para alguns, já que estavam ali reunidos conhecidos “inimigos” e mesmo uma família que todos tomam como distante e não participativa.

Por fim, não se pode esquecer o papel desta festa como uma fonte privilegiada de assunto para encontros e conversas durante vários dias. Tal como me disse um morador, depois de terminada a festa, logo as *conversas* iriam começar, nas quais todos iriam falar o que havia sido mal feito, o que deveria ter sido feito, o que faltou, o que sobrou ... *É sempre assim depois das festas*, disse ele.

IV. A Associação de Moradores

Diante de tudo o que foi apresentado até aqui, não fica difícil entender a pouca legitimidade que possui a Associação de Moradores da Barra do Superagui (ADMBS), refletida em frases como: “a Associação não tem poder nenhum”, “ninguém respeita a Associação” ou “ela não faz nada”.

Diz Sr. Antônio que a Associação não pode funcionar ou contar somente com o presidente mas *tem que contar com os associados*. Contudo, diz ainda, *se quatro, cinco aceitam* (fazer determinada coisa) *dez, doze não*. A então presidente da Associação, Denise Ramos, imagina que as pessoas não têm muita noção do trabalho em conjunto que a Associação representa. Muitos pensam que ser sócio é apenas assinar seu nome no livro ATA¹⁹ da Associação e ter direito à terra (v. Capítulo 5).

Sr. Antônio conta ainda da dificuldade em se fazer algo em benefício da comunidade, afirmando que sempre acabam acusando os líderes de estarem *fazendo uma associação para eles mesmos*, para “ganharem” com ela.

Pude perceber rumores a este respeito quando das movimentações para a eleição do novo quadro administrativo da Associação²⁰, em que se afirmava que a chapa atual iria tentar se reeleger devido ao grande lucro que teria obtido no decorrer de seu mandato.

Esta chapa, que realmente tentou se reeleger mas certamente não pelo motivo citado²¹, era formada apenas por mulheres – fato muito significativo e mesmo espantoso, levando-se em conta a postura machista predominante. O espanto ficou claro no processo mesmo de eleição quando esta chapa venceu em 2000.

a. Eleições 2000 e 2002

Denise Ramos conta que resolveu se candidatar às eleições de 2000 por revolta. Ouviu dizer que o então presidente (desde 1998), pretendia colocar pessoas “de fora” na sua nova chapa e que estes iriam pretensamente lotear toda a vila e vendê-la. Com medo de tal boato, resolveu correr atrás de mulheres para montar sua própria chapa.

Denise afirma que teve que ir atrás do presidente para que houvessem eleições uma vez que seu mandato já estava vencido há um ano. Ela e seu grupo fizeram então os cartazes avisando das eleições novas e inscrevendo as chapas, inclusive a sua.

No entanto, o fato das mulheres terem dado este passo parece ter soado como uma “revolução” aos ouvidos incrédulos dos homens. Denise conta que os homens que faziam parte da Associação não queriam aceitar a sua chapa, afirmando que elas não tinham capacidade para resolver problemas. Denise insistiu nos mesmos direitos que possuía como moradora da vila e sócia da Associação.

Ela afirma ainda que tentaram muitas vezes desencorajá-las, dizendo que elas não tinham nenhuma chance. O irmão de uma das mulheres que fazia parte da chapa disse para elas desistirem *porque aquilo não era coisa de mulher, que lugar de mulher era na cozinha, que elas iriam passar vergonha e que ninguém iria votar nelas, etc.*

Sem conseguirem demovê-las do intento, tiveram que aceitar a eleição com três chapas: do então presidente, que tentava se reeleger, das mulheres e de outro morador. Para Denise os homens só aceitaram a situação porque não imaginavam que a sua chapa teria alguma chance de vitória.

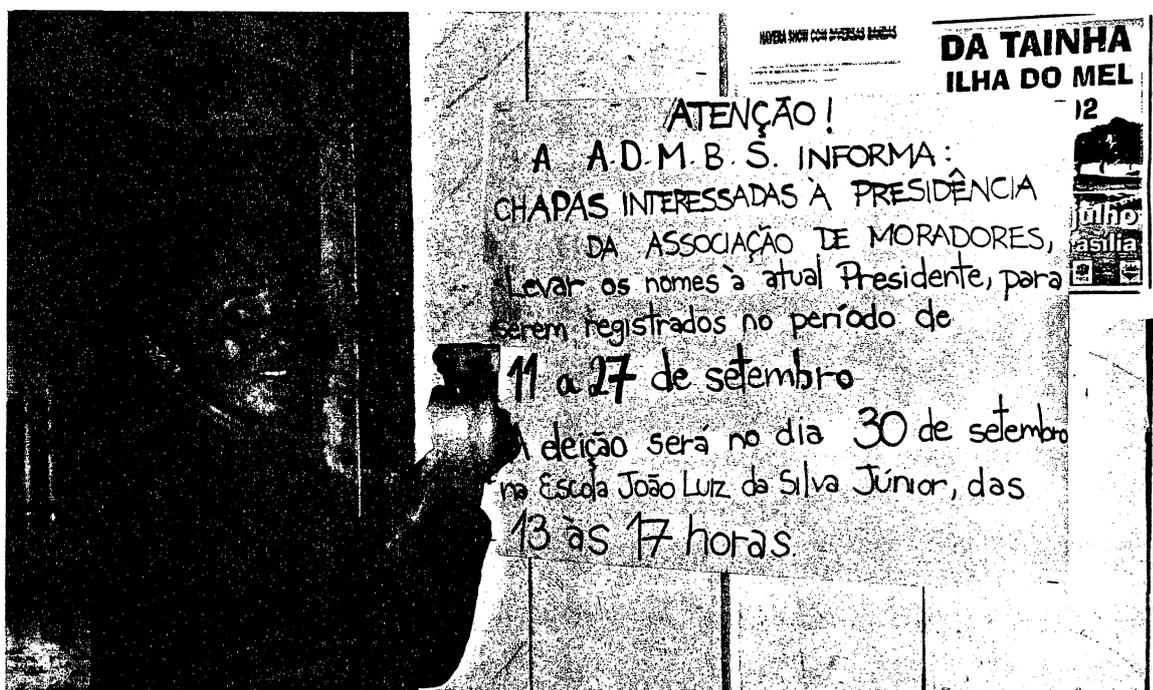
¹⁹ A ATA das reuniões da associação, que registra o nome de todos os associados.

²⁰ Isso quando estive lá em setembro. As eleições seriam logo no mês seguinte.

²¹ Acompanhei muito de perto o trabalho da presidente da Associação, além de ter tido acesso às ATAS de reuniões, e ficou claro que não haveria de onde ela ganhar algum tipo de lucro, uma vez que as mensalidades (de 1 real) nunca eram pagas – provavelmente pensava-se que todos a pagavam... Pelo contrário, muitas das atividades que deveriam ser realizadas com o dinheiro do caixa da Associação eram tirados do próprio bolso da presidente.

Para surpresa de todos, a chapa de Denise venceu por 65 votos, enquanto as do presidente e a outra tiveram 28 e 43 votos, respectivamente. Certamente a vitória gerou reações da parte dos perdedores. No dia da votação, como não havia mais folhas na ATA para que os eleitores assinassem sua presença, uma folha em branco foi usada para tal fim. Todavia, o já ex-presidente, quando levou as assinaturas para sua casa, incluídas as folhas avulsas, as teria anulado valendo-se do argumento de que uma das assinaturas não estava legível, pois quem assinou estava bêbado. Mas como Denise havia guardado todas as cédulas de votos, levou-as até Antonina para que sua situação, legítima, fosse regularizada.

Assim, a chapa das mulheres “governou” a Associação pelos dois anos de direito. Com o fim destes anos, iniciou-se a preparação das próximas eleições. O processo todo é bastante informal: foram escritos dois cartazes com o prazo para a inscrição de novas chapas e o dia da eleição que foram coladas em um dos bares de maior movimento e outro em uma mercearia.



Denise convoca moradores para apresentação das chapas
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002

Só que desta vez os homens não mais se arriscaram. Até o último dia das inscrições, apenas duas chapas (de homens) estavam inscritas uma vez que, até então, Denise havia deixado sua pretensão de concorrer à reeleição em segredo. Assim, no último dia

permitido, inscreveu sua chapa. Mas, para impedir a vitória de Denise, as duas chapas de homens acabaram se unindo – fato que ela aceitou para *evitar maiores confusões*.

Acabou então perdendo a eleição, por 89 votos contra 141 de um morador que já havia sido presidente outras vezes. Por telefone ela me contou de suas suspeitas de que alguns moradores teriam se unido para que a outra chapa vencesse, comprando votos dos moradores, oferecendo bebidas e espalhando boatos contra ela própria e a chapa feminina. Embora tenha ficado a decepção pela perda e principalmente pela invenções de que teria sido objeto, Denise afirmou que ao menos agora ela poderia se *dedicar mais a sua vida*.

*

Na verdade, ser presidente da Associação ou ter qualquer atividade de liderança na comunidade não é uma tarefa fácil. Aqui a fofoca e os boatos se apresentam com sua maior força e capacidade de mobilização ou “destruição”.

A irmã de Denise disse que quando soube que ela iria se candidatar à Associação pensou que ela estivesse *ficando louca*. Pois se ela já era “falada”, *depois disso ia ficar mais ainda*. Diz ainda que *tudo estava ruim mesmo e que não adiantava fazer nada*.

Mesmo no processo de articular uma nova chapa para a reeleição, as mulheres relutavam em continuar com seu objetivo devido ao “falatório” e às fofocas: uma delas não queria continuar na Associação, pois as pessoas só *caiam de paulada, cobravam as coisas, mas não ajudavam em nada – muito menos pagando a mensalidade*.

Outras não queriam continuar por acharem muito improdutivo o trabalho, ainda mais desanimadas pelo boato que corria que elas só queriam continuar na Associação porque ela *dava muito dinheiro*. Uma mulher que não havia feito parte da chapa anterior também foi chamada e disse que até queria entrar na Associação, para reclamar, pedir as coisas, *mas que aqui em Superagui é terrível* (mas acabou aceitando participar).

Conversando com um casal ouvi o marido dizer que nunca quis trabalhar em nenhum tipo de Associação afirmando que para isso teria que *fazer uma reunião por semana para explicar coisas, uma vez que boatos correm, sem ninguém saber de nada o que acontece de verdade. Aqui julgam tudo o que todo mundo faz ou deixa de fazer ou nem faz, mas mesmo assim acham que faz*.

Capítulo 5 DO ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL

I. Ser ou não ser...

Como vimos, por mais que na prática a Associação de Moradores não represente uma ação conjunta, a sua existência de certo modo legitima a condição de pertencente à comunidade ou morador da vila. É interessante pensar que um dos argumentos usados pelos homens contra a candidatura das mulheres, no processo de eleição relatado no capítulo anterior, foi a de que elas não eram sócias da Associação, não tendo portanto direitos reais.

A Associação, através do seu Estatuto, representa ideal e oficialmente quais as pessoas que possuem direitos na vila. Na verdade, o seu primeiro Estatuto (de 1990) não apresentava detalhes a respeito de quem podia ou não ser sócio, sendo considerados como tal primeiramente aqueles que participaram da reunião de formação da Associação e, ao longo do tempo, todos aqueles que se inscrevessem e pagassem a mensalidade, com a condição de ali morarem.

Devido a um problema de terras, que veremos detalhadamente a seguir, imagino que esta questão tenha se complexificado, levando a uma maior definição de quem ali realmente teria direitos e porque. Podemos ver isso na *"Ata de alteração e consolidação do Estatuto da Associação dos moradores"* feita em 1996, que acrescenta vários capítulos no Estatuto inicial de 1990, entre eles um denominado *"Do uso e ocupação e manejo da área territorial"*.

Neste, vemos que o território é patrimônio da ADMBS, não podendo ser parcelado, vendido, dividido ou arrendado para *"pessoas estranhas"* e *"não nativas"* da comunidade. Assim, os filhos nativos, completados 18 anos, têm direitos a uma área para a construção de sua própria casa. As pessoas de outras localidades somente poderão fixar residência se : *a) estiverem casados com nativos, b) tiverem bons antecedentes e c) aprovados pelo Conselho Deliberativo (...)*.

Na prática, a aplicação rigorosa destas normas é praticamente impossível. Acompanhei algumas polêmicas quanto a quem pode ou não ser sócio da ADMBS. Na opinião da então presidente: *apenas nativos, nascidos aqui, ou moradores antigos*.

Contudo, as situações apresentam variedades que não estão bem englobadas por estes critérios. Daí advém problemas como o de uma mulher que nasceu na Barra do Superagui, foi embora e voltou há uns 2 anos. Ouvi que alguns moradores (de uma

família X) não queriam que ela fizesse parte da Associação uma vez que ela teria ido embora da vila. Mas outros a defenderam dizendo que se isso fosse seguido, nem mesmo esta família X poderia ser sócia, uma vez que não era nativa dali. Um membro desta família, por sua vez, teria retrucado com a afirmação de que já moram ali *há tempos...*

Existe uma outra família, de um ex-vereador, dono de um barracão, que também não é nativa da Ilha mas todos são sócios - sendo que alguns deles nem mesmo residem mais na vila. Por outro lado, existem mulheres e homens que já vivem por ali há mais de 20 anos, são casados com nativos, são sócios da Associação, mas em algumas circunstâncias são ainda considerados "de fora".

Assim, estes julgamentos variam de acordo com quem fala, com o contexto e interesses em jogo. Na verdade, mais fixo é o critério da natividade, uma vez que é difícil argumentar contra o fato de se ter nascido na vila. Porém, para que a situação daqueles que vêm "de fora" (a grande maioria, como vimos) fosse legitimada, o critério se flexibilizou a ponto de englobar a antiguidade na vila, ou ainda, o "jeito de ser" (que implica aceitar ou entender os "padrões culturais" que regem a vida comunitária) - que permite que uma pessoa seja considerada parte da comunidade.

Assim, penso que ser "de fora" não implica apenas uma questão geográfica de não se ter nascido ali, podendo ter a ver com valores comungados ou não e mais, com ser parte ou não de uma família numerosa na Ilha, que faça frente a outras em quantidade.

Arrisco dizer que grande parte da "necessidade" destas definições diz respeito hoje aos direitos de ocupação e uso do espaço físico - fato amplamente problematizado graças ao contexto no qual esta comunidade está inserida há muito tempo: o de luta pela manutenção das suas terras, seja contra grandes especuladores, seja em relação a normas ambientais.

*

Várias das comunidades litorâneas da região, inclusive Barra do Superagui, teriam enfrentado desde o início da década de 60 até a década de 80 conflitos referentes à posse e uso das terras que ocupavam e ocupam (IPARDES,1989:71).

Um momento marcante foi a instalação da Companhia Agropastoril Litorânea Paraná S/A (CAPELA), na década de 80, em vários pontos da Ilha do Superagui. Eles mantiveram uma relação agressiva com os moradores, valendo-se de várias formas de in-

timidação como documentação ilegal das terras, jagunços armados, búfalos que invadiam a área das comunidades e o uso de cercas para limitar o acesso a terrenos (*idem*)¹.

Parece que até 1990 a Companhia foi expulsa dali. Não encontrei dados seguros que pudessem apontar quais os motivos ou quais os fatos que teriam desencadeado esta ação. Posso apenas demonstrar que no ano de 1990, em reunião com autoridades do IBAMA, do Serviço de Patrimônio da União (SPU) entre outros, os moradores da Barra do Superagui questionavam a respeito de seus direitos sobre as terras que “*sempre preservaram e não permitiram a invasão de empresas, que queriam expulsá-los com cercas e criações de búfalos*”².

Por outro lado, um jornal de 1984³ noticia o início do processo de tombamento da Ilha do Superagui pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico (CPHA), que teria notificado os portadores de títulos da área, dando a eles 15 dias para se pronunciarem a respeito.

Foram notificados 11 proprietários, entre particulares e empresas, estando entre eles a CAPELA que, de acordo com Niefer (2002) teria contestado este processo. O jornal citado ainda afirma que existia na região várias áreas em litígio, com superposição de títulos e ações correndo na justiça para definir os proprietários. O objetivo formal do tombamento seria regulamentar o uso das propriedades, estabelecendo limites quanto a construções, desmatamentos, exploração agrícola, etc.

Na mesma matéria consta que a Ilha de 16.000 hectares era habitada por colônias de pescadores, mas empresas como a CAPELA tinham cerca de 100 cabeças de búfalo que vinham causando problemas. O tombamento viria para impedir a ocupação desordenada e não colocar em risco a riqueza natural.

Estes conflitos na região teriam forçado órgãos responsáveis a intervirem com o objetivo de demarcar a área de posse de cada comunidade. Neste sentido, IPARDES (1989:73) afirma que já em 1989 (ou antes disso, não está claro), já haviam sido feitas medições topográficas para a demarcação das comunidades da região, inclusive Barra do Superagui, mas nenhuma delas tinha ainda recebido a titulação que regularizaria a

¹ De acordo com um artigo do jornal Correio de Notícias, de 28 de março de 1984, não assinado, afirma-se que em 1983 o jornal “Estado de São Paulo” registrou que esta Companhia mantinha homens escravos. Diz ainda que na época do Governo de José Richa (1983-1986), já haviam sido feitas 14 autuações contra a empresa, que tinha falsos documentos de posse da região que pretendia se apropriar.

² Tal como se encontra no livro Ata da ADMBS, de 30 de junho de 1990. Nesta reunião específica, discutia-se a questão da posse de terras na Ilha e dos direitos dos moradores a este respeito. Esta questão das terras será bem discutida adiante.

³ O já citado Correio de Notícias, de 28 de março de 1984, com a matéria: “Uma Ilha está sendo tombada”.

situação jurídica de posse. Esta questão aliás, até hoje não foi resolvida, complicada pelo fato da transformação da Ilha em Parque Nacional.

II. O Parque Nacional...

Até ser transformada em Parque Nacional, a Ilha do Superagui estava dentro dos limites da APA de Guaraqueçaba. Mas quando de sua criação, em 1989, passa a vigorar ali a legislação específica aos parques nacionais, mais restritivas e que portanto se sobrepõe à legislação da APA na região. Neste sentido, até então a comunidade da Barra do Superagui fazia parte da APA, estando incluída nos trabalhos de zoneamento e de análises sócio-econômicas. Hoje, ela faz parte do que se chama "zona de amortecimento" do Parque, sujeita a normas e restrições específicas que "visam minimizar impactos negativos sobre a unidade" (Niefer,2002:51).

Diferente das outras comunidades da Ilha, Barra do Superagui está fora dos limites do Parque. Na verdade, no seu Decreto inicial de criação (de 1989), apenas a Colônia do Superagui estava dentro dos seus limites, estando excluídas todas as comunidades, além da Praia Deserta e uma porção norte da Ilha (*idem*) somando um total de 21.400 ha. Desde esta época já existiam discussões a respeito destas áreas que ficaram de fora. Diz Capobianco, em matéria para a revista eletrônica do ISA⁴, que na época teria considerado a falta destas áreas - principalmente a grande extensão da Praia Deserta - como favoráveis à especulação imobiliária⁵.

Em 1997 a área do Parque foi ampliada, abrangendo um total de 33.988 ha e incluindo toda a extensão da Praia Deserta, as pequenas ilhas próximas, uma região continental adjacente ao Canal do Varadouro, além das comunidades da Ilha do Superagui - como podemos ver no mapa abaixo:

⁴ Instituto Sócio-Ambiental, Revista Eletrônica Parabólicas, jan/fev de 1998.

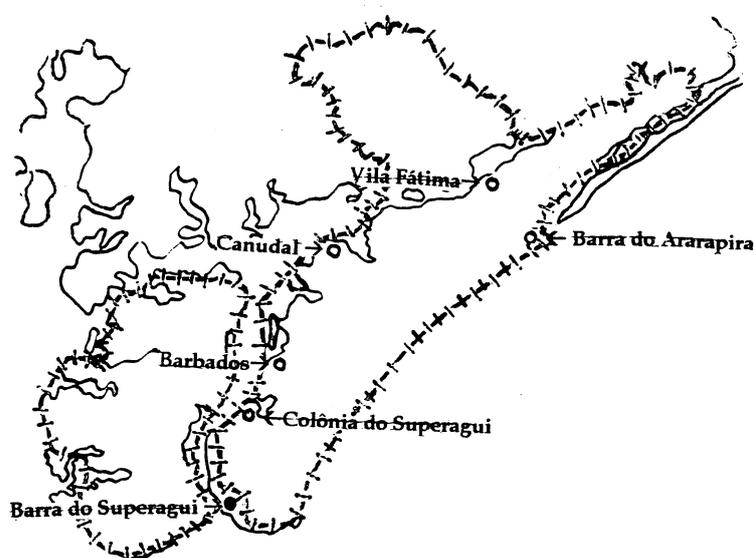
Página: <http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao36/reportag/pg4a.html>.

⁵ O jornal "Indústria e Comércio" de 02/05/1989 na matéria "Ecologistas vibram com a decisão de criar o Parque" também apresenta os debates que aconteceram na época a respeito disso, entrevistando o naturalista Eládio Del Rosal, então coordenador da Serra do Mar no ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas) que afirmou não entender porque não se estendia a área do Parque por mais 45.000 ha acima da cota de 200 no Paraná e outros 30.995 da área em litígio com São Paulo...

Parque Nacional do Superagui

Fonte (sem as comunidades): homepage ISA. www.isa.org.br

MAPA 4



O caso destas comunidades que se encontram dentro dos limites do Parque deve ser melhor estudado. Guadalupe Vivekananda, chefe do Parque, afirma⁶ que não houve como deixá-las para fora dos seus limites, mas também não há risco ou possibilidade de tirá-las dali. Assim, elas ficarão dentro do Parque, com todo o peso que isso implica, recebendo do IBAMA uma outra casa, caso tenham “vontade” de sair dali.

Parece-me inevitável o processo de estrangulamento destas comunidades, uma vez que elas não têm possibilidade nenhuma de crescimento e o uso que podem fazer de seu meio é absolutamente restrito. E mais, nestas vilas as áreas de terras habitadas não serão demarcadas, não tendo quem ali mora o direito de vendê-las ou trocá-las. Se escolherem ir embora, não poderão mais voltar⁷.

⁶ Em palestra promovida pelo IPÊ, parte de um curso de capacitação em Educação Ambiental para os professores da Ilha do Superagui, feito em julho de 2002 na Barra do Superagui. Estiveram presentes os professores da Barra do Superagui e apenas uma professora de Barbados. Nesta palestra, Guadalupe explicou aos professores o conceito e as implicações de um Parque Nacional.

⁷ De acordo com o que encontramos na Dissertação de Mestrado da chefe do Parque (Vivekananda, 2001:91), uma das recomendações por ela proposta seria realmente a “*realocação das famílias, ora residentes dentro do Parque, que vivem na área há várias gerações, e que não estão realizando migrações espontâneas, deverá ser feita a longo prazo, para que sejam melhor preparadas para o novo local que irão ocupar, o qual, em acordo com os moradores, deverão ter características semelhantes, possibilitando que cada comunidade continue a dispor dos recursos para sua subsistência*”.

O caso da *Baira do Superagui* é diferente. Mesmo o território sendo da União, elas terão suas terras medidas e demarcadas, recebendo títulos de “propriedade” (de uso), deixando de ser, tal como afirmou Guadalupe na palestra citada, “apenas posseiras”.

Assim, cada família terá direito a um terreno – aquele que ocupa. Caso uma família possua mais de um⁸, como é o caso de vários moradores, terá que colocá-los em nome de seus filhos – uma vez que é seu direito sair da casa de seus pais e requisitar uma casa para si e sua nova família. Ou seja, no caso daquelas famílias que já têm mais de um terreno, será este o que o seu filho terá que utilizar, não podendo então requerer qualquer outro.

Com este título, é aberta a possibilidade de venda e compra de terras, mesmo para pessoas de fora. Contudo, aquele que vende não mais terá direito a sua terra ou a qualquer outra que não possa comprar. Isso vai fortemente de encontro à lógica que vigorou até hoje, da venda, troca e compra livres de terras, mesmo sem a existência de títulos que regularizassem a posse. Voltarei a isso.

III. Divisão do espaço...

A distribuição das casas na vila se caracteriza de modo geral por uma grande proximidade entre os lotes de terra. Como podemos ver no mapa na página seguinte, os pequenos pontos brancos representam as casas dos moradores (não todas que existem na vila), distribuídas tanto pela orla marítima quanto mais próximas umas das outras, ou ainda próximas à mata.

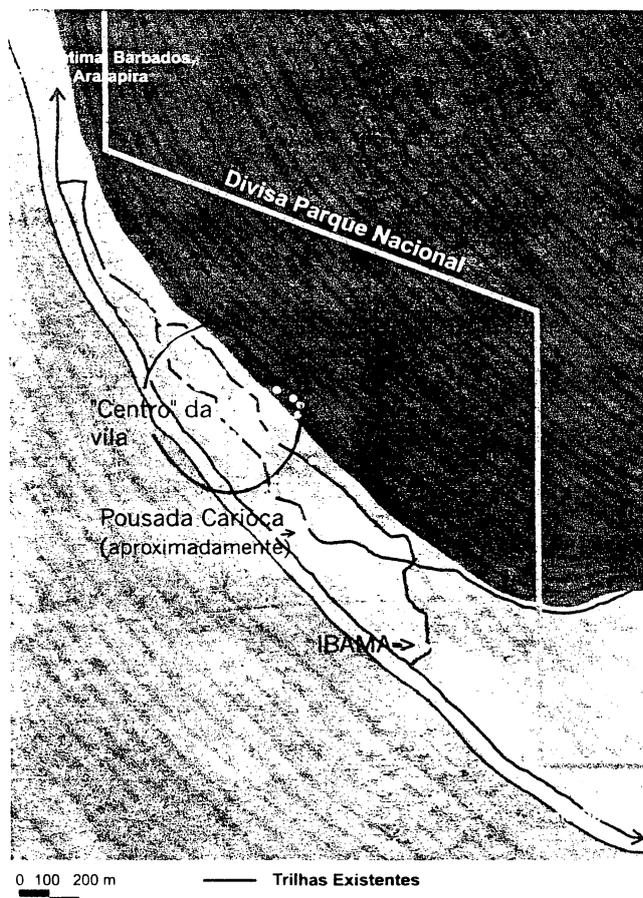
A concentração maior de casas é na região do “centro” da vila, onde elas estão também mais próximas e mesmo apertadas (é ali que encontramos também muitos bares, mercearias, igrejas, o telefone público, a escola, o posto de saúde, etc). Uma moradora, cuja pequena casa conta apenas com o espaço que ocupa sem qualquer tipo de quintal próprio, diz que escolheu o local para poder ficar perto de seus parentes. Ela mora na frente da casa de sua mãe, do lado da casa de seus sogros, próxima ainda a primos e tios. Uma amiga desta moradora critica sua escolha em morar de modo tão apertado, sendo que ela poderia ter escolhido qualquer área para construir sua casa.

⁸ Os moradores que conversei disseram que o que caracteriza a posse ali é geralmente a construção de algo (um barraco ou uma casa), bastando então a quem quiser algum pedaço de terra, “cercá-lo” e considerá-lo seu. Isso já gerou e gera muitas controvérsias quanto à legitimidade da posse de determinados espaços. Voltarei a isso no correr do texto.

Vemos com isso que de modo geral os parentes moram próximos uns dos outros. Além disso, é comum que os filhos recém-casados tragam para a casa dos pais o seu esposo ou esposa, enquanto constroem sua própria casa. Neste sentido, encontrei diversas casas sendo construídas pela vila, a maioria daqueles que se casaram e irão morar em sua própria casa. Comenta-se que o espaço já está ficando apertado, não havendo mais como construir casas de frente para o mar ou próximas ao centro da vila. Assim, as casas estão sendo cada vez mais construídas na direção da mata (na região demarcada).

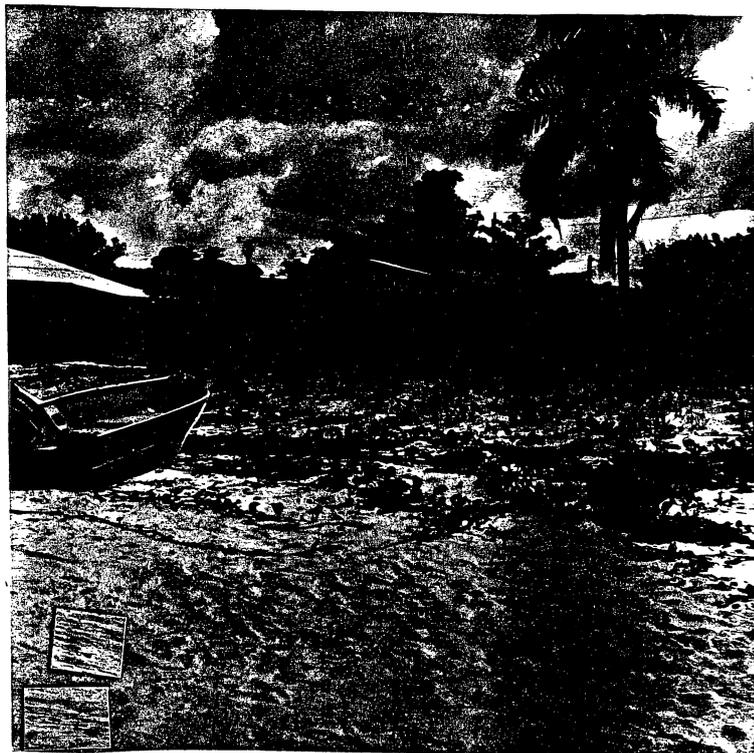
MAPA 5

Distribuição de casas
Fonte (sem as legendas): Kuhn (2002)

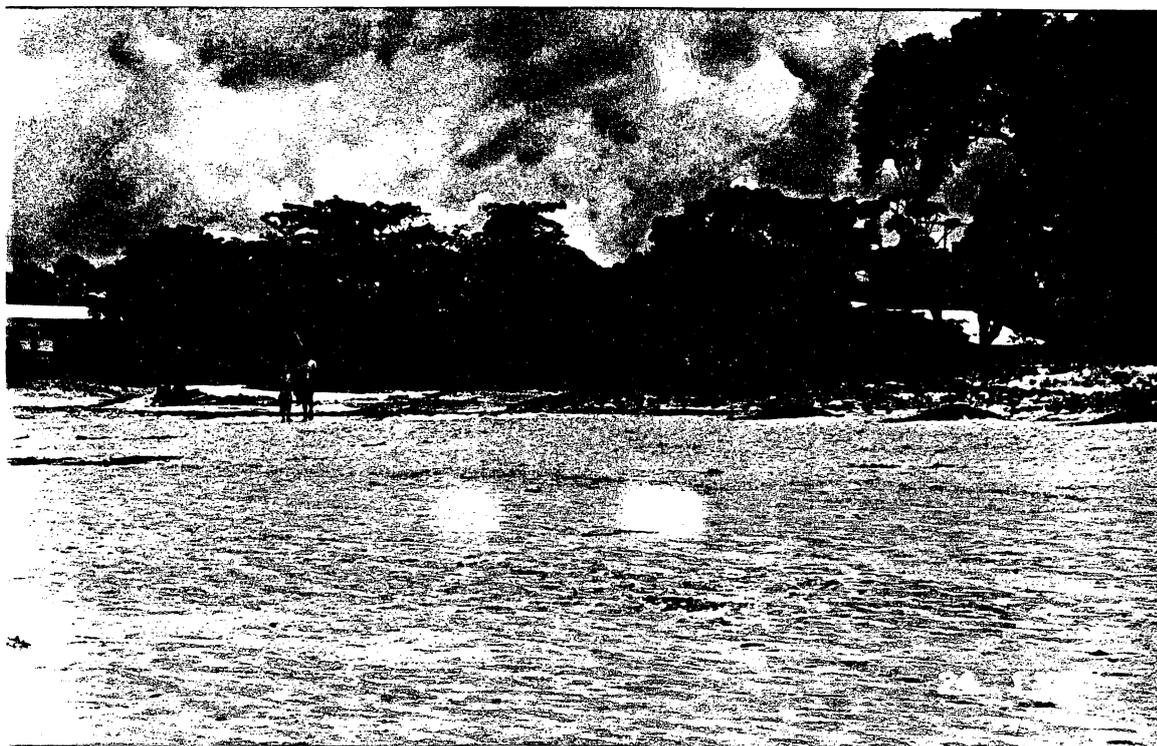


Para melhor visualização, nas seguintes fotos apresento os três espaços principais da vila, divididos por mim: casas na orla marítima, no centro da vila e próximas à mata .

Lanchonete, Pousada e Restaurante com casas ao fundo, na orla marítima
Foto: Leticia Rothen. Janeiro/2002



Mercearia na orla marítima
Foto: Leticia Rothen. Janeiro/2002

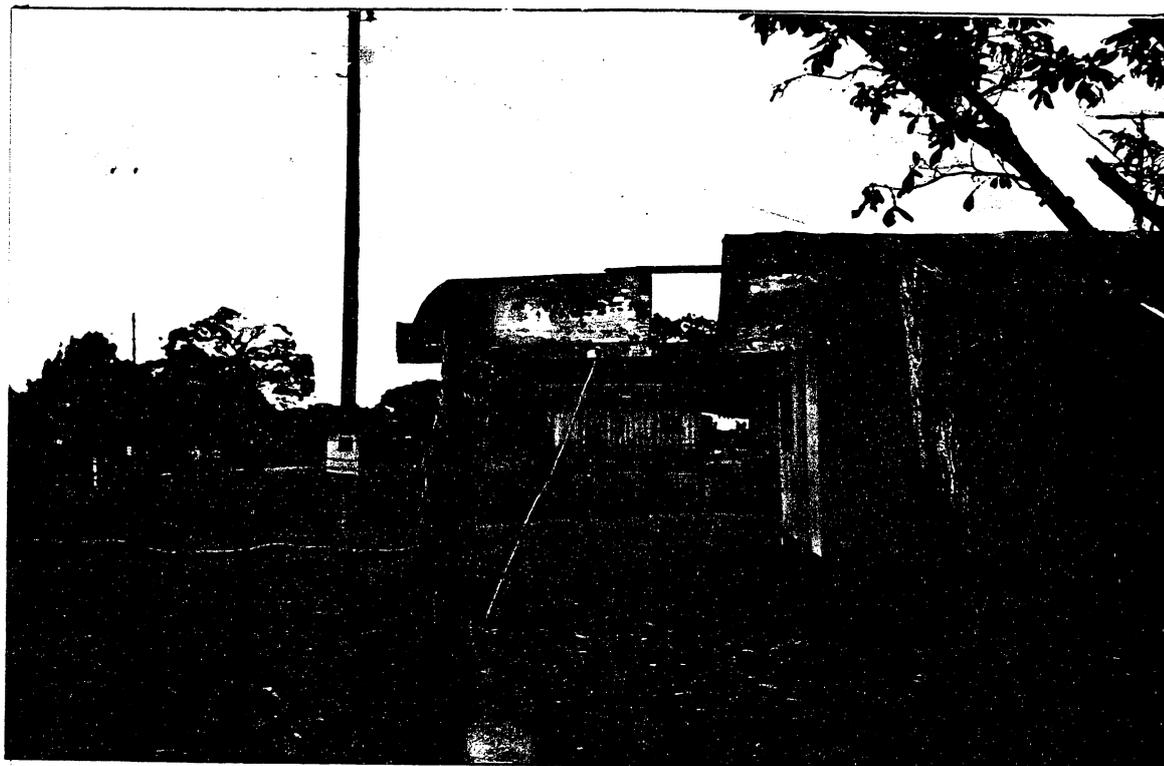




Casas no centro da vila
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002

Moradora caminhando pelo centro da vila
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002





Casas próximas à mata
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002



Casa próxima à mata
Foto: Leticia Rothen. Setembro/2002

São estes então os espaços que serão demarcados e titularizados, só tendo direito a outros os filhos que constituirão nova família. Neste sentido, percebe-se na vila um grande crescimento do número de casas, muitas quase prontas e outras sendo construídas.

Andriguetto (1999) percebeu este crescimento, tomando-o como uma característica *sui generis* da Barra do Superagui em relação às outras comunidades não urbanas do litoral, não possuindo, no momento de sua pesquisa, uma explicação para tal fato. Pelo que pude perceber, este crescimento se deve não a possíveis processos migratórios que ainda persistam e sim ao aumento do número de casas dos próprios filhos dos nativos (o que é confirmado pelos moradores).

IV. Do direito sobre a terra...

De acordo com IPARDES (1989:71), apesar de as áreas ocupadas pelos moradores na Ilha do Superagui serem propriedade da União, os pescadores adquiriram, ao longo dos anos que compreendem a história da ocupação daqueles espaços, o direito de ali permanecerem.

Como vimos, já vem de mais de dez anos a movimentação para ceder aos moradores a titulação da terra. Com a criação do Parque, alguns moradores parecem ter resolvido agir com o propósito de garantir seus direitos. Podemos ver isso quando da fundação da Associação de Moradores da Barra do Superagui (ADMBS), em janeiro de 1990 – cujo registro oficial (com o resumo do seu Estatuto) apresenta um artigo que resume, entre os seus objetivos, o de “(...) *incentivar (...) a regularização de terras junto ao Patrimônio da União, dando direitos aos nativos da Ilha*”.

A Associação foi criada exatamente um ano depois da criação do Parque Nacional, e existe na Ata da primeira reunião a seguinte preocupação: “*Com a transformação da Ilha de Superagui em Parque Nacional, sendo a terceira maior área ecológica do mundo (sic), os moradores foram prejudicados no âmbito geral e se acham no direito de buscar recursos junto aos órgãos competentes, para terem condições de sobrevivência na sua área nativa, por este motivo nos vimos na obrigação da formação de uma associação de moradores para defender nossos direitos*”⁹.

⁹ Mas não se pode dizer que isso reflita a vontade da comunidade como um todo ou de sua maioria, uma vez que estavam presentes nesta reunião inicial apenas 20 moradores. Por outro lado, ouvi de um dos seus fundadores que a Associação foi idéia de apenas um homem, que não era nativo da Ilha e que achou interessante formar uma Associação para poderem lutar por seus objetivos, e que isso não tinha nenhuma relação direta com o Parque. Mas o fato de ela ter sido pensada e fundada exatamente depois do Parque não pode ser deixado de lado. Com isso pretendo dizer que nem sempre aquilo que está aparentemente

Os movimentos iniciais da Associação, ao menos do que se encontra registrado nas Atas, é de buscar garantir a posse das terras ocupadas pelos nativos, proibindo vendas ou compras de terras sem a sua autorização.

É difícil dizer como era a dinâmica da vida social no que se refere aos usos da terra antes de 1990. No entanto, deduzo que sempre foi prática comum a troca ou venda das terras, tanto para turistas como entre os próprios nativos, fato demonstrado pela presença de casas de “turistas” de muito tempo antes da criação do Parque, que devido à antiguidade da posse irão permanecer com seus donos¹⁰. Com a criação do Parque e com a presença do IBAMA na área, ela sofreu limitações.

Já na Ata de uma reunião de março de 1990, encontram-se registradas as denúncias feitas por alguns associados à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), contra pessoas envolvidas na venda de terras e casas na área de Superagui. Tal como está registrado: “(...) os mesmos (os associados) estavam revoltados porque somente poucos podiam fazer tais negócios e que a maioria também queria fazer tais negócios, e que a maioria também gostaria de vender terras caso fosse possível”¹¹.

Surge daí a idéia de requerer junto às autoridades a área de terra em que vivem para o povo do lugar, que teria o poder de fiscalizar vendas ou construções sem autorização das “autoridades competentes” (SPU ou IBAMA).

Logo em seguida, em abril do mesmo ano, em nova reunião, os associados criam um regulamento de terras de Superagui ou o que foi chamado de “*Coordenadoria da Área de Terras de Superagui*”, com o objetivo de regulamentar a área daqueles que teriam direitos de ocupação e construção de novos barracos ou casas – ou seja, apenas os moradores da Ilha nativos e seus filhos.

O regulamento, em termos gerais, determina o tamanho dos lotes a que cada um tem direito, quem tem direito e porque (os pescadores e seus filhos, sócios da Associa-

dado como um fato corresponde ao que realmente acontece, às reais intenções e motivações dos sujeitos envolvidos.

¹⁰ Casos mais recentes de vendas para turistas são proibidas e muitas vezes as construções são derrubadas. Retomarei esta questão adiante.

¹¹ A denúncia enviada ao então delegado do Patrimônio da União no Paraná, Nelson Grabowski foi por ele re-enviada a várias “autoridades”: Presidente do IBAMA, Capitão dos Portos do Paraná, Presidente do Instituto de Terras, cartografia e Florestas – ITCF, Diretor ao da Polícia Florestal e Superintendente da Polícia Federal – pedindo providências para a apuração das denúncias, bem como abrir inquérito se necessário, usando como argumento a necessidade de coibir as novas construções a fim e evitar a degradação ecológica da Ilha do Superagui.

ção). Além de proibir a venda de casas na vila para turistas e a permanência na vila daquele que vender sua casa¹².

Com estas regras definidas, uma nova reunião em junho de 1990 – agora com a presença do delegado do Patrimônio da União (Nelson Grabowski) e representantes do IBAMA (Miguel Fernando Von Belr e Guadalupe Vivekananda) – retoma o abaixo assinado entregue ao SPU requerendo a área de terra para os moradores e nativos da região (cf. nota 2).

Consta na Ata que o IBAMA se coloca a favor dos moradores e propõe ajuda para defender, junto ao Governo, os direitos dos que ali vivem, ajudando na documentação da área. Fica então decidido que seria doada para a Associação uma área já marcada com uma picada feita pela Prefeitura em 1986. Diante disso, o delegado do SPU afirma que a doação seria feita em um lote único para a Associação, que, por sua vez, daria um lote para cada morador construir uma casa e outro para um barracão (nas medidas já estipuladas no estatuto)¹³.

Assim, reafirma-se com todas as letras que a autorização para novas construções deverão ser solicitados à Associação, caso contrário ela tem o direito de embargar a obra. Sendo que todas as irregularidades sobre as áreas de terras deverão ser denunciadas ao SPU que tomará as medidas necessárias, enviando até mesmo a Polícia Federal.

Assim, no decorrer das reuniões da Associação, aparecem nas Atas vários pedidos de autorização para construções, muitas negadas e outras aceitas, baseadas geralmente no fato do requerente ser nativo ou morador antigo.

¹² Em resumo: "I - Deverá ser respeitado os direitos dos que já possuem o documento de direito de ocupação dado pelo Serviço de Patrimônio da União de acordo ainda com as benfeitorias construídas, sendo um lote normal um de 10 x 30 ou 10 vezes maior que a construção, caso haja área livre ao seu redor, tal como informa o SPU. II - Requerer junto o SPU a área livre de 500 metros no trecho compreendido entre a caixa d'água à divisa da Barra de Ararapira. (essa é uma reivindicação que um dos moradores considerou absurda, pois com ela toda a Ilha do Supera-gui seria de posse dos moradores). III - Ceder aos pescadores/moradores e seus filhos, área para construção de casas medindo 20 x 30 (...). IV - Área de construção de casa para turistas medindo 10 x 30. V - Área para construção de barraco com quatro paredes sem divisão para guardar material para a pesca na faixa após a última maré medindo 10x30. VI - fica proibida a permanência do proprietário no lugar que vender sua casa ou seu barraco, tendo ele que sair do lugar. VII - Fica proibida a venda de casas, na Vila dos Pescadores, para turistas. VIII - Em caso de venda, será reduzida a área ocupada. IX - Em caso de venda da área cedida de 20x30 pela Associação será reduzida a 10 x 30 para o novo proprietário. X - No caso de venda, o comprador pagará uma taxa de 100% sobre o valor do imóvel para a ADMBS, a título de locação. Mas se for pescador, o valor é de 10%. XI - Todos os novos pescadores que vierem para a Ilha não terão direito de construir num período de dois anos até ficar comprovado seu interesse pela pesca, mas terá o direito de construir um barraco para guardar seus pertences, desde que apresente documentação de pesca em dia e folha de antecedência do local de onde veio. XII - Fica expressamente proibido ao morador que vender seu imóvel de construir novamente nessa área, evitando assim a especulação imobiliária. Para alterar qualquer um dos pontos, é necessário o voto da maioria dos associados".

¹³ Este processo de regularização dos direitos dos moradores às terras culmina na alteração do estatuto citada no capítulo anterior que aponta o território como patrimônio da ADMBS e aqueles que têm direito a ele.

Nem mesmo o IBAMA ficou de fora disso. Encontra-se registrado em Ata de setembro de 1992, uma discussão a respeito de uma casa que o IBAMA queria construir na área e que a comunidade teria embargado por não ter sido informada previamente. Depois de algumas reuniões, parece que a situação foi “resolvida” e a casa foi construída sendo usada até hoje pela chefe do Parque quando esta visita a Ilha¹⁴.

*

Por mais que o discurso “oficial” presente nas Atas aponte para fatos significativos da vida comunitária, nele não podemos perceber a real motivação e as reais intenções por detrás das palavras. Neste sentido, é o trabalho de campo que permite uma leitura mais acurada destes registros e o que permite perceber que as regras estão definidas apenas em teoria. Na prática cotidiana, tudo funciona de modo muito diferente e mesmo contraditório.

Diante disso, não é surpresa perceber que o que está escrito nem sempre corresponde ao que realmente aconteceu. Moradores me disseram que as Atas das reuniões da ADMBS não foram feitas do modo como realmente “deveriam” ser feitas. Informações posteriores foram adicionadas e raramente alguém diferente daquele que as escreveu teve acesso a elas para conferir as informações. E o mais importante, as Atas ou melhor dizendo, a Associação, como já vimos, não representam a vontade coletiva, nem mesmo de sua maioria, pois as reuniões contam sempre com muito poucos associados, e suas decisões não são respeitadas¹⁵.

Neste sentido, a “vida real” certamente supera o que está registrado nas Atas, principalmente no que diz respeito à questão das terras - marcada por uma complexa e dinâmica rede de negociações e trocas, conflitos e acertos, que não estão, como era de se esperar, completamente abarcadas nos livros da Associação.

a. *Negociando “bens”...*

¹⁴ Não apenas o IBAMA utiliza o espaço como também o IPÊ que ali mantém um pesquisador que praticamente mora na vila (que trabalha diretamente com os micos) além de outros que vêm à Ilha. Há ali também o chamado “Clubinho”, que seria um espaço reservado aos trabalhos com a comunidade.

¹⁵ Elas podem mesmo estar refletindo apenas o interesse ou as idéias do seu Presidente, e o que ele considera importante ser discutido e pensado. Um exemplo é o caso da casa do IBAMA, que de acordo com alguns informantes, teriam sido apenas três moradores os responsáveis por tentar criar um “movimento”, um “problema”, registrando na Ata a sua como a voz do “povo”.

Existem vários modos de se “negociar” a terra. Há pessoas que saem da Ilha e vendem seu terreno a outro morador (há casos em que retornam querendo a terra de volta); há aqueles que vendem para “gente de fora”, a turistas ou conhecidos. Denise conta que alguns turistas já fizeram ofertas pelo seu terreno e sua pousada, mas diz que nunca sequer pensou ou pensará em vender. Mas não apenas os “de fora” fazem suas ofertas como muitos moradores oferecem terras ou casas a visitantes¹⁶.

Há também várias histórias de trocas de terrenos ou casas por barcos, ou vice-versa; de trocas de material de construção por terrenos; de trocas de terrenos por terrenos. Há ainda os casos mais polêmicos em que moradores fazem um tipo de “sociedade” com pessoas de fora, que financiariam melhorias ou construções de casas em troca, por exemplo, de seu uso em temporadas de verão. Ou ainda, há um caso de um morador que pediu dinheiro a um agiota de Paranaguá para construir alguns banheiros em seu camping – mas como não conseguiu pagar acabou perdendo o que já havia feito.

O caso do terreno de Denise e Carioca, cuja história já vimos no Capítulo 3, ilustra bem como se dão estas “trocas”. Atualmente eles constroem uma casa na parte de trás de um terreno que pertencia a um homem que não mora mais na vila, Ângelo¹⁷.

Quando Seu Ângelo foi embora, ele deixou um terreno (ao lado da pousada) para seus dois filhos. Assim, eles dividiram o terreno e cada um vendeu sua parte para pessoas diferentes. A parte de trás (em relação ao mar) um dos irmãos vendeu para Denise e Carioca e a outra parte, de frente para o mar, o outro irmão trocou com uma senhora da vila – que por sua vez possuía um terreno que “dizem” ter pertencido a turistas que o haviam comprado de um pescador; mas aqueles, devido à proibição de venda para pessoas de fora, perderam este terreno que acabou sendo, em seguida, adquirido por esta senhora. Denise conta ainda que várias vezes tentou comprar este terreno, sem sucesso.

Muitas destas negociações são feitas sem passar pela Associação. Na verdade uma moradora me afirmou que, na verdade, *ninguém pede autorização e a Associação não tem poder nenhum...* Mesmo nas Atas, encontrei alguns registros de moradores que não ha-

¹⁶ Uma moradora me contou uma história de dois turistas que quase se envolveram com um outro morador que estava oferecendo uma terra. Na verdade o filho teria sido convencido pelo morador do “bom negócio” que poderia fazer e foi pedir a seu pai que lhe emprestasse o dinheiro. Mas a moradora que me relatou a história teria alertado o pai do risco da compra, pois a terra que o morador oferecia não era sua e que este era um negócio “ilegal” pois a venda era proibida e ele poderia perder o seu dinheiro como já havia acontecido com muitos outros. Isso fez com que ele desistisse da compra.

¹⁷ Rever no Capítulo 3 o QUADRO 4.

viam aceito a decisão da Associação e que iriam fazer o que gostariam (construir ou aumentar suas casas).

Muitas casas que haviam sido vendidas para turistas, mesmo proibidas, foram derubadas pelo IBAMA e outras estão com sua obra pela metade. Outras ainda estão sendo construídas, dizem uns, sem nem mesmo a chefe do Parque saber.

Esta é uma questão polêmica, que frequentemente gera conflitos. São comuns rumores a respeito da posse duvidosa de certas terras, casas e pousadas; dos direitos daqueles que compram ou constróem; da legitimidade da presença de certas pessoas na vila; dúvidas a respeito da fonte de certas rendas para construção ou melhoria de casas, etc.

Para uma moradora, é muito “suspeito” o fato de um morador ter várias casas, como é o caso de muitos. Afirma ela que ninguém pode afirmar com certeza quem são os verdadeiros donos *pois tem gente que sabe fazer as coisas direitinho, por baixo do pano que ninguém desconfia*. Ou seja, considera *estranho que um homem que só pesca de repente comece a construir algo* – diz que todos começam a achar *que tem alguém por trás*. Diferente do caso de algum morador dono de pousada ou restaurante, pois esse sim *teria como ganhar* (dinheiro).

Outra questiona o fato de que algumas pessoas *simplesmente chegam, não se sabe de onde e vão conseguindo espaço*. Seria o caso de um homem que possuiria um terreno enorme lá pra baixo e *ninguém sabe de onde ele veio, mas que mora há dois anos, sozinho, criando um cavalo*. Ela afirma que certo dia tentou descobrir de quem era um determinado terreno perto do local onde compra pão, vindo a descobrir que era desse homem *que não é daqui, não nasceu aqui, mas tem um terreno enorme e mais um na frente que ele comprou*.

O que ela não entende é porque ninguém vai “conferir” o caso, uma vez que ele é um turista – pois na sua fala, *quem não nasceu aqui é turista* – mas como ela também não é nativa, completa a frase dizendo, *desde que não case com ninguém daqui* (o que não é o seu caso, pois ela é casada com um nativo da vila).

Neste sentido, há aqueles que acusam a existência de “turistas” que estariam prejudicando as pessoas da vila, mas que continuariam ali com sua casa, com sua pousada ou restaurante e com sua voadeira fazendo fretes para outros “turistas”. Um caso destes seria de um homem, que não é casado com ninguém dali e que teria alugado uma pousada que ninguém sabe realmente de quem é. Diz-se que o antigo dono teria “sumido” e deixado este outro cuidando dela.

Para uma moradora, é *óbvio* que esse homem, o turista, comprou a pousada e está prejudicando as pessoas da vila, tirando os fretes que os nativos poderiam fazer. Sendo que ele nem mesmo traria qualquer benefício às pessoas da vila *pois nunca nem carona oferece aos moradores, só cobrada* ou mais, *dizem que ele explora as pessoas, pagando pouco por serviços*. Mas que ele continuaria ali *numa boa, sem o IBAMA fazer nada*.

Por outro lado, há o caso de um morador que dizia estar alugando sua casa a um casal de Curitiba, que a usava apenas nos finais de semana, feriados e temporada. Entretanto, os rumores eram que ele havia vendido a casa para o casal, fato que ele desmentia. Diante disso, o IBAMA teria então derrubado a casa.

A moradora que me relatou a história afirma que não entende porque apenas este casal que *era muito legal pois até contrataram uma amiga minha para trabalhar e cuidar da casa, além de ajudá-la e que não faziam mal nenhum a ninguém* teria sofrido este tipo de reação do IBAMA, tal como ela supõe, sendo que *não estavam tirando nada de ninguém* – diferente daquele outro turista citado no caso acima.

Estes boatos, rumores e “opiniões” envolvem não apenas a questão das movimentações de terras em si, mas à própria visão a respeito do IBAMA e das atitudes da chefe do Parque em relação a esta e outras questões. A ambiguidade aqui é patente pois não existe apenas uma visão, ou uma opinião sobre seu papel e suas funções – elas variam de acordo com o contexto, com o problema, com as pessoas envolvidas, com os interesses afetados.

Assim, a chefe do Parque Nacional, que é a maior figura representativa do IBAMA na vila, é aquela que recebe as denúncias, que embarga ou autoriza a derrubada de casas, ou aquela que é considerada a “culpada” de todos os problemas e ao mesmo tempo quem pode fazer valer determinados direitos – um morador chegou mesmo a afirmar que ninguém sabe direito o que ela deve fazer, pois muitas vezes *tomam-na como um tipo de Prefeito, que teria que resolver todos os problemas da vila*.

V. Parque, IBAMA, terras e direitos...

Ouvi da chefe do Parque¹⁸ que o mesmo foi instituído em regime de “emergência”, sendo este o motivo pelo qual a população não foi consultada. Não posso dizer em que sentido esta “emergência” está aqui expressa e certamente não posso negar a relevância e a urgência dos propósitos de conservação de áreas tais como a de Superagui. Mas não

deixa de ser complicado para os “tradicionais” moradores de uma determinada área, verem-se de um dia para o outro como partes – excluídas – de um processo que irá afetar diretamente suas vidas.

Para quem sempre viveu nestas áreas, é realmente difícil entender a emergência de tais propósitos. Isso fica claro na fala de um casal, morador da parte mais interior da Ilha, próxima à mata, em uma observação a respeito do mico-leão-da-cara-preta – espécie endêmica do local e como vimos, objeto de pesquisas do IPÊ.

Eles me contaram das constantes “visitas” que o mico faz a eles, algo que acontece há muitos anos. Afirma com isso que certamente mantiveram *tudo aquilo* (a mata) preservado, pois o mico sempre fez parte da sua vida. Soando estranho e discutível, no seu entender, o fato de que, de repente, *caía um monte de pesquisador aqui em cima*. Questionando ainda o fato de que o acesso ao mico, e mesmo à mata, é agora restrito – a eles, que sempre moraram ali.

Não pretendo aqui apontar de modo mais aprofundado para as implicações deste processo de instituição do Parque, uma vez que minhas informações a este respeito são bastante fragmentadas. Mas posso apresentar algumas visões dos moradores a este respeito, e o modo como vivenciam hoje esta questão.

Para um morador mais velho, o Parque Nacional representou o início de vários problemas, principalmente no que se refere à falta de liberdade. Comparando com a vida difícil que tinha no passado, ele afirma que ao menos havia liberdade, *em que você tinha tudo o que queria, mesmo com pouco dinheiro*. O Parque então *reprimiria* as possibilidades de sobrevivência das pessoas – e neste sentido, *o Governo deveria deixar o povo desenvolver seu trabalho*.

A sua maior preocupação é com as gerações futuras, uma vez que ele, diz, está em uma situação boa, aposentado e com os filhos criados. Gostaria que o Governo desse mais atenção a sua comunidade, esperando que talvez no futuro as *políticas do Parque* mudassem.

Outro morador lamenta o fato de que *não se pode mais fazer as coisas* e coloca como exemplo a “lei” que impede *mexer* na casa sem pedir autorização. *Tem que se fazer como eles* (o IBAMA) *querem mas às vezes não se pode fazer como eles querem*. Ele afirma isso pois viveu uma situação em que perdeu a casa que estava construindo por ter envolvido pessoas “de fora”.

¹⁸ Em uma palestra, já citada, proferida às professoras da vila.

Ele afirma que o único modo que encontrou de poder aumentar sua casa foi com um financiamento que teria feito com um homem residente em Curitiba. Esta foi uma questão tensa, em que os parentes deste morador afirmaram que ele teria sido ingênuo por confiar no tal homem. Para o morador, a chefe do Parque teria dado, injustamente, ouvidos aos outros moradores que haviam ficado contra ele, considerando-os *despeitados*.

Para outra moradora, *está um drama sério para quem têm famílias que vão crescer e um dia vão ter que construir suas próprias casas pois está tudo marcado, ninguém pode ter mais que uma casa, ou no tamanho do terreno, porque é do Parque. No seu entendimento, o IBAMA (...) para os seres humanos não ajuda em nada. Nada pessoal contra a chefe do Parque. Mas protegem tanto a floresta que nós estamos esquecidos (...)*.

Esta questão sobre o Parque, IBAMA e terras não foge à lógica corrente dos boatos e fofocas. Denúncias (informais) recíprocas a respeito de vendas e compras consideradas irregulares; histórias nas quais se afirma que todos serão expulsos da Ilha e desconfiança a respeito do que se promete ou afirma são comuns. Pelo que me disseram, ninguém se pronuncia a respeito do tema, fazendo perguntas ou tirando dúvidas quando das reuniões com a chefe do Parque. Somente após as reuniões os rumores e opiniões circulam, influenciando decisões e tomadas de posição.

Uma destas idéias que “correm” frequentemente é de que a chefe do Parque faria “vistas grossas” a alguns casos. Ou seja, há opiniões, sobre vários casos, de que a chefe do Parque *fecha os olhos para algumas coisas e não aplica a lei igualmente* – tal como ilustrado nos casos citados acima sobre as casas de turistas que haviam sido derrubadas e mantidas.

Uma moradora afirma que (se) *nada pode aqui, como poderemos construir as casas então?* Por outro lado, afirma que acha certo proibir o turista de invadir a Ilha, concordando com a derrubada de algumas casas, mas desconfia e critica que alguns casos *eles* (o IBAMA) *deixem passar*, perguntando-se *porque não vale para todos*.

Não posso fazer nenhum tipo de afirmação confirmando ou recusando estas “histórias” uma vez que não acompanhei nenhum caso concreto envolvendo a chefe do Parque e seus modos de atuação. Assim, cabe aqui apenas uma demonstração de como as idéias circulam, as interpretações são passadas adiante mesmo sem se ter certeza do que realmente aconteceu ou acontece – não sendo isso, como já afirmei no capítulo an-

terior, de importância secundária. Pois a interpretação que se faz das atitudes da chefe do Parque levam a tomadas claras de posição que implicam na não participação nas reuniões, na descrença em promessas, na não colaboração, nos conflitos explícitos ou não - fatos que, percebidos em conjunto, acabam tendo grande relevância no sucesso ou fracasso de "medidas" ou "projetos" e na resolução de "problemas" que envolvam os moradores apenas ou eles e os "de fora"¹⁹.

*

Como vimos, a prática comum reflete uma posse fluida dos imóveis e espaços, dispostos pelos moradores de acordo com os interesses do momento. Todavia, a regularização da situação fundiária de cada família irá limitar as possibilidades de "negócios" feitos na base de contratos informais e muitas vezes objetos de conflitos insolúveis. Com os títulos de "posse" os moradores estarão livres para negociar suas terras, mas com a diferença de que não mais terão direitos a qualquer outro espaço na vila.

Assim, penso ser possível dizer que a pressão crescente de uma legislação ambiental cada vez mais restritiva e o aumento do número de visitantes na Ilha (sem contar o histórico de disputas pela manutenção das terras frente a grandes empresas), esteja mudando a relação dos moradores com a terra.

Contudo, não considero este um processo unilateral, como advindo apenas de pressões externas (tais como leis ou fiscais). A própria comunidade, diante das práticas apontadas acima, pode ter se deparado com a necessidade de garantir seu espaço, ameaçado pelas negociações - muitas de iniciativa dos próprios nativos - com pessoas "de fora" (tal como teria acontecido com a Vila das Peças, como já citado).

Aqui o papel do IBAMA, como principal órgão fiscalizador, aparece então de modo bastante ambíguo: como aquele que proíbe práticas comuns, limita a liberdade e só protege a natureza²⁰, mas ao mesmo tempo como aquele que garante os direitos dos moradores - pois é clara a cobrança de fiscalização sobre aquelas situações que representariam algum tipo de ameaça à comunidade, tal como a "invasão" de casas de pessoas de fora ou daquele *turismo que venha tomar* (os espaços dos moradores), tal como já apontado no Capítulo 3.

¹⁹ Certamente não pretendo com isso esgotar as possibilidades de explicação de certas "atitudes coletivas" de descrença ou do que poderíamos chamar de um "pessimismo crônico". Deve-se levar em conta fatos concretos em que a desconfiança e a descrença foi "comprovada" pelos atos - mas isso eu não posso apontar, uma vez que meu trabalho de campo foi muito curto para perceber tais fatos.

²⁰ Uma vez que não se pode mais aumentar ou construir casas, extrair matéria natural ou mesmo plantar, etc...

Neste sentido, a intenção da chefe do Parque, em suas próprias palavras²¹, é impedir que venham mais pessoas de fora morar no espaço da comunidade, uma vez que ela não poderia mais crescer. O crescimento estaria restrito aos filhos dos nativos que construirão suas casas. Na verdade, isso será um grande problema no futuro, uma vez que os espaços irão se tornando mais apertados, já que as áreas que devem ser mantidas intocadas não poderão ser usadas²².

O Parque Nacional coloca então novas questões que já vem sendo enfrentadas pelos moradores desta e das comunidades vizinhas, que apontam para novas formas de relacionamento com o meio natural (e social) circundante, que levem em conta as variáveis inseridas com a sua instituição: “*preservação integral de áreas naturais, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta*”, “*visitação pública com fins recreativos e educacionais*” e “*pesquisas científicas*”²³.

Variáveis que de certo modo foram abarcadas neste trabalho, a partir das considerações sobre o turismo crescente, sobre o trabalho de pesquisa científica representado pelo IPÊ, e a questão da preservação refletida no uso do espaço e na relação com os órgãos ambientais – valorizando o discurso e práticas dos moradores em relação a estas variáveis.

A partir daqui, cabe uma discussão detida de um perspectiva mais externa, referente à criação de unidades de conservação, seus debates e polêmicas mais comuns principalmente no que se refere à questão da possibilidade ou não da permanência de populações humanas em seu interior ou entorno.

²¹ Ouvida em palestra já citada.

²² O plano de manejo, que ainda não está pronto, irá dividir as áreas do Parque em: área intangível; zona primitiva, que um dia pode se tornar a anterior; zona de uso extensivo – que permite certa visitação; zona de uso intensivo – onde vai haver o turismo propriamente dito; zona especial – onde vai estar o equipamento do IBAMA, a administração – de acordo com a chefe do Parque. Diz ela ainda, em palestra já citada feita aos professores da vila, que este processo deverá contar com a participação da comunidade uma vez que o autoritarismo não cabe mais, conclamando então as professoras a participarem deste processo.

²³ “Os Parques Nacionais pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, e destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta”. “Os Parques Nacionais comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo plano de manejo da unidade. As pesquisas científicas, quando autorizadas pelo órgão responsável pela sua administração, estão sujeitas às condições e restrições determinadas por este, bem como ao que for definido em seu plano de manejo”. Tal como se encontra na homepage oficial do IBAMA, <http://www.ibama.gov.br/index.htm>. “Parques Nacionais”.

Capítulo 6**A QUESTÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Parafraseando Malinowski, *imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa...* com suas casas espalhadas pela beira da praia; crianças brincando de pescadores e navegadores na água ou nos barcos aportados na areia; mulheres andando e rindo de um lado para o outro ou produzindo seus artesanatos e homens pescando ou contando suas histórias embaixo de um pôr-do-sol deslumbrante...

Diante deste panorama, a primeira impressão que se teria, seria de uma vida idílica e paradisíaca, sem grandes preocupações, com uma harmonia dada pelo próprio ritmo tranquilo e sereno em que as coisas parecem acontecer. Uma vida tão próxima à natureza que só poderia ser caracterizada pelo respeito e sabedoria na relação com ela...

Essa visão romântica, que lembra a figura do “selvagem ecologicamente nobre” (Barreto Filho, 2001), informa muitos discursos e visões a respeito de comunidades tais como a estudada, que vivem em contato próximo com a natureza e que supostamente *viveriam em harmonia com ela, como partes do ecossistema, frágeis e ameaçados, que devem ser protegidos (idem)*.

A Antropologia já vem há muito tempo derrubando estes mitos – mas eles ainda persistem no imaginário coletivo, e informam muitos discursos que desconhecem os avanços teóricos¹ de uma ciência que propõe, para além dos estereótipos, apreender o “outro” em toda sua complexidade. Neste sentido, mais do que um diálogo com a tradição antropológica, pretendo refletir acerca de certas idéias correntes além do âmbito acadêmico e antropológico, que muitas vezes são base de atuações políticas.

Em vários momentos de minha pesquisa, me deparei² com a representação clara das comunidades “tradicionais” como portadoras de características que as definiriam

¹ Não seria de outro modo, uma vez que não há como se ter um saber especializado de todas as áreas do conhecimento.

² Com vários discursos encontrados em vários “lugares”: em páginas da internet que divulgam informações turísticas sobre “refúgios ecológicos” e as comunidades “harmônicas” que ali vivem; no discurso de vários turistas que conheci na Ilha; em matérias de jornais e revistas que enfatizam um suposta relação harmônica e equilibrada com a natureza, em contraposição ao modo de vida moderno; na fala de estudantes a quem tive a oportunidade de apresentar o meu trabalho, cujas perguntas constantemente recaíam nesta questão da relação de respeito com a natureza; em pesquisadores de outras áreas que também conheci na Ilha, e mesmo em uma página na internet do IBAMA ([www2.ibama.gov.br /resex/ pop. htm](http://www2.ibama.gov.br/resex/pop.htm)),

como conservacionistas - idéia que acabou tomando a forma de um “conceito”, usado para defender a permanência destas comunidades em áreas de proteção ambiental.

Mas como então tratar as comunidades, tal como a que pesquisei, que não apresentam em seu discurso ou prática, qualquer tipo de “consciência ecológica” explícita? Mais do que isso, esta comunidade de nenhum modo corresponde à visão romântica de que eventualmente é objeto – pois como qualquer outro grupo humano, comporta tensões ou conflitos decorrentes de visões e interesses contraditórios (e que muitas vezes vão de encontro aos ideais de conservação).

Diante disso, as idéias já analisadas de “equilíbrio” ou “harmonia” levam a dilemas teóricos e práticos uma vez que a única solução para a defesa destas comunidades parece ser apagar a sua complexidade (que implica o conflito, a tensão, a contradição) ou então afirmar, contra elas, que não são “equilibradas”, assumindo de uma vez que elas são incapazes de manter uma relação sustentável com a natureza (devido mesmo a estas tensões).

Estas posturas extremas apontam para a dificuldade de trabalharmos com certas idéias que acabam deixando de lado a complexidade da vida social, que não se reduz a formas fixas de ação e nem a consensos previamente dados por rótulos tais como “conservacionista” ou “não-conservacionista”.

Neste sentido, é meu objetivo aqui discutir as premissas e conseqüências que acompanham a categoria “população tradicional”, pensando ao mesmo tempo em *“uma conceituação mais adequada à realidade simultaneamente em crise e transformação, como a identificada no litoral norte do Paraná”* (Zanoni et al,2000:48) e em muitos outros locais do país.

I. Populações Tradicionais: um conceito

Em um contexto mundial de conservação da natureza, a idéia da criação de grandes reservas de áreas naturais pareceu por muito tempo a mais sensata no seu objetivo de manter distante de seu raio o maior responsável por sua destruição: o homem. Foi uma ideologia conservacionista deste tipo a responsável pela criação da dicotomia entre populações e áreas naturais protegidas, associando estas últimas à idéia de intocabilidade e desabitado³ (Adams,2000b:17). Neste sentido, muitos parques no Brasil foram

onde existe um texto que define o que seriam as populações tradicionais e sua principal característica como conservacionistas, etc.

³ Originária, de acordo com Diegues (1998:11), dos Estados Unidos. A ênfase aqui é na preservação da natureza selvagem desabitada, como um paraíso estético aos olhos humanos (*wilderness*).

criados com critérios estritamente biológicos de preservação exclusiva da flora e fauna, a partir daquela concepção de natureza intocada (Zanoni *et al*,2000:47).

A ideologia conservacionista da “área intocada e desabitada” encontrou no Brasil, como em outros países “periféricos”, uma situação, tal como Almeida (2000) afirma, de superposição entre áreas de riqueza natural e biológica e populações pobres. A partir daí, torna-se questão correntemente polêmica a que discute a possibilidade da presença de populações humanas em áreas de proteção.

Diante disso, “surge” o conceito de “população tradicional”, como uma forma de contemplar as populações que viviam em áreas preserváveis. Assim, esta noção passou a circular na esfera governamental, das instituições internacionais, dos bancos financiadores, das ONGs, etc, querendo definir aquelas populações que se identificariam como agentes do processo de desenvolvimento sustentável, com baixo impacto sobre o meio ambiente (*idem*).

De acordo ainda com Almeida (2000), este nome passou a existir legalmente sendo citado na lei de criação das reservas extrativistas e, incluso, na de Áreas de Proteção Ambiental (APA), em documentos de entidades multilaterais, estando até mesmo em um órgão do IBAMA chamado Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT).

Não há como não reconhecer, tal como Zanoni *et al* (2000:48) afirmam, o mérito desta concepção e de seus formuladores como uma forma de proteger os direitos destas comunidades de permanecerem nos espaços de proteção ambiental, uma vez terem sempre os habitado e de certo modo os conservado.

Contudo, entendo que esta noção apresenta certas inconsistências e ambigüidades dificilmente resolvidas, que acabam obscurecendo o entendimento de comunidades concretas em situações reais e dificultando, tal como aqueles mesmos autores afirmam (*idem*), “a compreensão das dinâmicas históricas reais que produzem, reproduzem e transformam tais modos de vida (...)”.

a. “Caiçaras”: populações tradicionais ?

O Decreto de criação⁴ da APA de Guaraqueçaba define em seu 1º artigo o objetivo de proteger uma das últimas áreas representativas da Floresta Atlântica, onde se en-

⁴ “Decreto n.º 90.883, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências” .

contram “(...) as comunidades “caiçaras” integradas no ecossistema regional”⁵. Deste modo, tal como o meio natural, os habitantes da localidade devem ter suas condições de vida e seus modos de acesso e uso dos recursos protegidos (Zanoni *et al*,2000:47).

Como vemos, o termo “caiçara” é utilizado oficialmente como definidor das comunidades da região, que teriam como ponto essencial sua ‘integração’ no ecossistema regional. De acordo com Silva (2001:8-9), Hans Staden teria usado este termo para designar a população do litoral do Paraná de origem mestiça, originária dos ciclos migratórios que ocorreram na região. De modo geral, como afirma Diegues (1988b *apud* Adams, 2000b:103), atualmente ele é usado para identificar não só esta população do litoral paranaense, como também comunidades litorâneas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e norte de Santa Catarina.

Além de “caiçaras”, é comum encontrarmos na literatura a respeito da região outros termos para designar estas populações e que aparentemente pretendem representar a mesma idéia: “pescadores artesanais”, “pequenos produtores rurais”, comunidades com “economias tradicionais”, “populações tradicionais”.

Diante de tantos termos e categorias, busquei identificar quais as idéias basilares por detrás delas e o que elas implicam em termos teóricos. De um modo geral, o termo englobante, que resume as idéias contidas nestes diferentes nomes é o de “população tradicional”. Ou seja, os “caiçaras” seriam “populações tradicionais” habitantes de áreas litorâneas com atividades econômicas historicamente baseadas na combinação de pesca com extrativismo e agricultura.

b. A História de um conceito

A noção de “população tradicional” é herdeira dos estudos sobre populações rurais brasileiras, ou “camponeses”, e de sua história de formação e desenvolvimento. Sendo que, um dos grandes marcos para esta conceituação, usado como modelo na maioria dos trabalhos atuais a respeito de populações do litoral norte paranaense, é a elaboração proposta por Antônio Carlos Diegues⁶.

⁵ “Art. 1.º - Fica declarada Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Guaraqueçaba, localizada nos Municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, no Estado do Paraná, com o objetivo de assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, e complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região” (Decreto 90.883/85).

⁶ Minha intenção aqui certamente não é a análise da obra deste autor como um todo, mas apenas da categoria “população tradicional” em si mesma. Neste sentido, mapeei em algumas de suas obras o seu apare-

Em alguns de seus trabalhos, Diegues (1993;1998;&Arruda,2001) procura demonstrar a origem da idéia de população tradicional, remontando alguns autores que estudaram estas populações tidas na literatura como “camponesas”.

Sua associação mais forte é com a idéia “neomarxista” de que as populações tradicionais são aquelas ligadas a modos de produção pré-capitalistas ou, da pequena produção mercantil. Resumidamente, seriam aquelas populações nas quais o trabalho ainda não se tornou mercadoria e em que a dependência do mercado não é total; aquelas que desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, não visando o lucro mas sim a própria reprodução e, por fim, que teriam representações em relação à natureza marcadas pela idéia de associação e dependência de seus ciclos (Diegues&Arruda, 2001).

Com base nestas e outras considerações, o autor elenca características que definiriam o que seriam estas populações (Diegues,1993;1998:87):

- *dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;*
- *conhecimento profundo da natureza, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transmitido de geração a geração;*
- *noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz;*
- *ocupação deste território por gerações;*
- *importância de atividades de subsistência, mesmo que a relação com o mercado exista;*
- *reduzida acumulação de capital;*
- *importância das relações de parentesco, compadrio – unidade familiar como centro da economia;*
- *importância do mito e ritos associados às suas atividades de caça, pesca, extrativismo;*
- *tecnologia relativamente simples, com baixo impacto sobre o meio. Reduzida divisão do trabalho, sobressaindo o artesanal, onde o produtor domina o processo de trabalho e o seu produto;*
- *fraco poder de intervenção política, que residiria nos grupos urbanos;*
- *auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencimento a uma cultura distinta.*

Estas seriam as “sociedades tradicionais”: “*grupos humanos diferenciados culturalmente, que reproduzem historicamente seu modo de vida de forma mais ou menos isolada, com base*

cimento, buscando desconstruí-la e compreender suas premissas e conseqüências. Reforço que considero importante uma discussão mais detida a este respeito uma vez que esta é uma categoria bastante utilizada,

na *cooperação social e relações próprias com a natureza*". Entram aqui então tanto os povos indígenas quanto segmentos da população nacional que teriam desenvolvido modos particulares de existência (Diegues&Arruda, 2001:27).

Estes modos particulares de existência se devem a uma história específica em que, populações de pequenos produtores constituídas no período colonial, com um isolamento relativo, teriam desenvolvido grande dependência dos ciclos naturais e formas de manejo do meio e técnicas com base em conhecimentos que herdaram dos indígenas (Diegues,1998; Diegues&Arruda,2001).

Assim, as "populações tradicionais" com "culturas tradicionais", seriam fruto da miscigenação entre o branco, o índio e o negro. Estas populações mestiças teriam aos poucos se espalhado pelo território em diversas "variantes culturais" formadas de acordo com o meio - e que em seu conjunto conformavam o que se chamou de "cultura rústica brasileira" (Ribeiro,1987 *apud* Adams, 2000b:104).

Esta "cultura rústica", de acordo com Diegues&Arruda (2001:31), teria sido característica das populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, refugian-do-se nos espaços menos povoados, com terra e recursos mais abundantes.

Além dos caiçaras, estariam dentro destas "variantes" os "caipiras" dos estados do sul; os habitantes das várzeas do Norte e Nordeste; as comunidades pantaneiras e ribeirinhas, os pescadores artesanais, os açorianos de Santa Catarina, os jangadeiros do litoral nordestino (Diegues 1998:14).

Este mesmo autor afirma que as preocupações ambientais teriam lançado novo olhar a estes "*modos 'arcaicos' de produção*", deixando de lado o critério de análise da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais que estas populações apresentariam. Neste sentido o autor - citando trabalhos de Betty Meggers, Darryl Posey e Phillipe Descola⁷ - considera que elas teriam "*desenvolvido pela observação e experimentação, extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais, e até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais*" (Diegues&Arruda,2001:31).

Poderíamos de imediato criticar a simplificação e generalidade encontrada nesta perspectiva. Entretanto, isso é algo que o próprio autor faz (Diegues&Arruda, 2001) quando afirma que tipologias deste tipo tendem a simplificar a análise de sociedades que se encontram sempre em fluxo de mudanças e transformações.

tanto em trabalhos acadêmicas quanto em relatórios técnicos, muitas vezes sem maiores reflexões.

Assim, ele aponta primeiro que esta caracterização seria a base de legitimação de reivindicações de grupos específicos por direitos territoriais e culturais. Se por um lado a fidelidade a estes traços lhes dariam poder de negociação, vedaria-lhes por outro a possibilidade da mudança. Ou seja, o apego a estes traços classificaria grupos tendo como base o seu nível de “tradicionalidade”, prendendo-os a uma camisa de força que reprimiria qualquer afastamento deste modelo (*idem*:27).

O autor coloca então que, além do modo de vida, um dos critérios mais importantes para se definir culturas tradicionais seria a auto-identificação. Para ele, esta ênfase na “identidade” permitiu o entendimento dos grupos como “*tipo de organização (...) estando o (...) enfoque de suas relações e representações no critério de sua participação em um sistema de unidades étnicas distintas*”. Ao mesmo tempo, continua ele, (...) “*levou a um tipo de formulação que reduz a cultura apenas a um reservatório de “traços” (...) em que aspectos culturais isolados seriam escolhidos por sua adequação à função estratégica de marcar, contrastivamente, uma identidade étnica (...)*”. (*ibidem*:28).

*

Se bem entendida a perspectiva de Diegues, podemos remontar os passos acima apresentados nos seguintes termos:

- a) nos seus primeiros trabalhos, o autor aponta para certas características que definiriam o que poderíamos chamar de ‘população tradicional’ e que devem ser tomadas na sua totalidade, conformando um determinado “modo de vida”⁸;
- b) estas populações seriam grupos culturalmente diferenciados e herdeiros de uma história específica como “culturas rústicas” que reproduziram seu modo de vida devido a sua permanência em terras com recursos naturais ainda abundantes. Este modelo teria ainda se apresentado em inúmeras variantes locais determinadas por suas especificidades históricas e do meio (Diegues&Arruda,2001:31);
- c) estas variantes teriam, de um modo geral, desenvolvido formas sustentadas de manejo dos recursos naturais;
- d) ao mesmo tempo em que define características específicas para estes grupos, considera que elas podem apresentar um caráter reducionista e contrário à idéia de mudança;

⁷ Respectivamente: *Amazônia, a ilusão de um paraíso*, 1977; “Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kayapó”, 1987 e “Ecologia e Cosmologia”, 1997.

e) considera, além do “modo de vida”, a importância da auto-identificação para tratar destas populações culturalmente diferenciadas.

Diante disso, algumas questões podem ser levantadas. Um primeiro problema que identifico estaria em colocar dentro do mesmo rótulo “população tradicional” categorias com histórias diversas em contextos variados. Mesmo que isso seja levado em conta na perspectiva do autor, as próprias categorias como “caiçaras”, “indígenas”, “pescadores artesanais”, etc, também apresentam um grau de generalidade que acaba não definindo bem o que se quer representar⁹.

Deixando esta questão de lado no momento e supondo que estas categorias tenham características gerais - que seriam aquelas elencadas no início do texto, que poderiam servir como critérios gerais de identificação - é difícil entender porque o autor as mantém como critérios mesmo reconhecendo sua limitação e afirmando que não concorda com a visão da “cultura” como um depósito de “traços”.

Vejo aqui uma contradição teórica na medida em que a idéia de mudança parece se chocar com a manutenção daquelas características. Como uma cultura pode realmente estar livre para as trocas e transformações se tem que estar referenciada em um conjunto de características tidas como essencialmente definidoras de sua natureza? Ou em outro sentido, aceitando-se a transformação de alguns critérios, como escolher quais devem ser mantidos para que tal comunidade permaneça tradicional?

Esta parece ser uma das fontes da idéia de que culturas se perdem ou se desagregam pelo contato com fatores exteriores, uma vez perdidos os traços definidores de sua “essência” - como vimos, o que se supõe acontecer com as populações tradicionais do litoral paranaense, de acordo com alguns autores¹⁰.

Em minha leitura, estas conseqüências são quase inescapáveis, por mais que o autor conceba a idéia de que a mudança é algo intrínseco à vida social e que considere a

⁸ Dizem os autores que entendem “modo de vida” tal como definido por Antônio Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito” (1964), onde o autor analisa e descreve a “cultura caipira” como modo de vida das populações interioranas do Estado de São Paulo (Diegues&Nogara,1999:83).

⁹ Mesmo porque algumas comunidades tidas como caiçaras, como é o caso de Barra do Superagui, em nenhum momento tomaram esta categoria para auto-identificação. E mais, torna-se complicado colocar em um mesmo “tipo” comunidades tão diferentes como as que se encontram na região, inclusive no que se refere às suas “formas produtivas”. Carneiro da Cunha(1986) há muito já aponta para a necessidade de não se tomar estas categorias de “identidade” como categorias de análise mas sim como categorias nativas, construídas (ou não) pelos grupos e por eles mobilizada de acordo com os mais diversos interesses.

¹⁰ O que novamente acaba trazendo para o debate a clássica discussão da etnologia brasileira sobre a idéia de “aculturação” e a sua “antropologia das perdas”. No caso, muitos grupos indígenas deixaram de ser considerados índios a partir do momento em que não mais apresentavam os “traços” que “consensual-

dinâmica da idéia de “tradicional”. É possível perceber esta tensão em um trabalho de Karam (s/d), sobre as populações tradicionais da APA de Guaraqueçaba, em que a autora, na tentativa de aplicar alguns dos critérios propostos por Diegues, afirma que constatou que *“as comunidades pesquisadas ora se aproximam ora se distanciam desses referenciais, o que sugere um desenho muito mais complexo, exigindo investigação mais aprofundada”*¹¹.

Já com isso constatamos a dificuldade em se adequar comunidades reais e concretas nestas características. Aqui o método da Antropologia tem um papel decisivo ao apontar para a necessidade de se entender o ponto de vista do outro por ele mesmo, sem pré-definir o que se entende como sendo o seu modo de vida, para que se atinja a percepção real da vida das pessoas, dos seus valores, anseios, conflitos.

Sem esta perspectiva, pesquisadores acabam indo a campo com o objetivo de encontrar nestas populações o que (ainda) existe de tradicional em sua vida, sem atentar para os seus “costumes” atuais e seus modos de ser por uma lógica existente no presente - para apenas depois, se for o caso, tentar analisá-las à luz de um “passado de tradições”, partindo do que eles próprios consideraram significativo.

Um outro ponto a ser destacado diz respeito a algumas características em si mesmas que, por sua ambiguidade, acabam levando a alguns mal-entendidos: por exemplo a idéia de “*simbiose*” - que pode sugerir que a cultura se dissolve em algum tipo de função biológica, reafirmando a idéia corrente de que as culturas tradicionais estão em uma relação de equilíbrio e harmonia com a natureza, graças a sua adaptação perfeita. Ou também o critério de que estas comunidades têm um “*conhecimento aprofundado (...)*” - o que pode ser realmente verdadeiro, “*(...) que se reflete em estratégias de conservação*”, o que não é uma dedução tão lógica quanto possa parecer - como já vimos no Capítulo 3.

*

Isso posto, percebemos a dificuldade em trabalharmos com o conceito de “população tradicional” como algo com um significado em si mesmo. Se deixarmos de lado

mente” os definia como tais. Ou seja, considerava-se que a cultura poderia ser perdida, uma vez que reduzida a seus elementos mais visíveis.

¹¹ Para fins de seu trabalho, a autora acaba sintetizando e rearranjando aqueles critérios à realidade local (Karam,1996 e IPARDES,2001). Ou seja, ela escolhe aqueles que mais parecem se ajustar à situação analisada. Contudo, entendo que isso em si já é um problema que vai de encontro a qualquer tentativa de objetivar a discussão e de usar de modo geral este conceito. Certamente Diegues não é responsável pelos usos

estas características definidoras de um “modo de vida” específico e considerarmos apenas o que autor aponta como a questão da “auto-identificação” talvez possamos sair dos seus paradoxos.

Uma “população tradicional” seria então aquela que se identificasse como tal - mas no caso, não necessariamente com base em alguma bagagem cultural mas sim em um pacto com a sociedade. Ou seja, tal como Carneiro da Cunha & Almeida (1999) propõem, a questão não é se tal grupo *é* ou *não é* população tradicional mas sim se ele pode *tornar-se* ou não uma.

Vimos, pelas colocações de Diegues, que o que se supõe de uma população tradicional é um passado não predatório de uso dos recursos naturais. Mais do que isso, o que se espera delas é que seu modo de vida assim se mantenha, coerente com a conservação da biodiversidade. Neste sentido, se encaixariam nesta categoria aquelas populações que aceitassem as implicações de uma definição legal que exige o uso sustentável dos recursos naturais - e isso tanto a partir das práticas que o grupo já possuía, “tradicional”, quanto de novas, adequadas a este objetivo de conservação (*idem*).

Deste modo, todas aquelas categorias (“caiçaras”, “pescadores artesanais”, “açorianos”, etc) teriam em comum não um conjunto previamente dado de características, mas sim o fato de se associarem (ou não) a um conjunto de práticas de manejo sustentáveis.

Da preocupação em relação às mudanças pelas quais as comunidades passam e ainda podem passar, que poderiam resultar na “perda” de uma determinada tradição, voltamo-nos à percepção de se elas são ou não “*parceiras qualificadas para o estabelecimento de áreas de conservação*” (*ibidem*).

Assim, participar desta categoria significaria ter uma organização local e lideranças legítimas, associar-se a tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado, e aderir ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro (*ibidem*:6).

Em outro sentido, Carneiro da Cunha (2002) aponta para a necessidade de “incentivos”¹², ou seja, “(...) *nada impede que uma população se torne uma população tradicional. Para*

que se fazem de suas idéias, mas creio que a sua concepção, na forma em que está colocada, abre muito espaço para que estas dúvidas e contradições apareçam.

¹² Um exemplo do que seriam estes incentivos é dado por Carneiro da Cunha & Almeida (2002:22) para o caso das populações residentes em reservas extrativistas na Amazônia. Os autores apontam entre outras coisas para a necessidade políticas que compensem a desvantagem em que se encontram os produtos extrativos. Colocam também como solução mais direta o pagamento aos seringueiros, no caso, por seus serviços ambientais, na forma de uma “renda mínima florestal”, que beneficiaria diretamente aqueles que se abstivessem de derrubar florestas de suas colocações por pastos ou agricultura. Esta renda, dizem os

isso é que devem existir incentivos. Mesmo uma população que o senso comum não teria dificuldade de reconhecer como tradicional pode ir por muitos caminhos. Se ela não tiver opções, ela pode, por exemplo, começar a vender madeira para madeireiros. O que é importante nesse conceito de população tradicional é uma opção por um certo tipo de uso dos recursos" (grifos meus).

CONSIDERAÇÕES FINAIS...QUE SÃO APENAS O INÍCIO...

No caso da pesquisa em questão, como vimos, não é perceptível nenhum discurso de conservação nas falas dos nativos e nem práticas conscientes de preservação do meio ambiente. De todo modo, se foi transformada em Parque Nacional uma área de antiga ocupação, o modo de vida desta e das outras comunidades da região deve ter contribuído de algum modo para preservá-la.

A situação concreta que hoje se apresenta é que, as áreas de preservação existem, a necessidade de conservá-las é real, as populações existem e suas necessidades também são muito reais. Neste sentido, entendo que o esforço consiste em ir além das lamentações pelas perdas de “tradicionalidade” decorrentes por exemplo, da “invasão” do turismo e do capitalismo nas comunidades locais. Como bem afirma Barreto Filho (2001:148), “(...) *custa crer que estas populações - vivendo em harmonia com a natureza, partes do ecossistema, frágeis e ameaçados que devem ser protegidos - sejam grupos humanos, sujeitos políticos coletivos, cultural e historicamente específicos, capazes de refletir sobre o próprio destino e decidi-lo*”.

Por outro lado, é importante ainda pensar que a criação de unidades de conservação devem também ser problematizadas. Barreto Filho (1997:10) critica a concepção que compreende a criação das unidades de conservação apenas com referência a fatores naturais, como se estes gozassem de uma existência exterior e independente dos processos sócio-culturais de agenciamento. Ou seja, a partir do momento em que uma área natural a ser protegida é operacionalizada exclusivamente por uma pesquisa de biologia de conservação, perde-se de vista que nós produzimos a natureza a nossa própria imagem e semelhança e que a história de um ambiente é a história das atividades de todos os organismos que a formaram – incluindo os humanos (*idem*).

Tal como este autor propõe, as unidades de conservação seriam *formas de territorialização, de modulação do espaço, que se atualizam no tangenciamento de diferentes níveis de integração sócio-cultural e das unidades sócio-políticas que lhe são correspondentes: políticas públicas (...), acordos e tratados (...), movimentos sociais (...), populações locais e outros (ibidem)*.

No caso aqui tratado, certamente não foi intenção fazer uma etnografia destas diferentes instâncias envolvidas no processo mesmo de criação do Parque Nacional, no

caso. Procurei apenas dar uma pequena amostra dos reflexos deste processo na vida diária da comunidade – percebendo as confluências de diferentes interesses, as diferentes interpretações, os conflitos ou entendimentos decorrentes e as mudanças percebidas.

*

Deve-se ter claramente em vista que estamos diante de populações humanas e de toda a complexidade resultante deste fato. Neste sentido, tal como bem o afirmam Almeida&Franco (2000,grifos meus)¹ *“não há sistemas finais para resolver os problemas entre pessoas e para regular definitivamente suas relações com o ambiente. Mas há noções gerais sobre o que é certo e justo, e que, apoiando-se nas jurisprudências locais do passado, resultam em uma forma cristalizada do presente, a qual será no futuro reavaliada em suas aplicações locais. Um processo no qual não apenas as vozes locais atuam na defesa de interesses de parentes e amigos - e também invocando princípios mais gerais de igualdade entre pessoas no acesso à natureza e nos direitos ao trabalho de cada um - mas também interferem as vozes de aliados e de agentes externos que insistem em uma justiça que enfatiza a responsabilidade pública na prestação de contas do que é recebido, a execução do contrato entre partes, e a impessoalidade das decisões. Essas orientações podem ser contraditórias – isso não só entre seringueiros e povos da floresta. Mas são essas contradições potenciais entre princípios que estimulam, em vez de inviabilizar, a criatividade desse direito feito na mata – e incluo não só na mata, mas também na vida cotidiana da comunidade aqui analisada.”*

Em suma, diante desta realidade, seja litorânea seja amazônica, não parece possível adotar uma postura romântica que deixa nas mãos de uma supostamente equilibrada tradição a possibilidade de uma gestão e relação sustentável com o meio ambiente. Principalmente quando percebemos as dificuldades de relacionamento entre os moradores, as disputas e desentendimentos refletidos na falta de consensos e esforços comuns.

De todo modo, isso não impede, tal como afirmam Almeida&Franco (*idem*) que se busquem e se desenvolvam, sob certas circunstâncias, atuações em conjunto e sistemas sustentáveis de uso coletivo de recursos – mesmo que para sua própria reprodução.

¹ Em pesquisa sobre os processos que envolvem as tomadas de decisões dos seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá, Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Cristina.

2000a - *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar* in Revista de Antropologia, v.43, n.1, São Paulo.

2000b - Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. Annablume, FAPESP, São Paulo.

ALBERT, Bruce.

1995 - *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. Série Antropologia Brasília: UnB.

ALMEIDA, Mauro.

2000 - *As reservas extrativistas e as populações tradicionais*, entrevista concedida à revista eletrônica Com Ciência. Acesso pelo site <http://www.comciencia.br/>

ALMEIDA, Mauro. e FRANCO, Mariana C. Pantoja.

2000 - A justiça local: caça e estradas de seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá (segunda versão). Campinas, 25 de julho.

ALVAR, J. & ALVAR, J.

1979 - Guaraqueçaba; mar e mato. Curitiba: UFPR.

ANDRIGUETTO FILHO, José Milton.

1999 - Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no Litoral do Paraná, Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Curitiba.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade.

1997 - Da nação ao planeta através da natureza. Uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia. Série Antropologia. UnB, Brasília.

2001 - *Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: "populações tradicionais e áreas protegidas nos trópicos"*. Revista Sexta-feira, no. 6, "Utopias".

BOUTIN, Leônidas.

S/d - Superagui. Biblioteca Pública do Paraná.

CARNEIRO DA CUNHA, M.

1986 - Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade. SP. Brasiliense.

2002 - Entrevista concedida ao Caderno "Mais!", do Jornal Folha de São Paulo em 14/7, intitulada "Iluminismo Tropical".

CARNEIRO DA CUNHA, M. & ALMEIDA, Mauro.

1999 - Populações Tradicionais e Conservação. Programa Nacional da Diversidade Biológica, Seminário de Consulta. Subsídio ao GT Povos Indígenas e Populações Tradicionais. Macapá.

2002 - *Introdução* in CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA (orgs). Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações. Editora Companhia das Letras.

CUNHA, Lúcia H. de O. & ROUGELLE, Marie D.

1989 - Comunidades Litorâneas e unidades de proteção ambiental - convivências e conflitos: o caso de Guaraqueçaba (PR). NUPAUB/USP, São Paulo.

DIEGUES, Antonio C. de S.

1983 - Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. Ed. Ática, São Paulo.

1993 - Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada. Série: Documentos e Relatórios de Pesquisa, No. 1. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas úmidas do Brasil, São Paulo.

1998 - O mito moderno da natureza intocada. Ed Hucitec, São Paulo.

DIEGUES, Antonio C. de S. & ARRUDA, Rinaldo S.V.(orgs)

2001 - Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil. Série: Biodiversidade, 4. Programa Nacional de conservação da biodiversidade/Ministério do Meio Ambiente, Brasília; USP/Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas úmidas do Brasil, São Paulo.

DIEGUES, Antonio C. de S. & NOGARA, Paulo J.

1999 - O nosso lugar virou parque: estudo socio-ambiental do Saco de Mamangá- Parati-RJ. NUPAUB/USP, São Paulo.

DURIEUX, Everton.

2001 - La Famille Durieu(x). Ed. Wunderlich. Curitiba, PR.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.

2000 - Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, RJ.

GEERTZ, Clifford.

1974 [1989] - A Interpretação das Culturas. Ed. LTC, Rio de Janeiro.

GOLDENBERG, Miriam.

1997 - A Arte de Pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Ed. Record, Rio de Janeiro.

GOW, Peter.

1991 - Of Mixed Blood. Kinship and History in Peruvian Amazonia. Oxford, Claredon Press.

IPARDES

1989 - APA de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Convênio IPARDES/SEMA/MDUMA, Curitiba.

2001 - Zoneamento da APA de Guaraqueçaba. Convênio IPARDES/IBAMA, Curitiba.

KARAM, Karen.

1996 - Caracterização Sócio-Econômica e Cultural da População Tradicional da APA de Guaraqueçaba. Zoneamento Ecológico Econômico da APA de Guaraqueçaba. Convênio IPARDES/IBAMA, Curitiba.

S/d - Populações Tradicionais da APA de Guaraqueçaba. Mimeo.

KUHN, Caroline.

2002 - Superagui: uma proposta para o desenvolvimento sustentável. Trabalho final de graduação apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR.

LEUZINGER, Márcia D.

2002 - A presença de populações tradicionais em Unidades de Conservação in LIMA,A.(org).O Direito para o Brasil Sócioambiental. Instituto Sócio-Ambiental. Sérgio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre, RS.

MEGGERS, Betty.

1997 - Amazônia, a ilusão de um paraíso. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte.

MIGUEL, L. A.

1997 - Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (litoral nord de l'État du Paraná). Tese de Doutorado. INA-PG, Paris.

MONTERO, Paula.

1999 - Cultura e Comunicação: a tradução cultural e a re-invenção da etnicidade, no prelo.

NIEFER, Inge A.

2002 - Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel - Marketing como instrumento para um turismo sustentável. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. UFPR. Curitiba, PR.

PEIRANO, Mariza G. S.

1992 - Uma antropologia no plural. Três Experiências Contemporâneas. Ed. da Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SAHLINS, Marshall.

1997 - *O "Pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção*. In *Mana. Estudos de Antropologia Social* (Parte I e II - abril / outubro).

SILVA, Jane Cherem C. B. da.

2001 - ...E Batuva resiste. Memórias da "comunidade" dos Dias, Pontes, Barreto, Pires... Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFPR. Curitiba.

SONDA, Cláudia.

1996 - A Floresta no Estado do Paraná: condicionantes naturais, economicos e sociais. Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

THOMPSON, E.P.

1998 - Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Ed. Companhia das Letras, São Paulo.

WINTHER, J. et. al.

1990 - Laudo de Ocupação da Comunidade de Tibicanga - Ilha das Peças, Guaraqueçaba, PR. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ), Projeto: Terras de Pescador.

VIVEIROS DE CASTRO, E & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.)

1993 - Amazônia. Etnologia e História Indígena. NHII/USP, FAPESP.

VIVEKANANDA, Guadalupe.

2001 - Parque Nacional do Superagui: a presença humana e os objetivos de conservação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. UFPR. Curitiba, PR.

ZANONI, M. et. al.

2000 - *Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental* in Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, jul/dez, Editora da UFPR.